UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Instituto de Psicologia – IPUSP

HELIO ROBERTO BRAUNSTEIN

**ÉTICA DO CUIDADO:
das instituições de cuidado e pseudo cuidado.**

VERSÃO CORRIGIDA

**SÃO PAULO
2012**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Instituto de Psicologia – IPUSP

**ÉTICA DO CUIDADO:
das instituições de cuidado e pseudo cuidado.**

Hélio Roberto Braunstein

**Tese apresentada como pré-requisito a
obtenção do título de Doutorado em
Psicologia na Área de concentração:
Psicologia Escolar e Desenvolvimento
Humano do Departamento de Pós –
Graduação do Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo – IPUSP.**

**Orientador:
Prof. Dr. Yves de La Taille**

VERSÃO CORRIGIDA

**São Paulo
2012**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Braunstein, Hélio Roberto

ÉTICA DO CUIDADO: das instituições de cuidado e pseudo cuidado / Helio Roberto Braunstein; Orientador Yves Joel Jean-Marie Rodolphe de La Taille – São Paulo, 2012.

216 f.

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de concentração: Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Ética 2. Cuidado 3. Psicologia Institucional 4. Psicologia social. 5. Educação. I. Título

BF575.S75

FOLHA DE APROVAÇÃO**Hélio Roberto Braunstein****ÉTICA DO CUIDADO: das instituições de cuidado e pseudo cuidado.**

Tese apresentada como pré-requisito a obtenção do título de Doutorado em Psicologia na Área de concentração: Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano do Departamento de Pós – Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IPUSP

Aprovado em: 18 / 06 / 2012 – (Homologada pela CPG - IPUSP em 19/06/2012)

Participantes da Banca:

Professor (a). – Maria Thereza Costa Coelho de Souza - Instituição: IP USP Avaliação: _____ Assinatura: _____
Professor (a). – Maria Suzana de Stefano Menin - Instituição: FCT -UNESP Avaliação: _____ Assinatura: _____
Professor (a). – Roberto da Silva - Instituição: FE USP Avaliação: _____ Assinatura: _____
Professor (a). – Maria Isabel da Silva Leme - Instituição: IP USP Avaliação: _____ Assinatura: _____

Yves Joel Jean Marie Rodolphe de La Taille – Instituição: IP USP Avaliação: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Aos meus queridos Pai e Mãe, Willy e Vania pela vida e cuidado.

A minha companheira, esposa, amiga, colega... Valéria, e aos nossos amados filhos Gustavo, Deborah, Laura e Natan pelo amor incondicional.

A minha tia Camila e meu tio Gustavo (In memorian).

A todos (as) que lutando ou não deram parte ou toda sua vida em prol do bem estar e felicidade de muitos.

AGRADECIMENTOS

Muito, e a muitas pessoas tenho a agradecer:

Aos meus filhos e filhas amados (as) Gustavo, Deborah, Laura e Natan, pelo apoio compreensão e carinho sempre. A Valeria minha companheira e colega pelo apoio cotidiano. Aos meus pais Willy e Vania pelo estímulo, cuidado e apoio. A minha Sogra Eunice pelos incentivos otimistas.

Ao Mestre Prof. Yves de La Taille pela compreensão, aceitação, orientações e subsídios que me permitiram encontrar o caminho desde o mestrado e refletir agora sobre a ética do cuidado no campo da Psicologia.

Ao Mestre Prof. Roberto da Silva pelo exemplo, confiança, amizade, orientações e suporte ao longo de minha trajetória desde o mestrado.

A Mestra Professora Maria Thereza Costa Coelho de Souza, pelas valiosas orientações na qualificação bem como em minha trajetória acadêmica desde o início de meu mestrado.

A Mestra Professora Maria Isabel da Silva Leme de igual forma pelas orientações receptivas e fundamentais desde o início de meu mestrado e agora em meu doutorado.

A Mestra Professora Marlene Guirado com a qual tive o privilégio de refletir, dialogar e aprofundar inúmeras questões que hora norteiam esta tese.

A Mestra e Professora Marilene Proença pelo apoio, pelo sorriso sempre acolhedor, incentivador e pelas reflexões em torno do papel social da psicologia que norteiam esta tese, bem como sobre as diretrizes educacionais dos cursos de psicologia e a importância de pensar a formação de profissionais socialmente comprometidos.

A Mestra Professora Flávia Inês Schilling pelo exemplo de enfrentamento contra o totalitarismo e pelas importantes contribuições teóricas na ocasião do mestrado e também nesta tese.

A Mestra Professora e ex-colega Maria Leticia, pela amizade, diálogos e reflexões acerca da história e dos direitos das crianças.

A Professora Maria Suzana de Stefano Menin por sua importante participação e contribuição como avaliadora desta tese.

Ao querido amigo Prof. Dr. André Constantino Yazbek, pela disponibilidade e diálogos, desde a muito um exemplo de determinação e ética.

A amiga Maria Antonia Nakayama incansável em suas lutas e buscas, um exemplo de disposição, e aceitação, agradeço por todas as oportunidades e conselhos.

Aos colegas Docentes Joãos pelos incentivos: João Eduardo Coin de Cravalho, a quem tenho o privilégio de partilhar a tarefa de construir caminhos na Psicologia Social e comunitária, e ao Prof. Amigo João Paulo pelos textos e diálogos sobre a ética do Cuidado e a fenomenologia.

A Luciana Goldman, amiga, pela confiança, apoios e sorrisos mesmo nas horas difíceis.

Ao Amigo Luis Paiva, pelos diálogos, disponibilidade de escuta e estímulos durante estes últimos semestres.

A Claudia Câmara e Armando Macedo pela confiança e apoio profissional, que me abriram as portas de volta à Instituição de Ensino (UNIP) que me possibilitou ser psicólogo.

As amigas, colegas Claudia Goto, Hely Zavatarro, Monica Cintrão pelas palavras de incentivo e escuta.

As queridas (e queridos) Alunas (e Alunos) que partilharam desta minha trajetória.

A todos os Funcionários do IPUSP, e principalmente a Olívia, e ao Bismark pelas solicitações atendidas e suportes que me possibilitaram atender às exigências regimentais do programa.

Aos funcionários das Bibliotecas do IPUSP e FEUSP os quais possibilitaram o acesso ao acervo bibliográfico que compõe grande parte desta tese.

A todos (as) pessoas crianças, adolescentes, mulheres, homens que nos diversos contextos institucionais possibilitaram-me descobrir a importância do sorriso, da empatia, da ética, da indignação, da necessidade de resistência contra às lógicas de exclusão e dominação, da esperança, e da utopia pelo sonho possível de felicidade partilhada.

Finalmente, agradeço a CAPES que cumpre o importante papel de consolidar políticas de incentivo à pesquisa no Brasil, pelo apoio financeiro.

FOTO (Epígrafe)

**Estátua (Mãe Preta) – Largo do Paissandú – SP – Capital
Janeiro/2012 /Autor da Obra: JULIO GUERRA.**

“O oposto do amor não é o ódio, mas a indiferença.”

(Leonardo Boff – Fórum Social Mundial – Belém do Pará – 2009)

RESUMO

BRAUNSTEIN. H.R. ÉTICA DO CUIDADO: das instituições de cuidado e pseudo cuidado. 2012. (210.f). Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

Esta tese se propõe a responder a seguinte pergunta: Para a Psicologia em que medida, ou dimensões seria possível definir e descrever a ética do cuidado e a conexão humana enquanto conceito útil no campo das instituições como abrigos, creches, sócio educativas, prisionais e assistenciais? Considerando que para responder a referida pergunta, exista a necessidade de aprofundamento envolvendo a interface entre a psicologia do desenvolvimento humano, dos processos de socialização em torno da ética e da moral, bem como das possíveis relações existentes envolvendo as atividades humanas voltadas às instituições de cuidado e pseudo cuidado. Teoricamente este trabalho pauta-se dentro de uma visão sócio interacionista, histórica e cultural. Metodologicamente caracteriza-se por ser uma pesquisa qualitativa e propositiva envolvendo análise teórica e documental sob uma perspectiva crítica e dialética. Basicamente, as considerações finais ressaltam as contradições existentes entre as instituições estatutárias e das práticas institucionais e organizacionais, bem como da atividade humana envolvendo contradições entre o querer e o dever cuidar, entre o juízo, e ação ética e moral.

Palavras chaves:

- 1. Ética 2. Cuidado 3. Psicologia Institucional 4. Psicologia social.**
- 5. Educação**

ABSTRACT

Braunstein. H.R ETHICS OF CARE: the institutions of care and pseudo care. 2012 (210 f.) Thesis (Ph.D.) - Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2012.

This thesis aims to answer the following question: To what extent, or dimensions would be possible to define and describe the ethics of care as a useful concept in the field of psycho-social institutions and social education? Whereas to answer that question, there is the need of the interface between the psychology of human development, socialization processes about ethics and morals, as well as the possible relations involving the human activities directed at the institutions of care and pseudo care. Theoretically, this work is guided within a social interactions view, historical and cultural. Methodologically is characterized by qualitative and proposed research by theory and documental analyses. Basically, the final considerations highlight the contradictions between the statutory institutions, institutional practices, organizational and human activity, a contradiction with regard to contradictions between the will and the obligation in moral and ethical perspective.

Keywords:

- 1. Ethics.**
- 2. Care.**
- 3. Institutional Psychology.**
- 4. Social psychology.**
- 5. Educacion.**

RESUMEN

Braunstein. H.R. ÉTICA DE CUIDADO: las instituciones de cuidado y cuidado seudo. 2012 (210.f). Tesis (Doctorado) - Instituto de Psicología de la Universidad de São Paulo, São Paulo, 2012.

Esta tesis tiene como objetivo responder a la pregunta siguiente: ¿Para la Psicología, hasta qué punto, y dimensiones sería posible definir y describir la ética del cuidado como un concepto útil en el campo de las instituciones psico-sociales y de educación social? Considerando que, para responder a esa pregunta, existe la necesidad de una mayor participación de la interfaz entre la psicología del desarrollo humano, de los procesos de socialización acerca de la ética y la moral, así como las posibles relaciones que implica la las actividades humanas dirigidas a las instituciones de cuidado y seudo cuidado. En teoría, este trabajo se orienta dentro de una visión social interaccionista, histórica y cultural. Metodologicamente caracteriza una investigación cualitativa, y propositiva. Las consideraciones finales hablan de las contradicciones entre las instituciones legales, las prácticas institucionales, de la organización, y de la actividad humana, una contradicción entre la voluntad y el deber de cuidar, y de las perspectivas etica y moral.

Palabras clave:

1. Etica.
2. cuidado.
3. Psicología Institucional.
4. Psicología social.
5. Educacion.

SUMÁRIO:

1 – INTRODUÇÃO:	Pag. 01
1a- O encontro com as instituições de pseudo cuidado e a ética do cuidado; relato de uma trajetória pessoal, profissional e acadêmica.	Pag. 01
1b- Os pressupostos conceituais e as hipóteses que norteiam esta tese.	Pag. 23
1c- Metodologia.	Pag. 35
2 – ELEMENTOS CONCEITUAIS HISTÓRICOS, CULTURAIS, FILOSÓFICOS E PSICOLÓGICOS ACERCA DO CUIDADO E DA CONEXÃO HUMANA:	Pag. 41
2a - O cuidado dentro de uma trajetória histórica, filosófica e cultural humana.	Pag. 41
2b - A ética do cuidado em Heidegger e Hannah Arendt.	Pag. 57
2c - Ética; cuidado e conexão humana na Psicologia.	Pag. 64
2d - A Ética do cuidado e a conexão humana, conceituação a partir da “ética do cuidado” para Carol Gilligan.	Pag. 81
3 - A ÉTICA DO CUIDADO E A CONEXÃO HUMANA ENQUANTO CONCEITO POSSÍVEL, AMPLIAÇÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO.	Pag. 86
4 - A ÉTICA DO CUIDADO ENQUANTO CONCEITO E AS INSTITUIÇÕES.	Pag. 118
5 – O CAMPO: AS INSTITUIÇÕES DE PSEUDO CUIDADO:	Pag. 133
5a – Violência, abandono e as políticas públicas de cuidado e intervenção à criança e ao Adolescente.	Pag. 133
5b – Punibilidade e encarceramento de Jovens e adolescentes e as políticas públicas de cuidado e intervenção.	Pag. 144
5c – As políticas públicas de cuidado e intervenção aos moradores de rua na cidade de São Paulo.	Pag. 151
5d – A punibilidade e o encarceramento de mulheres e as políticas públicas de cuidado e intervenção.	Pag. 157

6 – ANALISE TEÓRICA	Pag. 168
6a – Das instituições de Pseudo Cuidado	Pag. 168
6b – Das instituições de Cuidado	Pag. 171
7 – CONCLUSÃO – Considerações finais, propostas e sugestões	Pag. 174
8 - BIBLIOGRAFIA	Pag. 180
9 – APENDICES E ANEXOS	Pag. 191
PROPOSTA DE ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO DE LOCAIS PÚBLICOS E INSTITUIÇÕES.	Pag. 192
RETRATOS ACERCA DO CUIDADO E DO PSEUDO CUIDADO.	Pag. 194
IMAGENS – “ OLHARES SOBRE ALGUMAS REALIDADES CONCRETAS “	Pag. 194
IMAGENS – “ RETRATOS DA CIDADE DE SÃO PAULO “	Pag. 195
LETRA – POESIA – “ URBANO GRITO “	Pag. 206

Índices: (FIGURAS- TABELAS-GRÁFICOS)

FIGURA 01- CAMPOS DE CONEXÃO E INTERAÇÃO HUMANA	Pag. 28
FIGURA 02 – ILUSTRAÇÃO CONEXÃO HUMANA E PRECONCEITO	Pag. 60
FIGURA 03 – CONEXÃO HUMANA E CUIDADO	Pag. 93
FIGURA 04 – ESFERAS DE CONEXÃO HUMANA	Pag. 95
FIGURA 05 – PERPECTIVAS DE CONEXÃO EMPÁTICA	Pag. 99
FIGURA 06 - CUIDAR NUMA PERSPECTIVA SÓCIO INTERACIONISTA	Pag. 107
FIGURA 07 - INTERAÇÃO E CUIDADO CATEGORIZAÇÃO	Pag. 108
FIGURA 08 - CATEGORIZAÇÃO DOS SUJEITOS E OBJETOS DE CUIDADO	Pag. 113
FIGURA 09 – ESFERAS DE CONEXÃO DOS OUTROS SIGNIFICATIVOS	Pag. 114
TABELA 01– CENSO MORADORES DE RUA EM SÃO PAULO	Pag. 152
TABELA 02 – ENCARCERAMENTO NO BRASIL	Pag. 162
TABELA 03 – ENCARCERAMENTO EM SÃO PAULO	Pag. 163
GRAFICO 01 – NIVEL DE ESCOLARIDADE - ENCARCERADAS	Pag. 164
GRAFICO 02 – MOTIVAÇÃO PARA DELITO	Pag. 165
GRAFICO 03 – TAXA DE REINCIDÊNCIA	Pag. 166

1 – INTRODUÇÃO

1a - O ENCONTRO COM AS INSTITUIÇÕES DE PSEUDO CUIDADO E A ÉTICA DO CUIDADO; RELATO DE UMA TRAJETÓRIA PESSOAL, PROFISSIONAL E ACADÊMICA.

Conforme Roberto da Silva (1997, p.17):

A história de vida como metodologia de pesquisa:

A história de vida, quando utilizada como metodologia para orientar uma pesquisa, não é incompatível com o rigor que a academia exige, nem diminui a sua qualidade ou seu valor científico. À medida que pessoas oriundas das classes populares, ou socialmente excluídas adentrarem o ambiente universitário, é desejável e louvável levar para o âmbito da academia suas experiências de vida que permitam reconstituir épocas, políticas setoriais e práticas pedagógicas que, até então, só haviam merecido uma interpretação oficial, sobretudo se as pesquisas, os estudos e reflexões assim desenvolvidas puderem dar respostas e novas abordagens aos graves problemas sociais que o país vive. [...]

Equivalente a uma epígrafe, a proposição metodológica acima defendida por Roberto da Silva, sugere uma importância política no campo científico, uma importância que implica na necessidade sobre a vinculação científica diante de uma realidade social, e que pode ser descrita pela estratégia de narrativas, que envolvem experiências, trajetórias de vida, e que podem ou devem ser articuladas para a compreensão e reflexão sobre um tema de pesquisa.

Expressando minha concordância com esta perspectiva, pretendo inicialmente falar de minha história de vida, não como alguém que viveu socialmente excluído, institucionalizado, mas sim como alguém que conviveu com pessoas, crianças, jovens, adultos, homens e mulheres nesta condição.

Desta forma, o registro de memória, que se traduz aqui em narrativa busca descrever metodologicamente não somente a intenção, a etiologia da escolha do tema de reflexão desta tese (A ética do cuidado, e as instituições de cuidado e pseudo cuidado), bem como da argumentação e sustentação científica dentro de uma perspectiva metodológica qualitativa.

Inicialmente, portanto, gostaria de mencionar que a ideia deste trabalho, é resultado direto de dois aspectos: o primeiro, existencial, profissional; o segundo, acadêmico, científico.

Em relação ao primeiro aspecto, quero mencionar que tenho em minha memória e em minha trajetória de vida, algumas lembranças e experiências que talvez expliquem meu interesse pelo tema, e a articulação deste por meio desta tese.

Sou de uma família muito heterogênea, meu Pai Judeu, Egípcio imigrante compulsório, excluído ideologicamente, e que desde minhas lembranças mais remotas contava recorrentemente sobre as dores e o sofrimento de ter tido que sair de sua terra natal, e conviver com as perdas, da família dispersa, da casa, dos amigos, enfim da vida que teve ali.

Minha Mãe brasileira nascida em uma pequena cidade do interior de São Paulo, oriunda de uma família extremamente pobre e que conviveu desde cedo com a desvinculação da mãe e pai, tendo sido criada durante parte da infância e adolescência por suas irmãs mais velhas, minhas tias.

Em relação à questão etiológica que envolve o interesse pela questão da exclusão social, lembro-me de uma aula alguns anos atrás, em período ainda anterior a conclusão de minha dissertação de mestrado, aula esta, ministrada pelo estimado Professor José Moura Gonçalves Filho (Zeca), em que foi questionado em aula, sobre o motivo que levaria alguém a pensar, a trabalhar com pessoas que sofrem exclusão e humilhação social?

Na ocasião enquanto alunos, ficamos nós, eu em especial, introspectivamente sem saber responder, e então o Prof. Zeca mencionou a hipótese de que isto estaria de alguma forma marcada na trajetória de vida das pessoas, por meio de alguma situação, experiência vivida.

Assim, fiquei pensando longamente, refletindo desde então, pensando em minhas escolhas profissionais, nas polemicamente e supostamente extinta Febem-SP, nos supostamente extintos Manicômios, nas Prisões... abrigos e na Creche pública por onde atuei, pois minha trajetória profissional talvez possa ser descrita por uma opção primária, uma vocação intencionalmente reforçada a partir de um encontro, ou de alguns encontros...

Remotamente, lembro-me da interação relação familiar cotidiana e constante durante minha infância, envolvendo dois de meus queridos primos maternos, e minhas queridas Tia e primas, os quais na época, viviam uma realidade social, econômica e cultural muito diferente da qual eu vivia.

Meus primos, primas e tia eram pobres, na ocasião viviam no Rio Pequeno, um bairro de São Paulo próximo a USP, que nesta época era periférico, um bairro em que não havia asfalto, sem infraestrutura urbana como existe hoje, eles viviam numa casa muito modesta, de móveis simples, poucos e precários, as roupas que não me serviam eram dadas aos meus primos, minha mãe os ajudava materialmente habitualmente.

Lembro-me dos amigos deles diferentes dos meus, mais espontâneos, mais sujos de terra, muitos descalços, me lembro das pipas, dos piões, das bolinhas de gude, da liberdade para brincar, correr e pisar no chão, chutar uma bola, fazer guerra de mamonas, de minha avó materna Angelina, quase vizinha deles, fatiando cana de sua humilde casa e quintal, para que pudéssemos mordê-las, me recordo hoje de forma mais elaborada e racionalmente dos paradoxos, das contradições sociais, culturais, das tristezas, sofrimentos e alegrias destes tempos, destas interações.

Recordo-me de uma situação inusitada, porém marcante em minha memória, a de estar andando com minha mãe na Avenida Pedroso de Moraes no Bairro de Pinheiros em São Paulo, onde morávamos quando eu era ainda criança, nesta época eu devia ter por volta de doze anos, eram aproximadamente meio dia, quando minha mãe se deparou com um menino de aproximadamente quatorze anos, caído desacordado no chão, na calçada.

Lembro-me da indignação de minha mãe, sentimento este que a motivou a acordá-lo e conversar com o menino, e depois levá-lo para casa.

Minha memória remota ficou marcada pelo impacto, pela impressão de ver aquele menino depois do banho, com minhas roupas, pela imagem de um menino transformado por um simples banho, pelas roupas não mais rotas, sujas, maltrapilhas, pela expressão de seus olhos e rosto mais vívida após ter se alimentado, pela sensação mútua de medo diminuída, pela empatia, pela semelhança, pela situação que oportunizou na ocasião uma interação entre iguais, dois meninos iguais, com realidades sociais, históricas, culturais, materiais e de um cotidiano diferentes.

Este fato me fez refletir precocemente e formular questões, após a saída daquele menino de minha casa, questões perenes, questões como:

Para onde ele foi?

E a mãe e família dele será que ele tem?

Será que ele vai ficar bem?... Será que ele ficou bem? Como foi sua vida depois deste encontro? Não sei, nunca mais soube de qualquer notícia...!!

Recordo-me destes encontros, destas realidades vividas até hoje como uma marca indelével na memória, na pessoa que sou, e que pensa na exclusão, na humilhação social, e nas instituições que hora denomino por instituições de cuidado e pseudo cuidado, instituições estas, a meu ver, legitimadas historicamente e socialmente com objetivos de atender as demandas da exclusão, da humilhação e das desigualdades sociais econômicas, e do abandono.

Recordo-me destes encontros e penso historicamente e criticamente sobre as ações filantrópicas, da caridade, da benemerência, e das contradições destas iniciativas pontuais em relação às questões dos direitos fundamentais da dignidade humana, da condição humana, e das ideologias dominantes que norteiam a lógica econômica e política; norteadas pelo neoliberalismo e capitalismo, bem como, das lógicas de punibilidade que as sustentam como macro sistema de dominação.

Aos vinte anos, abdiquei momentaneamente de cursar uma Universidade e optei por estudar Teologia, neste breve período de aproximadamente seis meses, tive a oportunidade de envolver-me com trabalho comunitário, norteados por uma missão evangelizadora, tive contato por alguns meses com pessoas em situação de extrema pobreza moradores da cidade de Piracaia, uma pequena cidade do interior de São Paulo.

Durante uma visita, recordo-me de uma família moradora de uma casa de sapé, muito precária, lembro-me da simplicidade, e receptividade da moradora da casa, mãe, e suas crianças pequenas, todas vestidas precariamente e muito magras; lembro-me do interior da moradia com apenas um cômodo, com as paredes enfumaçadas, todas escuras como se fossem de uma caverna devido a fumaça diária do fogão a lenha, uma moradia sem água encanada, sem luz elétrica, sem saneamento.

Dentro desta trajetória e narrativa pessoal, descrevo uma experiência posterior à descrita em Piracaia, e ainda relacionada ao tema, que ocorreu em Israel, pouco mais de um ano antes de meu ingresso no curso de Psicologia em 1984.

Esta experiência ocorreu mais especificamente em Jerusalém, um local, uma cidade muito especial, que oportuniza a cada pessoa que esteja lá, a possibilidade em defrontar-se concretamente com nossa história judaico-cristã e com uma diversidade e pluralidade humana riquíssima, local em que vivi por volta de seis meses durante o período em que estudei no curso preparatório, primeiro ano básico da Universidade Hebraica de Jerusalém (Rothberg School for Overseas Students).

Recordo-me das contradições ideológicas, políticas culturais, sociais e religiosas, dos contrastes das regiões periféricas a Jerusalém, dos bairros árabes alguns nitidamente pobres, com moradias modestas; recordo-me dos então ainda existentes, acampamentos de refugiados extremamente precários e ostensivamente vigiados.

É impossível esquecer os jovens na ocasião como eu, multidões deles, vestidos com uniforme do exército e com metralhadoras a tira colo.

Dos ônibus separados para judeus e árabes, da tensão promovida pelos radicalismos e intolerâncias de minorias de ambos os lados.

Das revistas, vistorias ostensivas, na entrada de supermercados, na Universidade, e demais locais públicos. Da fobia social, promovida pela desconexão humana, pela ausência de interações de respeito e reciprocidade.

Na época perguntava:

Religião une ou separa? A fé salva ou gera intolerância?

Nesta época me envolvi com o movimento Shalom Achshav (Paz Agora), um movimento que considera a necessidade de se estabelecer a Paz mesmo que isto implique em ter que fazer concessões, que acredita no diálogo entre os diferentes e na tolerância como meio de promover outro conceito de coexistência pacífica.

Voltando de Israel, ingressei no curso de graduação de Psicologia na Universidade Paulista - UNIP, e já no terceiro semestre do referido curso, ingressei para trabalhar como monitor (II) responsável por desenvolver atividades recreativas e educacionais numa Unidade da Febem – SP situada na beira da Rodovia Raposo Tavares na cidade de São Paulo, lá trabalhei por mais de quatro anos.

Neste período, lembro-me de forma paradoxal do vínculo, do afeto de inúmeras crianças e adolescentes com as quais convivi intensamente e que me marcaram profundamente, em contrapartida, lembro-me do sofrimento pelo abandono, pela institucionalização, pela precariedade das instalações e falta de perspectivas impostas pelas práticas e diretrizes de uma Instituição TOTAL (GOFFMAN, 1974), uma Instituição de Pseudo Cuidado em minha visão. (GUIRADO, 2004; SILVA, 1996; 1997).

Recordo-me das roupas precárias, ou das roupas carimbadas em preto e todas iguais, recordo-me dos chinelinhos de dedos dos pequenos, da carência afetiva, da necessidade do colo do abraço, da falta de individualidade dos espaços privados para guardar objetos, fotos, lembranças, brinquedos.

Lembro-me da ausência e impossibilidade de estabelecer vínculo afetivo e cuidado exclusivo.

Da ausência e limitação de um cuidado exclusivo, de um amor exclusivo, em que numa perspectiva dialética é tão importante quanto ao da capacidade de partilhar este amor, afeto, cuidado com os outros, e de forma cooperativa, comunitária.

Durante meu ultimo ano, do curso de Psicologia (1988), e em razão da Clínica – Escola ser relativamente próxima à Praça da Sé (em São Paulo), recordo-me de eventualmente ir até a referida Praça, tentar encontrar dormindo ou se abrigando nos “ventinhos” (bocas de saídas de ar do metrô) alguns adolescentes que eventualmente estavam evadidos da unidade, com o intuito de conversar e ver se estavam bem, muitos destes adolescentes durante a década de 80 (oitenta) ficavam na Sé, pois lá durante as noites, parava um ônibus pertencente a um projeto governamental (PCR –Projeto Crianças de Rua), que oferecia suportes emergenciais como alimentação, lugar para dormir e atividades, e de encaminhamentos diversos para os que quisessem.

A Praça da Sé nesta época era um importante reduto de crianças e adolescentes, em condição de abandono, desvinculação familiar e conflito com a lei.

Lá a grande concentração destas crianças e adolescentes, na época, lhes possibilitava certos poderes e capacidades de resistência frente aos diversos riscos, e frente a cooperação entre os grupos, existiam obviamente rivalidades, além de varias formas de exploração e violência cometidas entre eles próprios, e por adultos.

A Praça da Sé nesta época ficou muito conhecida como um reduto destas crianças e adolescentes, e foi muito divulgada na mídia nas colunas policiais, provocando intervenções diversas do poder público, culminando com a progressiva repressão por parte do estado movido por uma lógica e um discurso de Pseudo-cuidado.

Enquanto Psicólogo já formado, posso descrever a experiência que tive convivendo posteriormente com esta realidade repressiva ou de Pseudo cuidado institucional, uma outra realidade vivida na então FEBEM - SP, de ter trabalhado numa unidade de adolescentes qualificados como infratores, a unidade Imigrantes extinta, que protagonizou uma das mais trágicas histórias da instituição.

Recordo-me dos improvisos, da falta de estrutura, das filas intermináveis dos adolescentes, meninos, comendo, dormindo, sentados no chão quase que 24 horas, inúmeros recolhidos compulsoriamente da Praça da Sé.

Apenas um dado importante, em meados da década de 80 (oitenta) e início da década de 90 (noventa), a extinta FEBEM/SP, passou por um processo de centralização e desmonte das unidades do interior, concentrando-se as unidades de internação na cidade de São Paulo.

Entre os muros a beira de uma Rodovia que nos leva ao litoral paulista muitas vezes para passar férias, e buscar momentos de lazer, escondia-se por detrás destes muros altos, aquilo que qualifico a partir de minha dissertação de mestrado (BRAUNSTEIN, 2007), como um verdadeiro campo de concentração de jovens, seres humanos, ali, foi concretizada a implantação de uma lógica espelhada em unidade prisional de extrema precariedade, e de uma configuração institucional voltada prioritariamente e exclusivamente à punibilidade.

Ali os “Filhos do governo” (SILVA, 1997) recebiam Institucionalmente a atenção pautada no manejo, na ausência de uma ética do cuidado, na ausência de uma lógica instituída e pautada pelo cuidado, pelo respeito ao direitos humanos fundamentais.

Naquela instituição, as interações geralmente eram violentas, tiranas, conflituosas, nestas Instituições de pseudo cuidado, as relações de dominação eram, são explícitas, da mesma forma como também em muitas das prisões.

Nestas instituições, o cuidado e a conexão humana são extremamente reduzidos e minimizados enquanto campo de abrangência moral, permitindo-se o estabelecimento de um ambiente e dinâmica de extrema violência, pautado por regras rígidas heterônomas (PIAGET, 1994), e de punições severas, entre e por todos os atores (ou sujeitos) institucionais.

Descrevendo outro momento em outra atividade:

Como ex-diretor de creche municipal na cidade de São Paulo, tive a oportunidade de conviver e partilhar de um período privilegiado em que as políticas públicas em geral, e principalmente para os equipamentos voltados às crianças e adolescentes envolviam como meta a implantação de um modelo de gestão participativo, da implantação de conselhos gestores nas creches.

Envolvei-me com um trabalho comunitário que buscava promover a conscientização (FREIRE, 1974; 1980), a participação comunitária, a construção de um caminho para autonomia e para a gestão participativa e democrática, para um sentido de cidadania mais cooperativa e comprometida com as questões públicas, dos espaços e serviços públicos.

Durante uma gestão, da então Prefeita Luiza Erundina, houve o incentivo destas ações e estratégias políticas de gestão municipal.

Cabe lembrar que durante esta gestão, o Secretário de Educação Municipal era o estimado e saudoso Professor Paulo Freire, que tanto conhecimento, reflexões e exemplos nos deixou..., heranças, janelas para a transformação social, motivações para a construção de uma nova realidade mais justa e ética.

Nesta época, atuando na região de Campo Limpo município de São Paulo, mais especificamente na região próxima à Represa do Guarapiranga, durante inúmeras visitas domiciliares, eu convivi e partilhei da realidade da violência urbana, da fobia de inúmeras famílias pela cultura do medo promovida pelos inúmeros homicídios de jovens decorrentes do tráfico e uso de drogas, das moradias muitas delas extremamente precárias e construídas em áreas de risco de desabamento e enchentes, sem qualquer infra estrutura urbana como saneamento básico, iluminação.

Recordo-me das famílias pobres, da falta de condições materiais básicas, das mães sem perspectivas pessoais, de algumas histórias de violência doméstica.

Assim, a creche, tornou-se um espaço de múltiplas demandas, a partir da creche como um espaço público, foram enfrentados inúmeros desafios, frente aos constantes vandalismos, frente às queixas e muitas vezes rivalidades de mães e funcionários, frente a visão assistencialista, paternalista, clientelista e autoritária historicamente construída sobre o equipamento.

A finalidade e o papel político e social teve que ser repensada, exigiu reflexão, discussões, superação de conflitos, implicou em muitas dúvidas.

Acredito que neste período, tive a oportunidade de refletir a nível pessoal e profissionalmente, pude aprender muito além daquilo que havia aprendido e refletido academicamente, ali descobri a necessidade de desenvolver uma visão pautada em realidades concretas, considerando que estas realidades são constituídas e instituídas dialeticamente, socialmente, historicamente e envolvem contradições múltiplas.

Durante este período pude pensar no paradoxo institucional do cuidado, e confrontar a realidade com a descrição de René A. Spitz em seu livro *“O primeiro ano de vida”* (1983), no sentido das “patologias” promovidas pela institucionalização de bebês.

Assim, a perspectiva participativa e sócio-educacional amplamente discutida e incentivada como política pública para as Creches gerou um contexto facilitador para repensar os espaços, as atividades e as dinâmicas e discuti-las com as crianças e implantá-las com o apoio de mães, pais, funcionários e comunidade.

Dar um sentido novo àquele espaço revitalizá-lo, abri-lo para a comunidade, para as festividades, tirar as crianças das rotinas padronizadas, impostas pelos adultos, do sono compulsório, da hora do piquinho compulsória, do prato feito compulsório, do cuidado compulsório que não emancipa que é heterônomo, que não escuta a perspectiva da criança, que não contempla as diferenças e que, portanto, se traduz em práticas e se consolida como uma Instituição de Pseudo cuidado.

Ações que foram sendo construídas a partir das interações, dos diálogos nem sempre convergentes, envolvendo todos os segmentos envolvidos (gestão, funcionários, pais, mães, comunidade).

Uma outra realidade importante a ser descrita nesta introdução, parte de minha experiência profissional no sistema prisional paulista por cerca de oito anos, e que desencadeou a dissertação de mestrado “Mulher encarcerada: trajetórias entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência”¹, seja a experiência de vida mais marcante que contribuiu para a configuração do conceito de Instituição de pseudo cuidado, bem como a ética do cuidado enquanto tema central de meu interesse em pesquisa acadêmica e científica.

¹ (BRAUNSTEIN, 2007)

Na Penitenciária Feminina do Butantã (PFB), pude viver múltiplas experiências significativas, permitindo-me crescer profissionalmente a partir da compreensão das contradições institucionais, cotidianas e principalmente por meio da escuta de quase mil mulheres na ocasião, vozes que desmistificaram os rótulos, e fizeram emergir os sofrimentos, as lições morais, os arrependimentos, as esperanças, as falas e as lógicas de cuidado, e que serão melhores descritas mais adiante.

Apenas gostaria de agregar brevemente a narrativa da memória das últimas atividades desenvolvidas na PFB, quando desenvolvia a atividade de canto coral, uma atividade que envolvia a interface entre Psicologia e arte, a ruptura para uma nova prática de atuação possível, que em minha experiência configurou-se como muito eficaz e gratificante a todos (as) que tiveram a oportunidade de partilhar tal proposta de interação.

Na ocasião, cantar era apenas um pretexto motivacional, para uma roda de conversas que possibilitava romper de forma positiva, prazerosa com a lógica de uma instituição de pseudo cuidado, totalizante voltada exclusivamente ao vigiar e punir, permeada por práticas de separação e exclusão, onde as relações de dominação, de desconfiança mútua e falta de transparência, solidariedade, reciprocidade e cooperação eram a tônica do dia a dia institucional.

Em psicologia especificamente, significou uma alternativa para a atuação hegemônica psicodiagnóstica, psicoterapêutica individual centrada na queixa, nos problemas, na negatividade.

A ideia consistiu em promover o diálogo sincero, o vínculo, o resgate das relações de confiança, possibilitando olhar nos olhos, discutir sobre as angustias, os sonhos, as expectativas, favorecendo a elaboração e organização dos conteúdos relacionados à consciência coletiva e individual, de uma rede de relações de confiança e apoio. (BARÓ, 1996).

Desta forma lembro-me dos vínculos construídos, das histórias de um sentimento que nos fazia naqueles momentos breves perder de vista a dimensão da prisão, lembro-me das vozes que ecoavam naquela capela e se soltavam para cantar, chorar, se expressar, apoiar, se indignar, aspirar, encorajar a sonhar, e acreditar em novos rumos, possibilidades...

Portanto, agregando minha trajetória pessoal à minha atuação profissional, por mais de 20 anos, me deparei com situações relacionadas à violência, e a intolerância, e percebi a existência de paradoxos relacionados à construção de valores, às questões morais, pré-conceituais, preconceituosas e frente às questões éticas, de auto-regulação humana e de desrespeito aos direitos humanos fundamentais.

Neste contexto, pensar sobre a cultura, a diversidade, a pluralidade, a alteridade e frente às relações de dominação e poder, éticas, morais, afetivas, institucionais e sócio-educacionais foram decorrências quase que inalienáveis.

Em relação ao segundo aspecto (acadêmico, científico), tais questões e vivências foram determinantes para a realização da referida pesquisa sobre o Encarceramento de mulheres, durante meu Mestrado em Educação, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), baixo a orientação do estimado Prof. Roberto da Silva.

A referida pesquisa científica concluída em 2007² implicou na busca de uma compreensão a respeito das diferentes características quantitativas e qualitativas do encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo, e minimamente das questões relacionadas à auto regulação humana.

Houve interesse, em identificar o quanto o sentimento de cuidado e de conexão humana eram presentes na perspectiva futura das 353 mulheres da amostra.

² Mulher encarcerada: trajetórias entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência (Dissertação de Mestrado- FEUSP)

Foi obtido um índice de 81,02% das mulheres mencionando que tinham objetivos futuros em relação às suas famílias; um total de 286 mulheres em números absolutos.

Este aspecto entre outros, sugeriu-me perguntar: será que estes dados ratificam a tese da “ética do cuidado” de Carol Gilligan (1982).

Nesta perspectiva, minha hipótese é que os conceitos de *cuidado* e *conexão humana* configuraram-se como importantes elementos para a compreensão e constituição da pessoa ética, e da possibilidade de consolidação de uma organização humana mais tolerante, menos violenta.

Partindo desta trajetória, permaneci dando sequência em minha trajetória agora em nível de Doutorado, consolidando esta tese, agora orientada pelo também estimado Prof. Yves de La Taille.

Concluindo a trajetória que justifica esta Tese, se refere ao “cuidado”, enquanto atividade humana (um conjunto de ações), e a “conexão humana” enquanto capacidade de interação empática, considerando-os como elementos psicológicos, potencialmente e hipoteticamente presentes nos mecanismos cotidianos de auto regulação, na ação ética, nas instituições, bem como na construção e exercício da cidadania, dos direitos e respeito à pluralidade, a diversidade e a alteridade.

Ao conjunto destas hipóteses, que envolvem mecanismos subjetivos e ações concretas, é que se institui o conceito de “Ética do Cuidado”, a partir da proposição de Carol Gilligan (1982).

Portanto, a pergunta básica que motiva esta Tese configura-se da seguinte forma:

Para a Psicologia, em que medida, ou dimensões seria possível definir e descrever a ética do cuidado e a conexão humana enquanto conceitos úteis no campo das instituições sócio educativas, e sócio assistencial?

Esta pergunta situa dois conceitos operacionais:

- a) O **Cuidado** dentro de um ideário republicano, dos direitos humanos, e na perspectiva da afirmativa dos direitos.
- b) A **Conexão Humana** frente a alteridade, a pluralidade a diversidade, e a empatia.

Quanto à relevância desta discussão:

Atualmente, o contexto social e político contemporâneo têm apontado para um expressivo sentimento coletivo de insegurança.

Inúmeros conflitos e manifestações de intolerância e violência vêm sendo noticiados e vivenciados em contextos diversos, nas escolas, nas famílias, nas cidades, estados e países.

A partir desta constatação, inúmeras questões surgem nos meios acadêmicos muitas delas geradores de diversas pesquisas nos campos das ciências sociais, humanas, biológicas.

Inúmeras questões surgem nos meios sociais e políticos geradores de inúmeros fóruns, convenções, e iniciativas tais como:

Convenções e tratados promovidos pela ONU, Fórum Social Mundial, ONGs, Convenção da Terra, entre outras.

Especificamente, quanto à relevância do tema, é fundamental pensar que o cuidado e a conexão humana enquanto elementos relacionados ao desenvolvimento bio-psico e social humano tem sido pouco estudado.

Outro aspecto, é que historicamente o mundo humano, construído, instituído, transformado, denota contemporaneamente a realidade concreta que envolve relações de conflito, escassez de recursos, exclusão, ou seja, de uma lógica e de ações inversas as perspectivas éticas, bioéticas, de responsabilidade social, ecológica, ambiental, entendidas aqui por práticas, atividades, e instituições objetivas e subjetivas de cuidado. (BAUMAN, 1999; 2008; ARENDT, 1981; LA TAILLE, 2009; BOFF, 2003).

Nesta perspectiva, proponho a tese de que os conceitos de cuidado e conexão humana, talvez se configurem para a psicologia como importantes elementos para a compreensão das práticas institucionais vigentes em nossa sociedade, da formação de recursos humanos que trabalham nestas áreas e também da pesquisa e da legislação que normatiza as políticas públicas de assistência, bem como no campo da psicologia social comunitária, no sentido de buscar contribuir para a transformação social em prol de uma sociedade potencialmente ética, e inclusiva, voltada ao respeito à diversidade, às diferenças e pluralidade.

Enquanto relevância cabe ainda ressaltar a questão histórica que envolve a esfera da emoção, da afetividade, e dos sentimentos no campo científico.

Dentro da tradição cientificista, positivista, a subjetividade sempre foi encarada como problema de pesquisa, como empecilho para atingir a pretensa objetividade metodológica ou verdade científica. (MINAYO, 1996)

Desta forma, o cuidado enquanto sentimento muitas vezes é visto como objeto de pesquisa subjetivo, dicotômico, focado no indivíduo.

Ainda historicamente nas ciências humanas e biológicas, cabe considerar que a associação entre cuidado, maternagem, e feminino são associações constantes e frequentes.

Assim, considerando-se as questões de objetividade científica, poder e dominação, inúmeras teorias, e abordagens psicológicas preferiu a razão, e o comportamento observável como objeto de pesquisa e reflexão científica, considerando como validos apenas o estudo das condutas como objeto e variável de fundamentação teórico-metodológica. (BARÓ, 1996).

No campo da ética, da moral, da justiça, e das leis de organização a razão e a punibilidade invariavelmente são vistas como fatores determinantes, factuais, explicativos, e efetivos de auto-regulação. (BRAUNSTEIN, 2007).

Bondade, virtude, compaixão, caridade, generosidade e altruísmo surgem historicamente como elementos e sentimentos relacionados quase que exclusivamente às reflexões filosóficas e religiosas.

E mais especificamente, elementos como o cuidado e a conexão humana, foram e são frequentemente relegados também ao campo de argumentação filosófica e religiosa.

Considerar o desafio do estudo científico do cuidado enquanto sentimento e atividade humana relacionada às questões éticas e morais, e institucionais, constituem-se, portanto, como um movimento e intenção de pesquisa desafiador e relevante, no campo científico, e mais especificamente da psicologia, da sociologia e da pedagogia.

Finalmente conforme La Taille (2006, p.27), todos nós, assistimos hoje uma *“verdadeira “inflação” contemporânea do emprego da palavra ética.”*, uma verdadeira *“febre ética”*.

Diante desta consideração, quero mencionar que concordo com esta constatação, ressaltando que esta tese não se insere enquanto intenção, ou pretensa, de instituir um novo modo, código ou teoria prescritiva, mas sim, em preencher uma lacuna no campo das questões que envolvem um objeto de estudo tradicionalmente ignorado no campo das ciências sociais, humanas e mais especificamente da Psicologia.

Enquanto motivação e relevância, a ética do cuidado enquanto objeto de estudo permeia questões micro e macro sociais.

Ressalto que no mundo contemporâneo, humanamente transformado, existem contradições profundas entre as instituições de cuidado e da ética de um lado, e da violência de outro.

Concretamente, segundo dados do Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz³, são gastos anualmente no mundo US\$ 1,6 trilhões com armas, equivalentes a 2,5% do Produto Interno Bruto Mundial, correspondendo a US\$ 202,00 (duzentos e dois dólares) por cada habitante do planeta, outros dados do mesmo Instituto indicam que em dez anos os gastos mundiais com armas (indústria bélica) tiveram uma elevação de 45%, recursos estes investidos no desenvolvimento e na produção de artefatos de extermínio, em que inúmeros profissionais técnicos, e cientistas estão empenhados na viabilidade destas tecnologias.

Segundo dados do Instituto em questão, o Brasil investiu em 2010 US\$ 15,3 bilhões (quinze bilhões e trezentos milhões de dólares) com armas, ocupando a 12ª posição no mundo, sendo responsável pela parcela de 01% (um por cento) do gasto mundial no período.

³ Site: www.sipri.org (relatórios anuais 2007, 2008, 2011).

Cabe então perguntar, provocar...

Qual seria então o papel da psicologia em relação a esta questão ou realidade social ?

Quais são as dinâmicas subjetivas, psicológicas, envolvidas historicamente e contemporaneamente neste contexto, nestas instituições que legitimam o extermínio?

Quais são as variáveis psicológicas responsáveis pela legitimação de tais investimentos?

Talvez a “febre ética” apontada pelo Prof. Yves de La Taille decorra desde há muitos anos motivados pelas contradições entre as instituições de cuidado e da ética, em contraposição as da violência.

Identifico que historicamente na psicologia, tais questionamentos foram preocupações desde muito tempo de autores celebres como, por exemplo, FREUD em o “Mal estar da civilização” (FREUD, 1974. vl. 21), e com Kurt Lewin (1975; 1983) dentro de seus inúmeros legados refletindo sobre as dinâmicas grupais, bem como sobre o autoritarismo.

Contemporaneamente a violência incrementada pela ciência e a tecnologia, exigiu um novo pensar etiológico, explicativo além da barbárie, surgindo novos conceitos em torno da racionalidade, da tecnicidade, da burocratização e da banalização da violência. (ARENDT, 1978; 1985; 1990; ADORNO, 1995; BAUMAN, 1998).

Diante do momento atual, contemporâneo, cabe à psicologia não ignorar seu papel frente ao compromisso social, bem como em relação ao compromisso ético de transformação social, em prol das instituições de cuidado, assumindo-se como instituição de cuidado.

A proposta desta tese, busca contribuir na perspectiva de pensar que a psicologia não pode se furtar de sua missão, que implica em compreender os processos subjetivos envolvidos tanto nas instituições de cuidado de forma positiva, como também das instituições que legitimam a violência, visando desenvolver formas de intervenção que possam contribuir dentro de uma perspectiva ética.

É preciso que a psicologia supere a ideologia quase que hegemônica capitalista, consumista, que alimentam as ciências e técnicas que servem as lógicas de dominação, exclusão, violência e extermínio, produzindo conhecimentos e formas de intervenção em oposição, visando, sobretudo a construção de uma sociedade, justa, ética e de cuidado acessível e possível a todos enquanto direito.

Operacionalmente o cuidado é extensão de uma dinâmica (de um processo mental humanizado, sensível), implicando na ideologia de que um mundo ético se faz a partir da autonomia moral, da empatia, da reciprocidade, do respeito, da educação (PIAGET, 1978), ou seja, de elementos que se constituem como tradicionais no campo da psicologia moral e social comunitária.

Finalmente, esta tese tem como tônica motivacional e de relevância, pensar a psicologia como ciência engajada em um ideal de transformação social, a partir de uma linha de pesquisa que possa refletir em novas pesquisas, práticas e intervenções, nos campos da Psicologia Social Comunitária, e Psicologia Política a fim de contribuir efetivamente para mudanças sociais significativas na direção de consolidar as instituições de cuidado como práticas sociais concretas. (BOFF, 2003; GUIRADO, 1987).

Buscando estruturar e organizar a trajetória de desenvolvimento desta monografia, já no próximo capítulo (1b) estarei definindo os pressupostos teóricos e as hipóteses que norteiam esta tese, em seguida finalizando esta primeira parte, estarei descrevendo a metodologia científica que envolvem as estratégias e procedimentos de pesquisa e análise aqui adotados.

Posteriormente, no capítulo 2 serão abordados os elementos conceituais históricos, culturais, filosóficos e psicológicos acerca do cuidado e da conexão humana, refletindo e abordando sequencialmente sobre as seguintes questões:

- a) O cuidado dentro de uma trajetória histórica, filosófica e cultural humana.
- b) A ética do cuidado e suas contradições em Heidegger e Hanna Arendt.
- c) A ética, o cuidado e a conexão humana na Psicologia.
- d) A Ética do cuidado e a conexão humana conceituação a partir da “ética do cuidado” para Carol Gilligan.

No capítulo 3 será feito a contextualização e ampliação da ética do cuidado e da conexão humana como conceitos operacionais no campo da Psicologia Moral, Social e Institucional.

No capítulo 4 a correlação e contextualização da ética do cuidado enquanto conceito e as instituições compreendidas socialmente e historicamente como processos decorrentes de legitimações objetivamente e subjetivamente instituídas.

No capítulo 5 serão discutidas e analisadas as Instituições de Pseudo Cuidado enquanto práticas sócias concretas, especificamente, serão abordadas:

- a) A violência, abandono e as políticas públicas de cuidado e intervenção à criança e ao Adolescente.
- b) A punibilidade e encarceramento de Jovens e adolescentes e as políticas públicas de cuidado e intervenção.
- c) As políticas públicas de cuidado e intervenção aos moradores de rua na cidade de São Paulo.

- d) A punibilidade e o encarceramento de mulheres e as políticas públicas de cuidado e intervenção.

Em seguida a análise sobre os dados de pesquisa terão a finalidade de demarcar realidades concretas de exclusão, pseudo-cuidado, e que puderam ser analisadas a partir de dados quantitativos e qualitativos, outro aspecto é que os referidos dados refletem proximidades com as realidades em que atuei profissionalmente.

A retomada e atualização dos dados me possibilitam ratificar o modelo prisional enquanto modelo hegemônico de punibilidade, ou seja, de uma instituição de pseudo-cuidado, permitindo ampliar e evoluir conceitualmente sobre tal modelo no campo da psicologia, da relação punição e extinção de comportamento, das questões vinculadas a autonomia e heteronomia moral e ética.

Por fim, decorrentes das análises serão realizadas as devidas correlações envolvendo as Instituições de cuidado e as Instituições de Pseudo cuidado, possibilitando posteriormente, descrever as conclusões e suas implicações estabelecendo sugestões e propostas possíveis a partir da trajetória de pesquisa realizada.

1b- OS PRESSUPOSTOS CONCEITUAIS E AS HIPÓTESES QUE NORTEIAM ESTA TESE:

Neste capítulo, considero oportuno e coerente identificar e descrever os mecanismos psicológicos de motivação intrínsecos e extrínsecos, coletivos e individuais, envolvidos na ação ou intenção ética associada ao cuidado de si e do outro.

Mecanismos estes que englobam os elementos cognitivos e afetivos, relacionados ao querer cuidar e ao dever cuidar, bem como em relação às representações sociais (MOSCOVICI, 2003) manifestas por meio das Instituições sócio assistenciais e socioeducativas historicamente constituídas e legitimadas socialmente.

É fundamental também esclarecer que considero que, o grau de abrangência da atividade ou intenção de cuidar de si mesmo e do outro, está relacionado à questão da construção da ética e da cidadania.

Portanto, cabe enfatizar que não se trata de pensar exclusivamente a ação pedagógica nem a perspectiva positivista, linear, individualista ou interventiva sobre as práticas de cuidado, ou da ação comportamental de cuidar; mas sim, de como o cuidado se manifesta no decorrer da trajetória social do desenvolvimento humano dentro de uma perspectiva que envolve realidades sociais, históricas concretas, e que se constitui, institui-se e se legitima envolvendo contradições de um modo dinâmico, portanto, dialético. (LANE & CODO, 1984).

Outros aspectos implicam na necessidade de se pensar nas hipóteses e problematizações periféricas que norteiam este tema, tais como:

Existem paradoxos possíveis de serem descritos entre violência e cuidado.

Existem processos que necessitam serem repensados, no campo das instituições, cultural, social, educacional, pedagógico, das teorias e práticas em psicologia, e outras atividades, bem como nas questões política, ética e moral.

Na perspectiva da ética do cuidado, existem paradigmas para a consolidação de propostas de intervenção e transformação, que podem potencialmente contribuir para a construção de uma sociedade voltada ao cuidado de si mesmo e do outro, envolvendo um contexto que contempla a formação e as práticas profissionais, bem como o respeito às diferenças, a pluralidade, a diversidade, a alteridade, os direitos ao exercício democrático e responsável de construção da cidadania.

Buscando consolidar a trajetória de sustentação desta tese, bem como de suas hipóteses, descrevo os pressupostos a seguir:

Um primeiro pressuposto considera que:

O cuidado (a ação de cuidar, atividade humana) conforme LEONTIEV (1978) está plenamente vinculado ao desenvolvimento cognitivo / afetivo, e este (o cuidado) assume a função de mediador (VIGOTSKY, 1984; 1989), possibilitando por meio das interações de cuidado, o desenvolvimento das diferentes e diversas formas de comunicação, de linguagem, do acúmulo de conhecimento.

O cuidado e a conexão humana estruturam, comportam, as interações de ensino e aprendizagem, os diálogos, a capacidade de reflexão, crítica e auto-crítica, a capacidade de criatividade, o raciocínio lógico abstrato, a capacidade de memória seletiva, as representações sociais, a e capacidade simbólica.

O querer e ou dever cuidar estabelecem o delineamento das trajetórias históricas coletivas e auto-biográficas, a elaboração concreta e simbólica, o sentido social dos ritos, da cultural, das ideologia, dos valores, das capacidades perceptivas humanas em relação ao mundo (ao campo das interações /das representações sociais/ semióticas/ imagéticas), das formas de organização social e institucionais.

Proponho que as diversas representações sociais sobre cuidado, as ações de cuidar constituem um determinante interacional primário, sem o qual não poderíamos nos desenvolver ou sobreviver, e que por meio dele se estabelecem padrões, modos de conexão humana, e que nos possibilitam efetivamente ser, constituir uma identidade, uma representação social de si mesmo, de nós mesmos, e dos outros (seres humanos e mundo). (MOSCOVICI, 2003).

Sintetizando, **cuidado** (ação de cuidar, atividade humana) situa-se enquanto comportamento, ação, explícita visível ou implícita, pelo pensar humano. O **cuidado** é tanto a expressão de um sentimento afetivo, como de uma reflexão racional, lógica, ambas entendidas como determinantes sobre a capacidade e potencialidade de conexão humana.

O **cuidado** é, portanto, uma atividade ou atitude que envolve mecanismos psicológicos (afetivo, racional e comportamental) congruentes ou dissonantes, conflitantes, paradoxais, que envolvem concordâncias e contradições sociais, permeando a esfera da identidade, do si mesmo, do mim mesmo, e que se expressam enquanto configurações sociais nas dimensões qualitativas do campo de abrangência da **conexão humana**, e da **empatia**.

Um segundo pressuposto, propõe que:

O desenvolvimento moral e ético etiológicamente estrutura-se através das interações, das atividades de cuidado, e hipoteticamente se relacionam com a possibilidade potencial de ampliação do campo (espaço) de abrangência dos outros significativos a mim de cuidado, considerando uma trajetória de ampliação cognitivo/afetiva qualitativa na perspectiva ética (conforme Figura 01 a seguir), podendo ser pensada enquanto campo de abrangência, do mais próximo a mim envolvendo os agentes e instituições implicados no campo da socialização primária envolvendo a esfera, ou espaço privado, estrutura familiar nuclear, indo em direção, para o mais abrangente e distante espacialmente (conectado) de mim, os agentes e instituições implicadas no conceito de socialização secundária, envolvendo a esfera pública,, espaços e instituições de interação social mais amplos. (BERGER & LUCKMAN, 2002).

Para Jean Piaget (1994), existe um “*processo de construção do desenvolvimento moral*”, e que ocorre partindo da “descentração”, conceito que envolve duas dimensões: uma afetiva e outra racional.

Tanto a cognição e a “identidade” aqui são compreendidas como elementos que não são dissociados da afetividade e racionalidade, e que se constituem através de um processo de construção sócio-histórico, e que conforme LA TAILLE (2000, p.26-28) se constitui “como um conjunto de representações de si ...”

Estas duas dimensões estão compreendidas, portanto, em duas fases de desenvolvimento:

- a) Primeira fase: Heterônoma (em que a auto-regulação se dá por uma condição externa à pessoa).
- b) Segunda fase: Autônoma (em que a auto regulação se dá intrinsecamente, interior à pessoa) .

Portanto para Jean Piaget (1994) e Yves de La Taille (2006) a heteronomia torna-se incompatível no aspecto ético e moral com a autonomia.

A heteronomia se coloca no campo da não liberdade, enquanto a autonomia no campo da liberdade psicológica frente à escolha, frente às possibilidades de pensar e agir ética e moralmente.

Esquemáticamente esta proposição pode ser representada conforme sociograma abaixo:

FIGURA 01 – CAMPOS DE CONEXÃO E INTERAÇÃO HUMANA

A ilustração (Figura 01) se propõe a descrever esquematicamente os “campos de abrangência” relacionados à “conexão humana” e ao “cuidado” do “outro(s)”, na esfera afetiva e ou racional. Descreve dimensões de interação humana, relacionando, portanto, “cuidado”, “conexão humana” à perspectiva ética e moral e aos conceitos de inclusão e exclusão social. (SAWAIA, 2002).

Um terceiro pressuposto propõe que:

O cuidado (atividade objetiva e subjetiva de cuidar) se diferencia da ação ou conceito de manejo.

O manejo está relacionado exclusivamente à ação utilitarista, de manutenção, preservação de algo visto como objeto para o consumo (ARENDT, 1981) ou consumismo (BAUMAN, 1999), ou ainda para a autopreservação ou autocuidado.

O manejo em diferentemente do cuidado, se caracteriza pela interação humana instrumental subsidiada pelas formas de conhecimento prático, mítico ou técnico – científico, nesta tese podendo ser pensada como a ação que situa um outro como objeto de cuidado, e portanto em condição passiva.

Exemplos:

A partir de uma crença cultural religiosa específica indiana alguns animais são sagrados, a vaca, por exemplo, não é consumida como alimento, portanto, não existem técnicas de manejo necessárias, instituídas socialmente denominadas tecnicamente e economicamente por agronegócios, instituições comuns a diversos países ocidentais que consomem a carne bovina.

No Brasil, por exemplo, as vacas são objetos de manejo, de consumo, não são sujeitos de cuidado, pois sobre elas existe uma lógica objetalizada, utilitarista, de consumo e consumista.

Outro exemplo pode-se ilustrar a partir das ideias e representações exibidas em diversos filmes infantis, em que um animal “de abate” (dentro de uma lógica de manejo ou consumo), um porquinho, pode ser visto, representado, como um animal de estimação, percebido afetivamente como significativo de cuidado.

Neste exemplo, o sentido interacional que se estabelece sobre um mesmo ser (um porquinho, por exemplo), se transforma, modifica-se do manejo, para o cuidado decorrente da conexão humana estabelecida.

Assim, para muitos, fica talvez mais fácil pensar em um cachorro de estimação como um amigo, um companheiro fiel, ao qual estabeleço uma conexão e por consequência uma interação fundamentada no cuidado desvinculada da perspectiva objetalizada.

Um quarto pressuposto refere-se à proposição de que:

O cuidado difere dos conceitos de caridade, e generosidade, pois ambos caracterizam-se por lógicas, instituições e atividades em que o princípio do direito não está envolvido, e sim, o princípio do favorecimento (favor), do fazer por querer exclusivamente.

Diferente da generosidade, da compaixão, do altruísmo não implica exclusivamente em suprir uma falta, em prol de outro, mas também de preservar, conservar, de manter algo já existente; exemplo: a vida.

O cuidado aqui será pensado e entendido nas esferas legais, das conquistas sociais por direitos, exemplificando, dos DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS (D.D.H-ONU 1948), da articulação entre o querer e o dever cuidar, do dever se cuidado, do sujeito de direito a ser cuidado.

Um quinto pressuposto:

O cuidado está plenamente relacionado à possibilidade de **existir** (existência), à possibilidade de **ser ou vir a ser**; da possibilidade de durabilidade (duração); da possibilidade de permanência das pessoas, dos objetos do si mesmo e do mundo.

O cuidado e a conexão humana se articulam as atividades humanas de preservação da vida, do ambiente, da permanência, durabilidade, longevidade.

O cuidado, ou o cuidar esta relacionado à durabilidade e permanência das coisas, dos objetos, dos seres, do mundo.

Isto implica na intenção e ação nem sempre utilitarista, mas também espontânea de cuidar, de pensar e operacionalizar o cuidado enquanto atividade (conjunto de ações, subjetivas e objetivas), enquanto mediador (LEONTIEV, 1978; VIGOTSKY, 1984), ou na perspectiva de uma instituição social, humana. (GUIRADO, 2004; FOUCAULT, 1984).

As dimensões de **tempo e espaço** estão implicadas à medida que possamos considerar as variáveis sócias históricas, culturais, das tradições, instituições e instituintes, das formas de conexão humana e cuidado, voltadas a permanência das coisas, pessoas, seres humanos, animais, dos objetos, do mundo.

Alguns exemplos:

As tradições culturais que envolvem o sagrado, o civismo, e suas histórias, memórias, divindades, heróis, objetos e locais de adoração, de cultos, de rituais e cerimônias.

As tradições familiares, étnicas, tribais, ancestrais humanas que descrevem e envolvem épocas, lugares, pessoas, objetos especiais, que implicam em conexões e estão circunscritos no campo do cuidado. Do cuidado da memória, dos discursos, dos ritos, das instituições que nos constituem enquanto identidade, pertencimento, filiação, raiz, enraizamento, da cultura da história.

Um sexto pressuposto importantíssimo no aspecto conceitual e de fundamentação desta tese, estabelece que:

A “conexão humana” conforme Carol Gilligan (1982, p. 40) se refere “a um laço primário entre o outro e si mesmo”.

De forma concordante, porém ampliada, e dentro de uma perspectiva sócio interacionista e construtivista, a conexão humana se **situa na esfera afetiva (dos sentimentos, da consciência de si em relação ao outro)**, potencialmente se amplia para além de “um laço primário”, acompanhando desta forma os processos de desenvolvimento social, moral e cognitivo humano.

Um sétimo pressuposto propõe que:

A ética do cuidado se consolida a partir de uma ampliação cognitiva (racional e afetiva) da capacidade e potencialidade de conexão humana, da potencialidade humana de interagir, dialogar, ouvir, sentir o que o outro sente, vive, percebe, acredita.

Diante disto, a conexão humana que se amplia qualitativamente numa perspectiva ética e de auto regulação, envolve a capacidade, a atividade e o exercício de interagir com o outro diferente de mim, de aceitar e compreender a pluralidade e diversidade humana, e do mundo ao qual fazemos parte, constituímos e somos constituídos.

A empatia conforme Dicionário HOUAISS (2001):

Relaciona-se à capacidade de compreender afetivamente (emocionalmente) e racionalmente o outro.

Relaciona-se à capacidade de identificação (de forma racional, e ou sensível (afetiva) com outra pessoa e ou animal, e ou objeto).

Envolve a capacidade de sentir o que o OUTRO sente, de perceber o que o OUTRO quer, necessita, deseja.

Implica na disponibilidade de apreender, perceber, aceitar como o OUTRO apreende e se expressa. (não envolvendo relação de dominação – implica em respeito incondicional).

Implica em se identificar, em se colocar no lugar do OUTRO.

“Forma de COGNIÇÃO DO EU SOCIAL mediante três aptidões:

- a) para se ver do ponto de vista de outrem;
- b) para ver os outros do ponto de vista de outrem;
- c) para ver os outros do ponto de vista deles mesmos.

Um oitavo pressuposto:

Nesta argumentação, pensar a moral e a ética e seu sentido existencial e filosófico voltado à idéia de vida boa, felicidade individual e coletiva, implica em considera-las imbricadas pelos componentes afetivos e racionais, e muitas vezes paradoxais e dissonantes, conflitantes intra e inter psiquicamente. (LA TAILLE, 2006; 2009).

Neste aspecto, lembro novamente que o conceito de ética do cuidado (Gilligan, 1982) implica em ser pensado quando o cuidado contempla duas variáveis motivadoras, afetiva e racional, porém não dicotômicas e sim integradas.

Esta consideração supõe a importância de se pensar a moralidade e a ética em suas duas variáveis de forma complementar, dialética e não dicotômicas, que envolvem as relações concretas, à capacidade da crítica ideológico, bem como os elementos sociais, histórico e cultural, voltados a ética enquanto conceito imbricado ao ideal de felicidade, do desafio necessário de construção da democratização de uma condição existencial que implique numa vida boa a todos, em felicidade enquanto uma condição concreta acessível à todos, tendo em vista as diversidades e pluralidades envolvidas nesta questão.

Um nono e último pressuposto:

Finalizando os pressupostos que norteiam esta tese é importante descrever uma diferenciação possível e importante entre os conceitos de moral e ética discutida em LA TAILLE (2006), e que será útil para a compreensão das reflexões aqui realizadas a seguir:

- 1- a **moral** aqui, será entendida enquanto mecanismo psicológico de auto-regulação relacionado às questões subjetivas e concretas do âmbito privado (espaço social mais restrito).
- 2- de acordo com o referido autor, a **ética**, será entendida aqui, tanto como um mecanismo psicológico de auto-regulação envolvendo o espaço público (espaço social mais amplo), como também, a concepção ideológica e filosófica universal de felicidade coletiva (vida boa), contemplada e consolidada dentro de parâmetros políticos legalmente, culturalmente e socialmente instituídos primariamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU. 1948).

1c- METODOLOGIA

Conforme já descrito na Introdução, descrever a metodologia utilizada neste trabalho inicia-se com a descrição dos possíveis elos existentes entre a trajetória de vida do pesquisador, sua autobiografia e as relações existenciais que este estabelece com seu objeto de pesquisa.

Metodologicamente isto permite a devida transparência frente às reflexões teóricas e analíticas em torno do objeto de estudo por parte do pesquisador, permitindo que se identifiquem as questões ideológicas que perpassam e atravessam a relação que o pesquisador estabelece com seu objeto e objetivos de pesquisa.

Tal estratégia metodológica significa romper com a visão de neutralidade científica do pesquisador em relação ao seu objeto, já que no campo da psicologia, e principalmente frente ao objeto de estudo desta investigação, supõe que tal neutralidade não passa de uma pretensão inatingível, já que o objeto em questão abrange sentimentos, visões e posicionamentos políticos, éticos, morais muitas vezes divergentes, plurais.

Em função de minha perspectiva teórica, quero esclarecer que para atender este objetivo, não tenho e nem acredito que deva alimentar a pretensão de construir constatações e conjecturas absolutas, absolutistas, no sentido totalitário (ARENDT, 1978; 1990) do termo.

Enfatizo que para cumprir esta tarefa, coloco-me em meu tempo cultural e histórico, baixo minha experiência e trajetória existencial ocidentalizada, judaico-cristã, inserido em uma sociedade pós-moderna, racionalista, tecnicista, ambivalente, capitalista, consumista, líquida... (BAUMAN, 1999; 2004; 2008).

Como pensador, acadêmico, pesquisador, profissional e Psicólogo subsidiado por um conjunto de saberes e instituições (GUIRADO, 2004; FOUCAULT, 1996) específicos, e que, portanto, me permitem alimentar um desejo e uma vontade de saber, e de reflexão, de ampliação e transmissão de conhecimento, um desejo ideológico de contribuir de alguma forma ainda que minimamente para a construção do “sumo bem”. (ARISTÓTELES, 19?).

Além disto, é preciso identificar as características do objeto de pesquisa, a fim de identificar quais são as possibilidades, opções, procedimentos e estratégias metodológicas mais adequadas, para atingir os objetivos propostos pela pesquisa, ou seja, para responder a pergunta básica bem como suas hipóteses.

Basicamente o objeto desta pesquisa esta no campo ou área de conhecimento da Psicologia, sendo também um objeto não mensurável psicometricamente, não visível, exceto, quando percebido objetivamente nos parâmetros legais e dinâmicas instituídas, e implicando, portanto, na necessidade de estratégias qualitativas de análise.

Tais constatações indicam a necessidade de trilhar um caminho metodológico diferente de qualquer proposta positivista, ou experimentalista no campo científico, afim de não abdicar ou reduzir as perspectivas de compreensão do objeto de pesquisa aqui proposto.

Considero que eleger cientificamente como objeto de estudo o cuidado e a conexão humana enquanto elementos de auto regulação humana, ética, moral e institucional, implica em buscar a sincronia entre o institucional e o instituído, que no caso concreto está enunciado em nossa legislação social e nas políticas de atendimento.

Ou seja, implica em situar esta investigação como uma possibilidade de ampliação do conhecimento sobre um determinado objeto, tratado no mestrado, aplicar as mesmas categorias de análises para universos análogos nos quais o cuidado e a conexão humana se constituem em elemento ético capaz de determinar o maior ou menor sucesso tanto das práticas institucionais quanto das políticas e da legislação que as fundamenta.

A presente tese também se caracteriza por sua trajetória de investigação ampliada em torno de um objeto oriundo de uma hipótese sugerida por Carol Gilligan em sua investigação descrita em seu livro “In a diferente voice” (1982), e reforçada por mim a partir da identificação e análise das falas de trezentas e cinquenta e três (353) mulheres então encarceradas no estado de São Paulo.⁴

Outra questão metodológica importante, é que esta pesquisa é não somente uma continuidade do mestrado conforme já mencionada, mas uma espécie de síntese de uma trajetória profissional cujas práticas incluem como espaços de trabalho e de reflexão, a rua, a creche, abrigos para acolhimento institucional de crianças e adolescentes, unidades de internação de adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional e atendimento clínico de crianças e adolescentes portadores de necessidades educacionais especiais.

Movido e orientado pelas sugestões da banca de qualificação, quanto a continuidade e ampliação da investigação, optei pela estratégia de submeter ambas as categorias de análise propostas por Carol Gilligan ao conjunto das experiências profissionais que desenvolvi ao longo da vida. se as mesmas se evidenciaram como importantes na análise da condição de mulheres submetidas ao encarceramento, qual a validade científica das mesmas categorias quando aplicadas à análise de situações que envolvam públicos diferenciados, como crianças, adolescentes, famílias em situação de rua, adolescentes, etc.

Cabe ressaltar, que das situações acima relatadas apenas o aprisionamento de mulheres foi objeto de abordagem acadêmico científica, no mestrado, a partir do olhar de profissional da psicologia, nas demais situações, as situações observadas, experienciadas e vivenciadas envolvem um período aproximado de 25 anos a partir da condição de profissional mais afeto às áreas de educação e cultura.

4

Conforme Dissertação de mestrado (Braunstein, 2007)

O conhecimento empírico destas múltiplas realidades prescinde, em sede de doutorado, de pesquisa de campo para coleta de dados, razão pela qual optei por resgatar, por meio da pesquisa bibliográfica, estudos nos quais o campo se refere às instituições as quais tive a oportunidade de conviver e foram descritas em minha trajetória bibliográfica, ou seja, pesquisas que abordaram realidades comuns, porém em contextos de épocas diferentes.

Tal estratégia tem a intenção de possibilitar uma maior aproximação do objeto de pesquisa com as realidades concretas relativamente conhecidas enquanto trajetória de reflexão, e enquanto vivência profissional e pessoal.

Utilizo, portanto, como estratégia a análise de dados de algumas pesquisas correlatas, envolvendo como fonte de pesquisa dados quantitativos coletados, sistematizados e divulgados por institutos de grande credibilidade e fidedignidade científica e acadêmica.

Dados relacionados às instituições de Pseudo-cuidado – análise sócio histórica sobre; prisões, reformatórios, abrigos, creches, moradores de rua dentro do estado de São Paulo.

Desta forma considero que é possível atender a exigência de ampliação sobre análises institucionais, e de desenvolvimento da pesquisa de forma propositiva.

Sistematizando as estratégias e procedimentos de coleta e análise de dados foram realizadas:

- a) Pesquisa sobre fontes bibliográfica e documental. Análise de fatos/ eventos históricos, documentais e midiáticos.
- b) Meta pesquisa (análise de dados de outras pesquisas) em torno de dados consolidados em estudos e relatórios diversos relacionados ao tema e objeto de estudo.
- c) Observação de campo assistemática em espaços reais, áreas urbanas na cidade de São Paulo, com o objetivo de identificar situações de exclusão social.
- d) Observação assistemática de ambientes e espaços virtuais (INTERNET) que retratam realidades cotidianas relacionadas ao cuidado, e a conexão humana.

Como mencionado, tais fontes de pesquisas, e dados de Organizações e Institutos foram selecionados de acordo com as temáticas e objetos de interesse de ampliação nesta investigação e são:

(A partir de pesquisas e índices institucionais como IBGE, DEPEN, ONU, FIPE, OMS, SAP, PNUD, INEP, IPEA entre outros...).

Especificamente cabe relacionar e citar as Dissertações e Teses analisadas nesta investigação:

Roberto da Silva (1996; 1997; 2001) análises sobre FEBEM, Prisões, Abrigos); Cauê Nogueira de Lima (2010) sobre a extinta Febem e atual Fundação Casa; Erich Montanar Franco (2008) análise sobre a extinta Febem/SP; BRAUNSTEIN (2007) sobre encarceramento de mulheres e ética do cuidado; Juliana Izar (2011) e Denise Sanchez Careta (2011) análise sobre Abrigos, e cuidadoras; Ana Teresa Gavião Almeida Marques da Silva (2011) análise sobre a interação família, creche e cuidado; Beatriz Mangione Sampaio Ferraz (2011) análise sobre instituições coletivas de acolhimento e educação de bebês e crianças, creches.

Relacionado ao tratamento e análise dos dados:

Foram utilizados recursos de informática, para tabulação e organização dos dados quantitativos, e qualitativos.

Para a análise foi utilizado os métodos de análise comparativo enquanto método de compreensão e interpretação dos dados.

Quanto à questão da ética em pesquisa, fica resguardado o sigilo sobre os sujeitos e Organizações, e respeitados os Termos implícitos nas Resoluções 196/96 de 10/10/1996 do Conselho Nacional de Saúde, e do Conselho Federal de Psicologia resolução 016/2000 de 20/12/2000.

2 – ELEMENTOS CONCEITUAIS HISTÓRICOS, CULTURAIS, FILOSÓFICOS E PSICOLÓGICOS ACERCA DO CUIDADO E DA CONEXÃO HUMANA:

2 a - O cuidado dentro de uma trajetória histórica, filosófica e cultural humana.

A intenção de escrever este capítulo esta na necessidade de situar o *cuidado* como um conceito operacional que passou por transformações ao longo da história humana, buscando demonstrar o quanto é antiga a questão do cuidado numa perspectiva ética e moral frente às realidades concretas, social e cultural humana.

Outra intenção é demonstrar que o *cuidado* e a *conexão humana* enquanto conceitos operacionais, implicam em contradições sociais, existenciais e ideológicas, e que tais contradições se constituem como paradoxos dentro da trajetória histórica humana.

Portanto, iniciarei a contextualização histórica do cuidado especificamente, retomando uma Fábula conhecida por alguns como "Fábula de HIGINO" (autor romano que viveu entre os séculos I A.c e I d.C) e que surgiu em nossa cultura ocidental há muito tempo atrás a partir de uma referência mitológica.

Certa vez, ao atravessar um rio, CUIDADO viu um pedaço de terra argilosa. Ocorreu-lhe então a idéia de moldá-lo, dando-lhe forma. Enquanto pensava sobre o que acabara de criar, interveio JUPITER. CUIDADO pediu-lhe que insuflasse espírito à forma que ele moldara, no que JUPITER o atendeu prontamente. CUIDADO quis ,então, dar um nome a sua criação, mas JUPITER se opôs, exigindo que ele, que lhe dera espírito, fosse também quem lhe desse o nome. Enquanto CUIDADO e JUPITER disputavam sobre quem lhe daria o nome, apareceu a TERRA que, tendo cedido parte do seu corpo para o que fora criado, queria também nomeá-lo. Diante de tamanha contenda, decidiram que SATURNO, o Deus ancestral, senhor do tempo, seria o juiz da disputa. SATURNO tomou então uma decisão equânime, proferindo a sentença: “ tu, JUPITER, por teres dado o espírito, deves receber na morte o espírito de volta; tu, TERRA, que cedestes do teu corpo, receberas o corpo de volta. Mas como foi CUIDADO quem primeiro o formou, pertencerá a ele enquanto viver. E havendo entre vós disputa insolúvel sobre o seu nome, eu o nomeio: chamar-se-á “ HOMEM”, pois foi feito de húmus (terra fértil)”. (COSTA, 2009, p.30; BOFF, 2004, p.49).

A beleza poética e sensível desta “fábula, não lhe subtrai a complexidade nela contida, e de alguma forma remete a narrativa bíblica contada no livro de Genesis.

A fábula atribui a criação dos seres humanos à uma interação cooperativa e de certa forma também conflitante.

Na referida fábula, cabe à iniciativa da criação do ser humano ao “CUIDADO”, e que este (CUIDADO) sozinho não foi capaz de dar o sopro da vida, sendo “JUPITER” o responsável por dar o espírito (ânima–alma), e finalmente coube a TERRA cedendo de si parte, cedendo uma parte de seu corpo, a matéria que constituiu esta criação (o corpo humano).

Percebe-se que a fábula descreve cooperação, e também um dilema, uma disputa, logo a partir deste ato de criação do ser humano, sendo necessário e requisitado um mediador um juiz “SATURNO” para a solução do conflito, que soluciona a disputa utilizando de sua autoridade como “Deus ancestral, senhor do tempo”.

A solução da disputa sugere a uma explicação transcendental (metafísica) do homem, “cabe a JUPITER ter na morte do ser humano, o espírito de volta; cabendo a TERRA que cedeu de seu próprio corpo, receber o corpo humano de volta; e finalmente pertencerá o ser humano ao CUIDADO, enquanto viver pois foi quem o formou, criou.” E finalmente é o senhor do tempo SATURNO (Deus ancestral), quem determina o tempo de vida.

Percebe-se que o “CUIDADO” esta relacionado a existência num plano material, da vida enquanto existência, ou seja, a partir da morte, o ser humano materialmente, na perspectiva da Fábula de HIGINO, pertence a TERRA, e seu espírito à JUPITER.

Existe na fábula uma interação, instâncias e dimensões distintas do ser humano, corpo (matéria); espírito / âlma (alma) energética; vida (existência), morte (tempo de vida).

Assim, por hora, deixo esta descrição, propondo agora avançar em outras ilustrações e aprofundamentos pautados pela etimologia e morfologia das palavras cuidado e seus correlatos, afim de conceituar a ética do cuidado melhor e de maneira mais aprofundada.

Em outra perspectiva, é extremamente interessante a análise etimológica a respeito da palavra “cuidar”, cuidado, de forma simples a partir da definição encontrada nos dicionários HOUAISS (2001) e Morfológico da Língua Portuguesa (HECKLER, 1984) é importante notar algo que vai de encontro a minha tese, e que surpreendentemente converge enquanto apoio sobre algumas hipóteses desta tese.

Considerando-se também o campo semântico, morfológico, somando-se às outras considerações abordadas nos capítulos anteriores, fica evidente como segue, que a associação ou a perspectiva dicotômica sobre o cuidado enquanto objeto, ou elemento exclusivamente afetivo não se sustenta também a partir de uma análise conceitual lingüística, e histórica.

Como foi argumentado anteriormente, considero que o cuidar, ou o cuidado enquanto objeto e variável de estudo no campo ético e moral, implica necessariamente na consideração das duas dimensões cognitivas, afetiva e principalmente a racional.

Não é de surpreender totalmente, que a perspectiva racional do cuidar, quando se pensa no cuidado enquanto atividade utilitarista, ou técnica, seja um tema amplamente discutido no campo da enfermagem por exemplo. (CAMACHO; SANTO, 2001; ZOBOLI, 2004).

A questão é que enquanto sentimento espontâneo no campo não utilitarista, e, portanto, enquanto motor do agir ético e moral (enquanto elemento afetivo), o cuidado requer também a razão, bem como a utilização de conhecimento em relação à própria ação objetiva ou subjetiva, envolvendo a intenção e a operacionalização, ou o comportamento concreto de cuidar.

Assim segundo os Dicionários citados:

(HECKLER, 1984 p.885):

“Etimologicamente e morfolologicamente a origem latina da palavra “cuidar” significa, precaução; diligência; cautela. Vem de “*cogitare*”, *coyedar*, *coidar*, *cuidar*. “*Cogitare*” significa *pensar*, “*cogitare*” vem de “*cum agitare*” e este de “*agere*”.

No dicionário (HOUAISS, 2001,p.1419):

O prefixo “**cuid**” equivale aos verbos: “pensar”, “meditar”, “considerar”, “refletir”, “conceber”, “preparar”, “cuidar”.

A palavra, ou o verbo “cuidar” significa: “meditar com ponderação”, “cogitar”, “pensar”, “ponderar”.

Ainda no mesmo dicionário existem outras significações para “cuidar” que considero importantes de serem mencionadas:

“reparar”, “atentar para”, “prestar atenção em”, “fazer, realizar alguma coisa com atenção”, “supor se”, “julgar se”, “preocupar com”, “interessar-se por”, “responsabilizar-se por”, “administrar”, “tratar”.

Secundariamente o termo “cuidado” enquanto adjetivo no referido dicionário tem algumas significações importantes:

“submetido à rigorosa análise”, “meditado”, “pensado”, “em que houve aprimoramento”, “técnica e esteticamente aprimorado”, “cujo comportamento, aparência, formação moral e intelectual são primorosos, demonstra zelo do que foi objeto”, “em que houve intenção, propósito”, “premeditado”...

Não é, portanto, de surpreender conforme já mencionado, a recorrente repercussão que o tema cuidado suscita no campo da saúde pública, da enfermagem, da medicina entre tantas outras áreas promotoras de saúde, responsáveis pela manutenção da vida.

Confabulando, é como se o CUIDADO (da fábula de HIGINO) tivesse disponibilizado ao ser humano o raciocínio lógico, a cognição, afim de que pudesse desenvolver as diversas áreas do conhecimento, afim de garantir-lhe a posse, a vida, por maior tempo possível.

Em relação à esta questão, vale mencionar que grande parte das discussões, reflexões, pesquisas sobre o tema “cuidado” ou “cuidar” ocorre na perspectiva técnica e utilitarista implicada na prática, na atuação profissional e no campo das intervenções.

Neste ponto, gostaria de retomar uma reflexão citada em minha dissertação (BRAUNSTEIN, 2007), lembrando que existe na trajetória histórica que mostra a capacidade evolutiva humana de produzir artefatos, instrumentos, métodos e técnicas para inúmeros fins, dentre eles o controle social e ambiental, do metabolismo humano, das variáveis relacionadas aos paradigmas de saúde, em relação à necessidade de preservação e durabilidade da vida para proporcionar “cuidados” por exemplo em abrigos, albergues, entre outras instituições sócio educativas e sócio assistenciais (IZAR, 2011).

Desta forma o “cuidado” ou o “cuidar” enquanto conceito operacional não se relaciona ao campo das virtudes, nem semantica ou etimologicamente, mas sim enquanto ação, enquanto atividade decorrente de um agir intencional, pensado, refletido, ponderado, racional, que implica em conhecer, saber pensar, saber agir.

Tampouco o “cuidado” ou o “cuidar” esta restrito à esfera da abstração, da mera reflexão teórica, mas sim, da atuação, da operacionalização, da intervenção aprimorada, zelosa.

Por fim, o cuidado se apresenta como propulsor da criação de objetos, utensílios, tecnologias (leite em pó, mamadeira, chupetas, mobiliários e brinquedos por exemplo) , de rituais, comportamentos, saberes, atividades e conhecimentos (festas, batismos, exames pré natal, registros de nascimento, entre outros).

Considerando-se , portanto, a universalidade e amplitude do tema, as diferenças culturais constituem-se a meu ver como uma continuidade dinâmica, envolvendo sobreposições, rupturas e adequações às realidades concretas, interações entre as mais diversas comunidades humanas ao longo de suas histórias (LA TAILLE, 2006, p.12; FRANKENA, 1975; GEERTZ, 1989).

Desde já, portanto, gostaria de explicitar que o caráter teórico aqui desenvolvido constitui-se como mais um híbrido (BHABHA, 2001), mais um desdobramento desta trajetória contínua da atividade e interação humana, e suas perspectivas éticas e morais.

Os temas “Éticos” e “Morais” são temas amplamente discutidos ao longo da história mítico-religiosa, filosófica, artística - literária científica, política e acadêmica.

Diversos artistas, poetas, compositores, pensadores, governantes e pesquisadores inspiraram-se, debruçaram-se em torno dos referidos temas, em diversas épocas e contextos.

No pensamento grego, diante dos textos e dos dados históricos até hoje preservados, é possível identificarmos as questões éticas e morais desde a mitologia.

Já neste período mítico poético a expressão humana era prioritariamente estimulada pelos sentimentos, na sensibilidade, e as questões éticas e morais apareciam nos diálogos entre os deuses, dos deuses com os humanos, entre os humanos.

Neste período a figura do herói nas narrativas das odisseias Homéricas, por exemplo, era central e normalmente na pessoa do herói geralmente humano, se colocavam as virtudes morais, e a missão de salvação em prol de uma coletividade humana, ou em prol de princípios e valores divinos.

A partir do período filosófico, do pensamento lógico racional e sensível, nomeado didaticamente como cosmológico, ou pré-socrático, a natureza era objeto de contemplação, reflexão, e conhecimento, e, portanto a ética era pensada frente aos elementos da natureza.

Com Sócrates nomeia-se didaticamente o período antropológico na filosofia grega, cujo objeto de interesse é o ser humano, o mundo humano, assim a psique, a moral, a ética, o respeito, a polis, a política, a cidadania, as interações na esfera pública e privada, bem como os sentimentos humanos passam a fazer parte da construção de conhecimentos gradativamente sistematizados, por inúmeros filósofos posteriormente entre eles Platão e Aristóteles entre tantos outros. (CHAUÍ, 2010).

Brevemente, Aristóteles (ARISTÓTELES, 190?, p.12-13) conceitua filosoficamente a ética como a “*ciência do costume*”, portanto, envolvendo a atividade prática, por meio da “*dianoia*” (da esfera estritamente humana, e que também na perspectiva de PLATÃO (1996, p.24) se refere ao “conhecimento discursivo e mediatizador”), e do conceito metafísico do “*nous*” (a perfeição divina em nós humanos) é possível atingir o “*telos*” (um fim, o objetivo) que denomina por “*eudemonia*” (o sumo bem, a felicidade, a vida boa).

Ainda dentro do tema “a ética”, Aristóteles, considera que o “*homem*” é um ser social e político, no sentido grego do termo “*um homem de vida pública*”, para Aristóteles o sumo bem só se concretiza na vida pública, na esfera pública. (ARISTÓTELES, 190? ; FERRY, 2006; ARENDT, 1981, LA TAILLE, 2006, p.29-30).

No pensamento religioso, verifica-se historicamente pelas perspectivas judaico-cristãs, religiosa ocidental, e islâmica, por exemplo, que a ética como conceito passou, ou é, geralmente sinonimizada ao conceito de moral.

Conforme Luc Ferry (2006, p.73-77), abordar este aspecto, religioso, relacionado a moralidade, implica em reconhecer a importância social e histórica do pensamento monoteísta na legitimação e reprodução de diversos rituais, comportamentos e crenças instituídos atualmente.

Equivalente à reflexão de Peter Berger e Thomas Luckmann (2002), significa relacionar este processo moralizador, por exemplo, numa perspectiva sócio histórico de legitimação, ao qual denominam de “aparelhos legitimadores” no contexto da socialização secundária proposta por eles, ou seja, modos de construção da subjetividade social constituída a partir de interações dentro de ambientes religiosos (igrejas, sinagogas, mesquitas, por exemplo).

Uma questão importante é que historicamente as religiões no campo ético e moral ocupam a lacuna deixada pela filosofia grega sobre a ideia de “salvação” (FERRY, 2006, 74-77; BOFF, 2004).

Assim, percebe-se a questão da moral religiosa como elemento importante em nossa cultura, enquanto fonte doutrinária, valores morais, códigos de conduta, preceitos divinos expressos e ditados historicamente dentro de diversas tradições religiosas através de profetas, enviados divinos, e sacerdotes.

Exemplificando, a conhecida passagem bíblica (Êxodo capítulo 20), sobre os dez mandamentos:

[...] ENTÃO falou Deus todas estas palavras, dizendo:

vs.2. Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão.

vs.3. Não terás outros deuses diante de mim. [...]

vs.12. Honra a teu pai e a tua mãe para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá.

vs. 13. Não matarás.

vs.14. Não adulterarás.

vs.15. Não furtarás.

vs.16. Não dirás falso testemunho contra o teu próximo.

vs.17. Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo. [...]

Antes de continuar, gostaria de focar uma breve análise sobre esta citação bíblica, analisando-a criticamente e frente à realidade social e histórica concreta que nela está implícita acerca das questões da ética e da moral.

Em primeiro lugar, verifica-se a questão da autoridade moral por meio da fala *“ENTÃO falou Deus todas estas palavras, dizendo” e “Eu sou o Senhor teu Deus,”* Caracterizando um caráter moral heterônomo baixo a ótica piagetiana.

Neste aspecto está implícita a noção de obediência incondicional a esta autoridade. Relacionado a esta questão verifica-se a questão da punição como consequência pela desobediência.

Em segundo lugar, a ênfase em uma orientação única desta autoridade moral, de um único Deus, e desta autoridade única relacionada à ideia de salvação. (*“Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não terás outros deuses diante de mim.”*).

Um terceiro aspecto é a função, a utilidade de mediação e prevenção de conflitos supostamente cotidianos, e sobre a necessidade de responsabilidade social implícitas nas ordenanças “Não” matar, furtar, adulterar, cobiçar... E “honrar” pai e mãe.

Outra e quarta questão é a relação de dominação e hierarquia social ou divisão de classes, bem como da propriedade privada, expressos nas falas relacionadas a não cobiçar a casa, a mulher, o servo, o boi ou jumento ou coisa alguma do próximo.

(*“Não cobiçarás a casa do teu próximo, não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem coisa alguma do teu próximo.”*).

Quero neste ponto esclarecer um quinto aspecto de análise, que é a colocação da mulher como sinonimizada a uma coisa, propriedade, diante de uma análise que está pautada na composição do sentido global da frase textual citada enquanto ideia geral, bem como a respeito das relações sociais, hierarquizadas impostas e atribuídas às mulheres tradicionalmente dentro das diversas comunidades e instituições ortodoxas religiosas judaicas cristãs.

Historicamente é inegável o lugar de subordinação das mulheres, no seio destas perspectivas religiosas, e apenas muito recentemente é que vemos lideranças religiosas ou sacerdotisas instituídas e legitimadas, ou seja, de uma superação da condição de subordinação social e ideológica movida por lutas pelos direitos e igualdade das mulheres.

Historicamente grande parte do legado judaico cristão e islâmico se constitui por diversas ilustrações e simbolismos sobre a mulher demonizando-as, atribuindo a elas, muitas vezes as razões dos pecados humanos (Eva companheira de Adão no mito, fundador do pecado judaico cristão, por exemplo), e outras expressões ligadas às ideias de sedução, mentiras e bruxarias.

Associado a este quinto aspecto, tradicionalmente e historicamente a mulher está implicada diretamente nas diversas concepções de pecado, desejo, e auto regulação moral, as quais foram questões recorrentes por séculos.

Talvez neste ponto o intrincado problema ético e moral frente ao querer e o dever aparecem de forma prática, permeando diversas realidades, instituições e formas de organizações sociais, as leis as penas, os juízes, a consciência, as vestimentas, os rituais e formas de se comportar são expressões diretas e concretas.

Mulher e pecado, desejo, e a questão da moralidade e da liberdade, aparecem enquanto reflexão polêmica formulada por NIETZSCHE (19? ; p.104-109) em “Genealogia da Moral”, onde de forma contundente, o referido e paradoxal filósofo discute a questão do que denomina por “*asceticismo*” na filosofia desde os gregos até seus contemporâneos.

Voltando a questão mais ampla das relações entre as questões da ética e da moral e a religiosidade; a partir do pensamento religioso judaico- cristão e Islâmico, por exemplo, a moral doutrinariamente, implica simbolicamente em caminhos de salvação, da alma, do espírito, em oposição à ideia de anomia e imoralidade que implica consequentemente em condenação eterna, e na ideia de pecado, transgressão, desobediência.

Assim a igreja, as sinagogas ou mesquitas, por exemplo, através de seus sacerdotes e doutrinas instituídas assume o lugar do filósofo na perspectiva figurativa de Platão na metáfora ou alegoria do “mito da caverna” (PLATÃO, 1996, p.25-26).

Nesta alegoria, é o filósofo-político quem deve governar, pois se assume como o detentor da verdade, possui a visão da realidade, e é quem pode conduzir os demais no caminho de libertação do mundo das sombras, das ilusões.

Esta herança se traduz numa relação de dominação, de poder instituído, numa relação educacional supostamente necessária, a partir dos ensinamentos de quem conhece o caminho da verdade, e que na esfera religiosa configuram-se como doutrinas, preceitos, leis e ordenanças, uma moral divina, sacerdotal, religiosa.

A moral religiosa figurativamente equivale ao caminho para a luz, um caminho iluminado pelas condutas, um caminho de libertação, salvação.

Percebe-se então, a moral sendo pensada dentro de uma esfera individualizada, individualista, vinculada a consciência de si, sobre si mesmo, bem como coletiva, vinculada ao nós.

Especificamente diante desta discussão, podemos identificar a moral religiosa consolidando historicamente as festividades, os rituais, e as instituições do confessional, dos sacramentos, dos juizados eclesiásticos, do santo ofício e da penitência dentro da doutrina e instituição católica apostólica romana por exemplo.

De igual modo, verificam-se também dentro das tradições monoteístas a moral religiosa sendo expressa nos rituais de purificação, através das práticas litúrgicas do lavar as mãos, do jejum por exemplo.

De forma geral as ideias e práticas acerca das diversas formas de punibilidade sob a ótica religiosa, implicam na lógica pedagógica, ética e moral diante do ideal de salvação.

Assim é possível pensar também na relação da moral religiosa em relação às práticas e as instituições de cuidado e pseudo cuidado instituídas, mas isto será detalhado posteriormente em capítulo específico.

Neste sentido e cronologicamente relacionado às questões que envolvem especificamente a passagem do pensamento moral da filosofia Greco – romana para a moral religiosa católica cristã, considero ser importante citar textualmente um trecho de uma reflexão formulada por Michel Foucault (1984, p. 267-269)⁵, ao responder a seguinte pergunta textual que se segue:

⁵ Entrevista concedida em 20 de janeiro de 1984 para Howard Becker, importante pesquisador e inovador em pesquisas em ciências sociais entre outros entrevistadores.

[...] (*Entrevistador: A ética é o que se realiza na busca ou no cuidado de si?*) (Foucault): - O cuidado de si constitui, no mundo greco-romano, o modo pelo qual a liberdade individual – ou a liberdade cívica, até certo ponto – foi pensada como ética. Se se considerar toda uma série de textos desde os primeiros diálogos platônicos até os grandes textos do estoicismo tardio – Epicteto, Marco Aurélio... – ver-se-á que esse tema do cuidado de si atravessou verdadeiramente todo o pensamento moral. É interessante ver que, pelo contrário, em nossas sociedades, a partir de um certo momento – e é muito difícil saber quando isso aconteceu – o cuidado de si se tornou alguma coisa um tanto suspeita. Ocupar-se de si foi, a partir de um certo momento denunciado de boa vontade como uma forma de amor a si mesmo, uma forma de egoísmo ou de interesse individual em contradição com o interesse que é necessário ter em relação aos outros ou com o necessário sacrifício de si mesmo. Tudo isso ocorreu durante o cristianismo, mas não diria que foi pura e simplesmente fruto do cristianismo. A questão é muito mais complexa, pois no cristianismo buscar sua salvação é também uma maneira de cuidar de si. Mas a salvação no cristianismo é realizada através da renúncia a si mesmo. Há um paradoxo no cuidado de si no cristianismo, mas este é um outro problema. [...], acredito que nos gregos e romanos – sobretudo nos gregos – para se conduzir bem, para praticar adequadamente a liberdade, era necessário se ocupar de si mesmo, cuidar de si, ao mesmo tempo para se conhecer – [...] – e para se formar, superar-se a si mesmo, para dominar em si os apetites que poderiam arrebatá-lo. Para os gregos a liberdade individual era alguma coisa muito importante – contrariamente ao que diz o lugar-comum, mais ou menos derivado de Hegel, segundo o qual a liberdade do indivíduo não teria nenhuma importância diante da bela totalidade da cidade: não ser escravo (de uma outra cidade, daqueles que o cercam, daqueles que o governam, de suas próprias paixões) era um tema absolutamente fundamental; a preocupação com a liberdade foi um problema essencial, permanente durante os oito grandes séculos da cultura antiga. Nela temos toda uma ética que girou em torno do cuidado de si e que confere à ética antiga sua forma tão particular. Não digo que a ética seja cuidado de si, mas que, na antiguidade, a ética como prática racional de liberdade girou em torno desse imperativo fundamental: “cuida-te de ti mesmo”. (*Entrevistador colocação: – Imperativo que implica a assimilação dos logoi, das verdades.*) – Certamente. Não é possível cuidar de si sem se conhecer. O cuidado de si é certamente o conhecimento de si – este é o lado Socrático – Platônico -, mas é também o conhecimento de um certo número de regras de conduta ou de princípios que são simultaneamente verdades e prescrições. Cuidar de si é se munir dessas verdades: nesse caso a ética se liga ao jogo da verdade. [...]

Em um salto cronológico, a partir da retomada de Platão e Aristóteles pelo iluminismo, Kant estrutura um sistema ético normativo, racional e universal, institui o “*imperativo categórico*” (todo ser humano deve tratar a humanidade, em outrem e em si, como um fim e não como um meio). (LA TAILLE, 2006, p.22-23;).

Relacionado a esta perspectiva Leonardo Boff (2003, p.35-36) filósofo e teólogo reflete:

[...] Há uma espécie de tragédia em nossa história: o *daimon* foi esquecido. Em seu lugar, os filósofos como Platão e Aristóteles, Kant e Schopenhauer colocaram os sistemas éticos, com normas e leis tidas por universais. Os sistemas, entretanto, por força da ordenação arquitetônica, se distanciam do vivenciado. Fazem-se abstratos, quando a ética sempre tem a ver com a prática concreta. Possuem inegáveis virtudes, mas também vícios como a rigidez, a inflexibilidade, a a-historicidade. Por isso, todos os sistemas possuem algo de artificial e construído. As normas não raro funcionam como imperativos, quais superegos castradores, mais do que inspiradores de comportamentos criativos. Quanto mais arquitetônico é o sistema, mais se distancia do *daimon*, até considera-lo inexistente, ou reduzi-lo a um subproduto dos mecanismos de controle psicológico ou do enquadramento social. Mas como o *c* é intrínseco ao ser humano (eis sua dimensão ontológica indestrutível), a voz desse anjo bom não deixa de falar. Pode ser confundido com as mil outras vozes dos formuladores, das religiões, das igrejas, dos estados e de outros mestres. Mas ele é soberano e sua voz persistente. Figuras exemplares que souberam escutar o *daimon* e se orientar por ele foram os profetas, como Isaías e Amós, Jesus Cristo, Buda, Sócrates, Francisco de Assis, Ghandi e tantos outros anônimos homens e mulheres, que testemunharam a existência e a persistência desta voz interior. Se quisermos uma revolução ética que responda aos desafios de nosso tempo, devemos desentulhar e liberar o *daimon* interior e começar a auscultá-lo de novo. No termo, precisamos resgatar o bom senso ético, aquilo que simplesmente deve ser, pois essa é a missão que o *daimon* desempenha dentro de nós. Ele é a fonte da criatividade ética e moral. Ele nos sugerirá como ordenar a casa que é a cidade, o Estado e a Casa Comum planetária. [...]

Analiticamente, percebe-se que moral e ética implica em perspectivas em que a racionalidade e a autonomia humana se contrapõem ao componente metafísico (*daimon*) frente a um ideal de justiça, socialmente possível a partir do divino em mim ou em nós.

A religiosidade manifesta por meio da fé de um lado e a racionalidade e a autonomia humana de outro, estruturam possibilidades, caminhos para a salvação, para a justiça social, para a vida boa, trazendo uma vasta gama de pensamentos, discursos e teses em torno dos temas da moral e da ética.

Assim, ficam algumas interrogações, indagações que implicam na consideração e respeito à diversidade e pluralidade humana em torno do tema:

Quais caminhos pretendemos trilhar?

O que é vida boa, felicidade?

Salvação, justiça, vida boa, felicidade são meras utopias, ilusões?

Concretamente e contemporaneamente temos a hegemonia ao menos no mundo ocidental, de modelos políticos e econômicos, em que a organização social e os modos de gestão política estão baixo uma ideologia liberal, democrática, capitalista, ao menos enquanto instituições legalmente legitimadas.

A realidade concreta contemporânea nos aponta as contradições envolvidas nas questões éticas e morais, as desigualdades sociais e econômicas, as lógicas consumistas e corporativas, a degradação ambiental (BAUMAN, 1999; 2001; 2008), apontam as dificuldades inerentes às questões e desafios que temos frente a concretização e consolidação coletiva acerca dos ideais de salvação, justiça, vida boa e felicidade.

Assim, concluindo este capítulo e preparando a discussão do que vem a seguir, lembrando-se da Fábula de HIGINO, todos nós somos seres humanos, independentemente de nossas diferenças, diversidade e pluralidade, somos todos indistintamente, filhos da “TERRA, de JUPITER do CUIDADO”.

2 b - A ética do cuidado em Heidegger e Hannah Arendt.

De forma fundamental, três pontos interessam, e são de grande importância conceitual e prática:

- a) Um primeiro ponto relacionado ao conceito de campos de conexão humana a partir da perspectiva de uma ética do cuidado, e que se refere à análise e reflexão sobre uma contradição histórica, daquilo que chamarei de o ***Paradoxo Heideggeriano do cuidado.***
- b) Uma segunda questão conceitual, é o contraponto ontológico de “ser-ai”, do “ser no” proposto por HEIDEGGER (1996; 1986), e que tem permeado a Psicologia de forma significativa, e que é importante esclarecer, que tal conceito não se aplica ao conceito de ética de cuidado aqui proposto, e sim o conceito ontológico proposto por Hannah Arendt do “ser do mundo”.
- c) Um terceiro e ultimo ponto decorrente, implica na necessidade de situar teoricamente a ética do cuidado dentro de uma perspectiva fenomenológica, articulável à perspectiva histórico e cultural e sócio interacionista no campo da psicologia.

Neste momento é importante pensar que o cuidado relacionado a previsibilidade se estabelece enquanto conceito operacional frente a tudo que possa ser considerado perigoso, e ameaçador, objetivando, sobretudo, a auto preservação e a sobrevivência humana, e ou também a sobrevivência do mundo, animal ou ambiental.

Tal perspectiva a partir de uma ampliação da fenomenologia de HUSSERL (YAZBEK, 2010), situa o cuidado na perspectiva ontológica da existência humana, “do ser no mundo”.

Verifica-se que a partir da publicação de “Ser e tempo” de Martin Heidegger (1996; 1986), a questão do cuidado toma lugar nas discussões teóricas dos mais diversos campos de conhecimento e em especial na Psicologia com abordagem fenomenológica.

Não cabe aqui discorrer exaustivamente e inutilmente, sobre o paradoxo entre o discurso e a reflexão filosófica existencial Heideggeriana, e sua trajetória biográfica.

Pensando então na questão do Paradoxo Heideggeriano do cuidado, estarei abordando brevemente a questão biográfica de HEIDEGGER.

Conforme o livro “Heidegger e o Nazismo” de Victor Farias (1988, p.12-14), um estudo documental minucioso sobre a vida e obra de HEIDEGGER, seu engajamento como um nazista convicto, militante no Movimento Nacional Socialista Alemão de Hitler, supõe uma questão paradoxal na perspectiva dos campos de conexão humana, na esfera do cuidado.

O paradoxo esta em que de forma sucinta, e resumida a perspectiva nazista implicava numa amplitude nacionalista e xenofóbica de cuidado e conexão humana, ou seja, na ideologia e no estado nazista não existia como não existe nenhuma perspectiva universal de cuidado.

Pautado no preconceito, étnico, racial, ideológico, o nazismo promoveu o genocídio judeu e o antissemitismo, as guerras, o extermínio, a burocracia e o totalitarismo em seu mais alto grau de racionalização, e sistematização (ARENDT, 1990; 1978; ADORNO, 1995).

A ideologia e o estado nazista propuseram o cuidado de poucos em troca do extermínio de muitos, sendo importante esclarecer, que as práticas higienistas e eugênicas eram aplicáveis nos mais diversas áreas de atuação, intervenção e do conhecimento humano, entre eles, os campos educacionais, pedagógicos, psicológicos, das áreas médicas, entre outras.

Assim, o paradoxo pode ser ilustrado da seguinte forma:

FIGURA – 02 - ILUSTRAÇÃO CONEXÃO HUMANA E PRECONCEITO.

Neste esquema, a ideia é exemplificar os campos de conexão numa perspectiva do sentimento e da atividade de cuidado, e de exclusão desta condição. Assim, os “OUTRO(s)”, diferentes ideologicamente, etnicamente, entre outras diferenças eram discriminadas, exterminados, e que historicamente pode ser exemplificado como a instituição dos campos de concentração e extermínio, portanto a oposição e a negação radical, extremista, de uma ética do cuidado.

Num outro ponto, também de forma breve, agora traçando uma diferenciação sobre a visão ontológica existencial humana frente ao cuidado relacionado às questões ética e moral.

Em primeiro lugar, em Heidegger (1986; 1996), a questão ontológica de “ser no mundo”, implica conforme YAZBEK (2010, p.63-69) em sentidos diferenciados, mas interdependentes de ser, ou seja, admite-se um “SER” do “ENTE”, uma possibilidade existencial condicional ontológica de estar no mundo.

A perspectiva ontológica de Heidegger, é a do estrangeiro, do turista, do colonizador, do “ser-ai”, do “ser no”, contrário a perspectiva de Hannah Arendt, do “ser do”, do pertencimento, atemporal, enraizado, da tradição, da memória coletiva, da cultura.

Vou além, “ser no mundo” pode implicar hipoteticamente, uma perspectiva existencial puramente utilitarista, pois só sou “SER” se ali “no mundo” ou quando “SER vivente” estiver, ou seja, na ideia de que não é preciso se preocupar com a questão ambiental, da sustentabilidade, da preservação, com um ideal de um legado para as próximas gerações.

Não há como articular tal perspectiva com um compromisso intergeracional, de um projeto construtivo em longo prazo, além da vida, além da finitude, pois só sou, não serei além da minha própria existência, uma visão em si mesmo, centrada individualista, rígida na própria existência, uma negação da perspectiva social histórica.

Nesta perspectiva, a visão economicista do tempo se associa à finitude, e o cuidado pode eventualmente assumir por consequência, apenas uma forma utilitária com caráter instrumental, tecnicista a fim de evitar a finitude.

Nesta visão, o cuidado se dá ou faz sentido apenas enquanto houver vida, ou fim em si mesmo, nesta perspectiva o legado de um mundo melhor não faria sentido, não há um projeto ético possível.

Pensando numa perspectiva fenomenológica, tomando como referência Hannah Arendt (2004; 1981), cuja perspectiva ontológica é a de “ser do mundo” e não a de “ser no mundo”, penso que a partir do conceito de Hannah Arendt seja possível situar o cuidado relacionado ontologicamente a perspectiva ética, e como uma atividade vinculada à história, à memória coletiva, à cultura e à tradição, pois não implica numa condição “outsider”, transitória, efêmera, volátil, que escapa ao legado ancestral, das tradições e em relação ao compromisso frente as gerações futuras, ou seja de uma conexão humana atemporal, e transcendente humana.

É preciso explicar ainda que minimamente, como e de que maneira, os conceitos de “identidade; consciência; esfera pública; autoridade; responsabilidade; tradição; julgamento; totalitarismo; justiça e ética” pensados e propostos por Hannah Arendt (1981; 1990; 2004; 2007), , são importantes para situar e descrever conceitualmente e institucionalmente a ética do cuidado.

Conforme *Hannah Arendt* (1981) descreveu em seu livro *A condição humana* interessa pensar que o controle se relaciona também a um processo histórico e evolutivo de dominação associada à perspectiva da pretensa previsibilidade sobre o funcionamento e o comportamento humano.

A perspectiva ontológica do “ser do mundo”, ao contrário, e, portanto, a meu ver é mais adequada, pois supera a perspectiva de finitude individualista humana, pois não se vincula a nenhum caráter utilitarista, mas sim, possibilita pensarmos numa existência de reciprocidade do “ser” não “no mundo”, mas de “ser com e do o mundo”, participante, integrado, não turista, ou estrangeiro, ou colonizador.

O “Ser do mundo”, possibilita a articulação com a perspectiva ética, no sentido da cooperação, do respeito, em torno de um projeto utópico, pois implica em conviver na diversidade cosmológica permanentemente, por meio da cultura, da história coletiva da tradição, do legado intergeracional, e da responsabilidade que isto requer, frente ao projeto ético de felicidade coletiva, uma meta a qual nunca atingimos historicamente.

Talvez por isto, a descrença de muitos, e a opção racionalizada pela violência como meio de sobrevivência.

Assim, ainda que de forma utópica, muda-se a visão dicotômica do eu diferenciada do outro (não EU) em várias perspectivas relacionadas ao tempo e ao espaço, pois a concepção do “SER no”, implica na responsabilidade, na reciprocidade e na permanência, descentrada do “Eu mesmo”, e deslocada para um “mim mesmo”, a partir de um “nós mesmo”, da reciprocidade do outro em mim e vice versa num plano de transcendência.

Esta perspectiva é articulável com as questões postas frente ao compromisso social da Psicologia proposto por LANE & CODO (1984), e de BARÓ (1996), frente ao papel do Psicólogo dentro de uma visão que envolve lidar com as realidades concretas, e com as questões emergentes que envolvem um projeto de contribuição para a transformação social, em prol de uma sociedade mais justa, e igualitária visando a diminuição do sofrimento psíquico promovido pela humilhação e exclusão social.

2c- Ética; cuidado e conexão humana na Psicologia:

Considerando a Psicologia como área de conhecimento científico específica, e considerando que a Psicologia se constitui como um saber resultante do pensamento ocidental. Acredito que seja importante situar a ética e a moral, a partir deste mesmo universo cultural, ou seja, ocidental, partindo cronologicamente do pensamento mitológico e filosófico grego conforme reflexão anterior. (FREITAG, 2005).

Justifico, que tal estratégia argumentativa implica em rememorar que temas sobre a Psique, sobre a subjetividade e os sentimentos, valores e auto regulação humana, foram vastamente ilustrados, cantados, poetizados, encenados, ritualizados e objetos de reflexão entre artistas, religiosos e filósofos gregos conforme já mencionado.

Amor, perdão, culpa reparação, raiva, fidelidade, amizade, respeito... Muitos outros temas são facilmente identificados e poderiam ser ilustrados aqui.

Diante da constatação já descrita, sobre a abrangência e vastidão decorrente e relacionada à trajetória histórica e cultural destes temas, abordá-los no contexto da Psicologia como campo científico, requer uma atenção inicial neste objetivo.

Conforme LA TAILLE (2006, p.11-14):

Razão e afetividade são elementos psicológicos considerados como determinantes fundamentais nas mais diversas teorias, sobre auto regulação humana, sobre moral e ética.

Ainda segundo Yves de La Taille, questões relacionadas ao relativismo e universalismo axiológico, também norteiam as mais diversas perspectivas teóricas, bem como as questões que envolvem “como devo agir?” e “que vida desejo viver?”.

Desta forma, quero a partir de então, trilhar um caminho breve, mas que envolva uma reflexão transdisciplinar na psicologia abrangendo os atravessamentos dos campos das ciências sociais, humanas e biológicas que historicamente sustentaram e sustentam algumas das diferentes considerações e concepções psicológicas sobre ética e moral.

Obviamente como já discutido aqui e de forma mais ampla em inúmeras produções literárias e acadêmicas, moral e ética transcende o campo da Psicologia, mas se identificarmos a imbricação entre as questões acerca da moralidade e da ética e a questão etiológica e ontológica, o campo da psicologia aparece como um espaço científico privilegiado para a busca de maiores compreensões sobre esta imbricação.

Etiologicamente e ontologicamente, podemos perguntar qual é a fonte, a origem e o lugar individual e coletivo da moral e da ética ?

No campo da psicologia historicamente a visão científica positivista, surge desde a primeira proposta formulada por Wilhem Wundt, em seu então Laboratório de Leipzig na Alemanha ao final do século dezenove.

Inicialmente para WUNDT a psicologia se constituía dentro de uma extensão das ciências naturais, das ciências biológicas e fisiológicas, e metodologicamente aos procedimentos experimentais, e, portanto, a moral e ética poderiam ser resultantes de processos biológicos, fisiológicos, potencialmente decorrentes de determinantes hereditários.

Conforme Silvia T. M. Lane & Wanderley Codo (1984, p.13- 14):

[...] E a Psicologia não foi exceção, principalmente, dada a sua origem biológica naturalista, onde o comportamento humano decorre de um organismo fisiológico que responde a estímulos. Lembramos que Wundt e seu laboratório, que, objetivando construir uma psicologia científica, que se diferenciasse da especulação filosófica, se preocupa em descrever processos psicofisiológicos em termos de estímulos e respostas, de causas-e-efeitos. Nesta tradição e no entusiasmo de descrever o homem enquanto um sistema nervoso complexo que o permitia dominar e transformar a natureza, criando condições *sui-generis* para a sobrevivência da espécie, os psicólogos se esqueceram de que este homem, junto com outros, ao transformar a natureza se transformava ao longo da história.

É preciso dizer que, WUNDT avançou em sua proposta de construção da psicologia enquanto área de conhecimento científica, considerando posteriormente outras implicações no campo posteriormente denominado por psicologia social, sua “Volkerpsychology” ou psicologia do povo, das massas, levou-o a compreensão de determinados fenômenos e objetos psicológicos a partir das manifestações culturais, religiosas.

Assim WUNDT recorre em sua evolução de seu projeto, ao conhecimento filosófico sobre as questões éticas e morais entre outros elementos que pudessem subsidiar uma maior compreensão sobre a subjetividade humana.

WUNDT influenciou inúmeros teóricos importantes no campo da Psicologia e sociologia em vertentes distintas, entre eles George H. Mead fundador da Escola de Ciências Sociais de Chicago, MEAD “*resolve a antítese wundtiana, inserindo o SELF entre a mente e a sociedade*”; FREUD que elaborou uma resposta por meio de sua obra “*Totem e Tabu*”, e DURKHEIM ao qual teve contato durante visita na Alemanha, e que posteriormente adotou procedimentos metodológicos semelhantes na sociologia. (FARR, 2000, p. 37 - 68).

Para a psicologia do comportamento também influenciada pelo experimentalismo e fisiologismo, pelo positivismo científico nas ciências sociais de Augusto Comte, a memória e a necessidade de adaptação ao meio são a base, os estímulos que o ambiente fornece resultam em determinadas respostas ou comportamentos humanos, assim uma experiência que envolve um dilema moral pode ser resolvido a partir de suas consequências, ou pela intensidade do estímulo, premiação, reforço ou punição.

Para LANE & CODO (1984, p.14):

[...] , podemos citar Skinner, que sem dúvida, causou uma revolução na Psicologia, mas as condições histórico-sociais que o cercam, impediram-no de dar um salto qualitativo. [...] Quando Skinner, através da análise experimental do comportamento, detecta os controles sutis que, através das instituições, os homens exercem uns sobre os outros, e define as leis de aprendizagem – e não podemos negar que reforços e punições de fato controlam comportamentos – temos uma descrição perfeita de um organismo que se transforma em função das consequências de sua ação, também a análise do *autocontrole* se aproxima do que consideramos consciência de si e o *contracontrole* descreve ações de um indivíduo em processo de conscientização social. [...] Nesta linha de raciocínio caberia questionar por que alguns comportamentos são reforçados e outros punidos dentro de um mesmo grupo social. [...]

Em suma evidencia-se nestas perspectivas positivistas, experimentalistas, biologizantes, e comportamentais as questões morais e éticas vistas de forma dicotômicas, nos aspectos coletivos e individuais, sociológicos e psicológicos, e resultantes de variáveis objetivas, detectáveis geralmente por meio de experimentos, e observação de comportamentos.

Concordo com o Professor Yves de La Taille (2006, p.11-12) sobre a observação a respeito das diversas “psicologias”, correntes psicológicas e suas “diferentes abordagens teóricas sobre a psicologia moral”, assim da mesma forma com Silvia T.M. Lane & Wanderley Codo (1984), em suas análises críticas sobre tais perspectivas.

Enquanto marco, e objetividade temática, Emanuel Kant faz parte de uma corrente que influenciará perspectivas psicológicas defensoras da racionalidade, e da “justiça” enquanto objeto e virtude moral prioritária no campo da psicologia moral.

Exemplos desta corrente e perspectiva estão Jean Piaget (1994) e Lawrence Kohlberg (GILLIGAN, 1982, P.27-29; BIAGGIO, 2002; LA TAILLE, 2006), ambos elegem a justiça, o primeiro como objeto moral prioritário, e o segundo como virtude moral prioritária.

PIAGET (1994) define os conceitos sobre o desenvolvimento moral sob as bases de sua teoria do desenvolvimento cognitivo humano.

Considero que em Jean Piaget dois destes conceitos teóricos são de grande relevância e são os conceitos de “*autonomia moral*” e “*heteronomia moral*” (PUIG, 1998, p.44 – 61), e que nos possibilita articular diversos elementos acerca das questões éticas e morais, tais como: da razão e da afetividade, das interações, e dos processos de aprendizagem envolvidos, do processo de construção a partir da heteronomia em direção da autonomia em correlação ao desenvolvimento cognitivo, e em relação sobre a questão da identidade moral, sobre a consciência moral e ética.

Em PIAGET é possível trilhar um caminho sobre um projeto individual e coletivo possível no plano ético e moral, pois a concepção de desenvolvimento articulada apesar de suscitar críticas nos abre perspectivas associáveis às práticas educacionais, pedagógicas e culturais.

Ou seja, moral e ética são concepções humanamente possíveis, pautada em valores universais como reciprocidade, cooperatividade, generosidade, justiça, vida boa, felicidade; ainda que utópicas por diversos fatores impeditivos.

Atualmente muito se produziu sobre este período doloroso e de perplexidade de nossa história humana, entre elas o cinema tem sido responsável por produzir e resgatar documentários e inúmeros filmes que revelam novas perspectivas, pensadores como Hannah Arendt (1978; 1990) que descrevem novas reflexões, e que especificamente para ARENDT não se tratou de barbárie e sim de racionalidade e burocratização extrema sobre as relações humanas, e que envolveu um processo de *“banalização do mal”*, e de perda completa da capacidade de julgar, sentir, sensibilizar-se pela dor e sofrimento do outro humano, de conviver com as diferenças.

Como ultima referencia teórica neste capítulo gostaria de descrever sucintamente as possíveis implicações e contribuições de Lev Semyonovich Vygotsky, ou simplesmente como é mais conhecido VYGOTSKY, no campo da psicologia e as questões éticas e morais.

Em VIGOTSKY (1978; 1984, 1989) é possível encontrar algumas contribuições fundamentais e que nos servem para um aprofundamento teórico, bem como para a compreensão de nossa realidade social e histórico cultural a cerca da ética e da moralidade humana.

Conforme James V. Wertsch estudioso da obra de VYGOTSKY aponta na apresentação do livro *“A história do comportamento.”* (VYGOTSKY; LURIA, 1996, p.9-12) *“a perspectiva teórica delineada por Vygotsky envolve três temas gerais”* os quais podem ser descritos por:

- a) Um primeiro que envolve a estratégia de utilização de um método genético, de desenvolvimento humano, ao qual podemos relacionar, por exemplo, com os conceitos de filogênese (envolvendo a espécie humana) e de ontogênese (de um membro da espécie especificamente).
- b) Outro tema implica na afirmação de que o funcionamento mental ou psicológico humano (filogênese) se desenvolve para um estágio denominado por funcionamento mental ou psicológico superior, característico exclusivamente da espécie humana, provém de processos sociais. (por exemplo, os conceitos de sociogênese e microgenese).
- c) E um último tema que se refere à afirmação de que os processos sociais e psicológicos humanos são moldados por ferramentas sociais, ou “formas de mediação”, mediadores.

Além destes três temas gerais, é importante e fundamental mencionar que VYGOTSKY pauta seus estudos e proposições tomando por eixo científico o método dialético, histórico e cultural.

A partir destas considerações, pode-se entender que para VYGOTSKY existem possibilidades diferentes de desenvolvimento, determinadas pela tríade de variáveis bio-psico-social.

As variáveis de análise histórico e cultural implicam também, na possibilidade de pensarmos sobre uma diversidade de costumes, de significados de rituais e instituições humanas, e de instâncias relativizadas inter e intra subjetivas frente as questões da moral e da ética.

Um ponto importante é a perspectiva de desenvolvimento moral, a partir da tese de que através das interações sociais, os seres humanos atingem cognitivamente uma capacidade denominada, como já mencionada, de funções mentais ou psicológicas superiores, e que não se trata de diferenciar de forma preconceituosa quem atinge ou não tal estágio, e sim de identificar diferentes modos de mediação, ferramentas e que no caso podem ser pensadas como mediadores morais e éticos.

A partir desta proposição de VYGOTSKY de que os processos sociais e psicológicos humanos são mediados por ferramentas sociais, ou “formas de mediação”, podemos pensar então nas instituições sociais e concretas como mediadores éticos e morais.

Explicando melhor; podemos pensar que determinados elementos de auto regulação e organização social são ferramentas, psicológicas, mentais, sociais, portanto mediadores, e que por meio de um processo interacionista tais mediadores são criados e legitimados atendendo às necessidades específicas e peculiaridades histórica e cultural de cada comunidade, povo ou grupos humanos.

Para uma maior compreensão creio que seja adequado identificar e esquematizar aquilo que entendo e proponho por **ferramentas, ou mediadores na esfera moral**, desta forma segue abaixo uma estruturação sucinta envolvendo duas categorias, uma envolvendo aquilo que denomino por **mediadores morais subjetivos ou de auto regulação**, e outra categoria denominada por **mediadores morais objetivos ou concretos**, e que estão relacionados ao juízo, aos sentimentos e ações morais conforme segue esquematizada:

- 1- **Mediadores ético morais subjetivos, ou mediadores morais de auto regulação**, envolvendo a esfera privada (do si mesmo, do mim mesmo – intrínseco), e que diante do conceito formulado por PIAGET se refere a “*heteronomia*” e “*autonomia moral*” e que podem ser descritos como juízos, sentimentos e ações morais tais como:

Vergonha,	Respeito,
Conexão humana e cuidado,	Admiração,
Generosidade,	Medo,
Compaixão,	Coragem,
Amor,	Indignação.
Empatia,	Cooperação.

- 2- **Mediadores ético morais objetivos, ou concretos**, são mediadores de organização e regulação social envolvendo a esfera pública, e que diante do conceito formulado por PIAGET se referem a “*heteronomia moral*”, “ao nós”, Instituições sociais concretas e que podem ser descritas como:

- a) **Instituições Jurídicas - Legais** (Leis penal, civil, ambiental, do consumidor, trabalhistas, ...);
- b) **Instituições doutrinarias religiosas** (Igrejas, religiões, dogmas religiosos...)
- c) **Instituições de controle e punibilidade** (Estruturas governamentais – estatais, tais como prisões, Fundação casa, policial, jurídica...)
- d) **Instituições sócio educativas e sócio assistenciais** tais como família, escola, creches, abrigos, associações recreativas, esportivas, culturais, educacionais e sócio terapêuticas.

- e) **Instituições de saúde** tais como Estruturas hospitalares, unidades de promoção de saúde e terapêuticas, organizações e políticas públicas de promoção de saúde.
- f) **Instituições sócio - interacionais -culturais** tais como hábitos, rituais e costumes envolvendo formas de interação, tratamento, relacionamento, nomeações, hierarquizações, filiação.

Assim, podemos refletir diante de nossa realidade concreta e estrutura social contemporânea e verificar facilmente a nível antropológico, sociológico e psicológico como surgem historicamente, como se estruturam e se organizam, e como se dão as dinâmicas de construção, legitimação e significação destes então denominados a partir de então: **mediadores ético morais**.

Nesta descrição é fundamental mencionar que a linguagem e sua função semiológica, ou relacionada às representações sociais atuam como elementos de mediação estruturantes, ou seja, tanto os mediadores subjetivos como os objetivos se estruturam através da linguagem e sua função social e cognitiva, e que esta se estrutura a partir de um processo de internalização do ambiente sociocultural e histórico em que cada pessoa está inserida.

De forma mais abrangente, os elementos sociais, históricos e culturais se somam necessariamente para uma maior compreensão sobre os processos de formação e legitimação destas instituições ou mediadores, tanto no plano objetivo quanto subjetivo, definindo a trajetória do desenvolvimento do juízo, dos sentimentos e da ação moral.

Assim exemplificando; a ordenação bíblica “*não matarás*”, por exemplo, pode ser compreendida como um mediador, uma ferramenta ética e moral, dentro de uma trajetória histórica e cultural específica, como já foi mencionado anteriormente, e que envolvem um processo histórico judaico – cristão e que cumpre uma função de organização social, de estabelecer uma proibição e ao mesmo tempo uma valorização da vida humana como algo prioritário, e dentro disto um projeto de respeito coletivo, e felicidade possível.

Além disto, sua legitimação transcende para outras concepções atreladas que colocam o ser humano como um valor prioritário, à medida que é concebido como imagem e semelhança de DEUS, como morada “ETHOS” da alma, do espírito da consciência divina em mim, do si mesmo e do outro humano como sagrados. (BOFF, 2004).

Um mediador, uma ferramenta ética e moral como qualquer forma de mediação, dentro de uma trajetória social, histórica e cultural se consolida, se legitima e se reproduz a partir de uma função social ideológica e política (ARENDT, 1981) e dentro de realidades concretas, situações vivenciadas socialmente ou individualmente estabelecidas.

No tocante a esta questão VYGOTSKY (2009, p.72) reflete:

[...] Educação entendida correta e cientificamente, não significa infundir de maneira artificial, de fora, ideais, sentimentos e ânimos totalmente estranhos às crianças. A educação correta consiste em despertar na criança aquilo que existe nela, ajudar para que isso se desenvolva e orientar esse desenvolvimento para algum lado. [...] Na criação de crianças abandonadas, pode-se observar de uma forma melhor que as crianças escrevem com vontade exatamente quando surge a necessidade de escrever. Nelas, a criação verbal adquire, em parte, a forma de canções entoadas que refletem todas as esferas da sua vida. Em sua maioria são canções tristes e profundamente melancólicas. [...] Nas canções das crianças abandonadas, reflete-se todo o lado obscuro e difícil de sua vida. A prisão, a morte prematura ou a doença, a orfandade, o abandono, o desamparo – esses são os principais motivos da canção. Surge, também, uma outra nota – a nota da valentia, da fanfarrice, da idolatria de seus atos:[...]

Historicamente e culturalmente o ser humano em sua trajetória existencial demonstra a criação de inúmeras possibilidades de construção sobre os processos de formação, legitimação e reprodução de instituições ou mediadores morais tanto no plano objetivo quanto subjetivo.

Diante desta questão lembro LA TAILLE (2006, p.19-25), no que tange as diferentes perspectivas teóricas sobre a moral, abordando as diversas visões sobre “*o relativismo axiológico e antropológico*”, assim por uma questão didática e compreensiva cito-o textualmente:

[...] **O relativismo axiológico**, como seu nome o indica, implica em afirmar que todos os sistemas morais, que se encontram nas diversas culturas, nos diversos grupos e em diversas pessoas, tem o mesmo valor, não sendo portanto legítimo condenar uns em nome de outros. Consequentemente, essa forma de relativismo implica a ausência total de juízo sobre o valor dos diversos sistemas assumidos como morais por diferentes pessoas. Cada um teria seus próprios valores morais e ponto final. [...] Do ponto de vista psicológico, o relativista axiológico assemelha-se mais a uma pessoa sem senso moral. [...] Para o **relativismo antropológico**, não se trata de aceitar moralmente todos os sistemas de valores, *mas de afirmar que, de fato, eles existem e que não há nenhuma tendência humana universal a legitimar um em detrimento de outros*. [...] Logo, o relativismo antropológico corresponde a uma teoria geral que afirma não haver moral universal possível. [...] Com efeito, os conhecimentos que hoje temos de diversas épocas históricas e culturas depõem fortemente a favor da tese do relativismo cultural. Tal não significa dizer, é claro, que não reencontramos alguns temas morais comuns a todos os sistemas. [...] Todavia, mesmo em se verificando que, em todas as sociedades, é dado valor a vida, à verdade e a reprodução humana e que, portanto, os comportamentos relacionados a esses valores são objeto de regras, somos forçados a reconhecer que tais regras variam, e muito, de uma sociedade para outra, notadamente em relação ao universo de sua aplicabilidade. Em um lugar o “não mataras” aplica-se a todos os seres humanos, em outro apenas àqueles que pertencem à comunidade (pode-se matar o estrangeiro, o inimigo, o ateu) [...] Insisto: tal relativismo não somente afirma que há, de fato uma pluralidade de sistemas morais (e ninguém o contesta), como afirma que não há sistema algum para qual todos tenderiam (**o que é contestado pelos construtivistas**). Vê-se que Piaget e Kohlberg são herdeiros das luzes (século XVIII), que eles acreditam no progresso da humanidade (mesmo sabendo que ele ocorre de maneira caótica e com uma lentidão exasperante). [...] (p.20-21).

Diversas realidades impuseram construções necessárias, e ao longo do tempo temos um expressivo conjunto de recursos que delineiam as mais diversas formas de organização humanas, contudo isto não significa ter que assumir uma perspectiva que nega qualquer perspectiva universalista no campo ético.

Diante desse aspecto é preciso mencionar que em razão de seu momento social e histórico, VYGOTSKY contempla elementos de uma análise crítica e ideológica nas ciências e em especial na psicologia, e que também nos serve para pensar o campo moral e ético como um tema profundamente permeado por relações de dominação, ideologias Instituídas dentro de todas as esferas da ação e conhecimento humano, o mesmo autor, expressa uma crítica frente ao conceito denominado à época por “*moral insanity*”, uma visão de anomalia orgânica, biologizante, determinista e estigmatizante, a qual se contrapõe e discute dentro do tema por ele denominado de “*defectabilidade moral*” (*defectologia*) defeito moral ou amoralidade da conduta. (VYGOTSKY, 1997, v.5).

Ao refletir sobre a questão das condutas morais de crianças, adolescentes, *meninos de “difícil educação”*, VYGOTSKY descarta as variáveis orgânicas e enfatiza as variáveis sociais, socioeconômicas, pedagógicas e culturais, ressalta também as características conjunturais regionais revolucionárias e que estariam também condicionadas as novas perspectivas de atuação em psicologia e pedagogia frente ao tema.

Tais perspectivas de atuação deveriam partir de um novo olhar sobre as potencialidades, sobre o que existe de positivo nas crianças e adolescentes.

Assim, VYGOTSKY (1997, v.5. p. 175) propõe:

Las condiciones sociales en las cuales debe arraigarse el niño constituyen, por un lado, todo el ámbito de su inadaptación, del cual se derivan las fuerzas creativas de su desarrollo, la existencia de obstáculos que impulsan al niño al desarrollo residen en las condiciones del ambiente social al cual debe incorporarse. Por otro lado, todo el desarrollo del niño está orientado al logro del nivel social necesario. Aquí está el principio y el fin, el alfa y el omega. Cronológicamente, los tres momentos de este proceso pueden representarse así: 1) la inadaptación del niño al ambiente sociocultural crea poderosos obstáculos en el curso del desarrollo de su psique (principio del condicionamiento social del desarrollo): 2) estos obstáculos sirven de estímulo para el desarrollo compensatorio: se convierten en su punto final y orientan todo el proceso (principio de la perspectiva de futuro): 3) la presencia de obstáculos eleva las funciones y las hace perfeccionarse, y conduce a la superación de esos obstáculos, es decir a la adaptación (principio de compensación), [...] Pero si sabemos que de la debilidad nace la fuerza de las insuficiencias las capacidades, tendremos en nuestras manos la clave para resolver el problema de la capacidad infantil.[...]

Objetivamente, será o conjunto destas perspectivas que estarei assumindo a fim de estabelecer uma relação teórica – prática com os conceitos de conexão humana e de uma ética do cuidado voltada ao contexto institucional.

No entanto ainda cabe enfatizar neste capítulo alguns elementos gerais que envolvem a construção do conhecimento da psicologia em relação às condutas e comportamentos humanos, em relação às questões éticas e morais.

Na trajetória de construção da psicologia enquanto campo de conhecimento científico percebe-se discursos teóricos no campo da ética e da moral associados a diferenças de gênero, de etnia, de cultura, de regionalismos, de classe social, assumindo muitas vezes posicionamentos preconceituosos, estigmatizantes, rotulantes.

Diante dos temas da ética e da moral verifica-se historicamente que a psicologia através de certas concepções da psicometria, e por meio de certos instrumentos e técnicas psicodiagnósticas foram responsáveis por inúmeras propostas de intervenção equivocadas a meu ver, nas mais diversas áreas de atuação.

Muitos conceitos sob diversas perspectivas teórica e ideológicas, produziram juízos de valores sobre determinados modos de comportamento, de condutas revestidas de adereços cientificistas, endossaram concepções preconceituosas sobre determinados grupos humanos, povos e culturas das mais diversas.

O etnocentrismo na Psicologia incorreu em diversos equívocos diante de interpretações permeadas por ideologias dominantes sobre diversas manifestações culturais humanas (GEERTZ, 1989), no Brasil especificamente elementos e discursos ideológicos pautados na eugenia, nas políticas higienistas e atualmente do estado penal povoam diversas perspectivas e publicações nos campos da criminologia, da psicologia moral, das vertentes psicodiagnósticas das áreas jurídicas e da saúde. (TUNDIS; COSTA, 1987; FOUCAULT, 1975, 1983; SAWAIA, 2008; WACQUANT, 2001; BARÓ, 1996).

É preciso, portanto, desmistificar que a afetividade, que os sentimentos, as emoções são incertezas e imprecisões científicas, subjetividades inconsistentes no campo de investigação psicológica.

A visão dicotômica razão – emoção historicamente, pouco tem contribuído para o desenvolvimento científico, para o incremento de pesquisas socialmente relevantes, interventivas e transformadoras, principalmente nos campos da Psicologia e da Educação.

Por fim, quero finalizar este capítulo elucidando tais questionamentos a fim de dirimir qualquer possível interpretação associada a estas perspectivas nesta tese. Assim, é preciso que não haja confusão com um ideal de justiça, ou valor humanista, ou fundamentos de respeito aos direitos humanos fundamentais com qualquer posição etnocêntrica ou de desconsideração às eventuais expressões e rituais culturais que porventura se manifestem contrários a tais paradigmas.

Ao posicionar nos próximos capítulos a ética do cuidado na psicologia algumas considerações serão reforçadas a fim de trazer uma compreensão clara e transparente e inequívoca sobre alguns paradigmas.

2 d- A Ética do cuidado e a conexão humana, conceituação a partir da “ética do cuidado” para Carol Gilligan.

Dentro de uma tradição positivista, experimentalista, universalista, mecanicista, sistêmica, funcionalista, individualista e atomista da ciência e na Psicologia, um sentimento, um objeto subjetivo associado à dimensão afetiva, muitas vezes é vista, ou encarada, como um objeto de estudo inviável cientificamente, frente às demandas metodológicas cartesianas, quantificáveis e de mensuração. (LANE & CODO, 1984).

Trazer à luz um sentimento imbricado ao juízo moral e dar a este sentimento um tratamento que requer uma objetividade científica é sem dúvida um desafio, e assim, creio que foi o desafio de Carol Gilligan (1982) ao refutar um posicionamento teórico sobre o desenvolvimento moral proposto por Lawrence Kohlberg (BIAGGIO, 2002).

Durante sua atuação acadêmica com Lawrence Kohlberg no campo da psicologia moral, Carol Gilligan questiona dois critérios (o contrato social e a valorização pelos princípios universais de justiça e respeito) relacionados ao juízo moral como elementos exclusivos e suficientes para a definição dos níveis morais mais elevados (níveis 5 e 6) propostos por KOHLBERG (GILLIGAN, 1982).

A partir do Dilema de Heinz, portanto, adotando metodologia e instrumento de pesquisa correlato, GILLIGAN buscou compreender as falas das mulheres, e como estas mulheres elaboravam as diferentes justificativas utilizadas para a resolução do referido dilema.

GILLIGAN propõe diante da constatação a partir de entrevistas realizadas com diferentes mulheres, que as narrativas que emergem diante da resolução sobre um dilema moral (dilema de Heinz, dilema este que propõe uma situação hipotética), indicam uma forma de pensamento ético e moral diferente, não pautada prioritariamente num ideal de justiça ou contratualista inquestionável, mas sim num ideal de cuidado prioritário sobre um princípio de legalidade.

Diante das falas das diversas mulheres entrevistadas o cuidado emerge como fundamentação para a tomada de decisão e resolução do dilema moral.

Na interpretação de GILLIGAN, tais narrativas revelam não uma moral representativa de um estágio menos desenvolvido, mas sim de um juízo moral diferente, não pautado prioritariamente e exclusivamente num ideal de justiça, o que em minha visão seria um ideal legalista, implicando numa aceitação incondicional do princípio de propriedade privada em detrimento de um valor humanístico pautado na perspectiva de cuidado do outro como algo prioritário.

Ao descrever e analisar por meio do método científico qualitativo, GILLIGAN consolida uma nova possibilidade de se pensar a moral e a ética no campo da psicologia, não mais baixo uma lógica permeada pela ideologia dominante, capitalista, contratualista e burguesa, a meu ver, erroneamente denominada por *“ética da justiça”*.

Essa nova perspectiva que se abre também nos permite pensar além de uma lógica hierarquizada baseada em estágios de desenvolvimento moral, e que de certa forma impunha às mulheres de forma equivocada uma posição de inferioridade moral.

Afirmar que existe uma ética do cuidado, implica em reconhecer e trazer à luz da ciência, no campo da psicologia um sentimento enquanto uma nova variável moral, uma variável objetivada empiricamente e metodologicamente no campo de estudos da auto regulação moral.

Assim, GILLIGAN constrói de forma pioneira, um caminho e que seria trilhado por muitos outros posteriormente (MANNING, 1992; MONTENEGRO, 2001) ao qual me incluo nesta trajetória, com o objetivo de ampliar aquilo que foi possível em seu tempo e espaço, em seu contexto histórico, social e cultural, frente às bases teóricas que dispunha, frente suas crenças e ideais em torno do objeto pesquisado.

Diante das recorrentes falas que negavam aparentemente um ideal de justiça, emerge a partir da análise e conclusão proposta por GILLIGAN (1982), uma variável afetiva, um sentimento moral como relevante para a compreensão do juízo e ação moral enquanto objeto de estudo da Psicologia.

Com isto ratifica-se a tese de Jean Piaget (1994) de que o desenvolvimento moral autônomo enquanto ação moral, somente se estabelece, a partir da imbricação entre as esferas afetiva e racional, ou seja, para que um juízo moral pautado num ideal de justiça se estabeleça, é necessário um fator motivacional (um motor), um sentimento moral, no caso o cuidado e a conexão humana.

Creio, e não se pode omitir, que Carol Gilligan em seu livro – tese “*Uma voz diferente*” (1982) protagonizou uma luta feminista dentro de sua época na Psicologia, talvez por isso, a interpretação dicotômica entre gêneros humanos, homem e mulher tenha sido expressa de forma tão veemente, a perspectiva dicotômica entre ética do cuidado como elemento moral prioritário para as mulheres, e de uma ética da justiça como elemento moral prioritário para os homens, talvez tenha sido e implicou numa forma de emancipação.

Portanto, independente das questões ideológicas implicadas, e da conveniência política que na época o trabalho de GILLIGAN suscitou, e das críticas pertinentes à interpretação dicotômica, evidenciada pelo paradigma das diferenças de gênero humano, é importante ressaltar e enfatizar a consistência metodológica, e a importância da emergência do cuidado como um sentimento e variável moral e ética na psicologia.

Como já descrito anteriormente, durante minha investigação (BRAUNSTEIN, 2007), dentro do universo do encarceramento de mulheres no estado de São Paulo, pude constatar também a partir de inúmeros discursos a emergência do cuidado enquanto variável ética e moral prioritária.

Além disto, dentro de uma análise institucional, foi importante a constatação de que a dinâmica interacional de uma unidade prisional feminina é bem diferente de uma unidade prisional masculina, e assim a predominância de uma ética do cuidado surge como hipótese para compreender algumas diferenças significativas, principalmente nos aspectos dos conflitos, sobre as práticas de violência, e sobre as preocupações de subsistência e suporte familiar.

Nas unidades femininas os índices de violência são extremamente menores, o número de mulheres encarceradas (taxa de encarceramento) como já mencionado também é extremamente menor, da ordem de aproximadamente 5% em média.

A preocupação com o cuidado da família, com a subsistência desta família, é recorrente nas narrativas de em um número extremamente significativo de mulheres encarceradas.

Com isto não quero reforçar a tese dicotômica, sob o paradigma do gênero das diferenças, mas apenas constatar uma realidade institucional, social, e que poderia ser ilustrada por outros dados em outras realidades sociais contemporâneas, conforme dados do **Censo 2006 da então Febem** (conforme exposto nas págs. 148-149), por exemplo,

Interpreto que estes dados revelam que o sentimento de cuidado, ou de que a “*ética do cuidado*” é mais representativa enquanto elemento prioritário no universo das mulheres, e não por questões biológicas, não por variáveis inerentes a feminilidade ou de gênero, mas sim, por questões que envolvem os processos de socialização primários e secundários (BERGER; LUCKMAN, 2002; UNBENHAUM, 1998).

Por fim, quero mencionar que as bases para tais afirmações estarão melhores descritas nos capítulos cinco e seis, nos dados de pesquisa e análise de dados, enfatizando que as estratégias metodológicas utilizadas estarão fundamentadas nas realidades sociais e institucionais concretas descritas nos referidos capítulos.

3 - A ÉTICA DO CUIDADO E A CONEXÃO HUMANA ENQUANTO CONCEITO POSSÍVEL, AMPLIAÇÕES SOBRE O OBJETO DE ESTUDO.

Historicamente e filosoficamente, como se viu, o tema cuidado, cuidar se relaciona a existência humana e às questões éticas e morais desde a muito tempo. A correlação entre existir, ser, cuidar, preservar implica na possibilidade do ser humano viver, conhecer, produzir saberes, adaptar-se, cuidando de sua própria existência. (BOFF, 2004).

É preciso que se mencione que, frente ao levantamento bibliográfico realizado em torno do tema ética do cuidado, uma expressiva maioria dos trabalhos a partir de Carol Gilligan está no campo da Enfermagem. (CAMACHO; SANTO, 2001; ZOBOLI, 2004)

Não deixa de ser interessante notar que, GILLIGAN (1982) desenvolve seu trabalho dentro do campo da psicologia moral, mas seu trabalho tem maior repercussão na área da saúde e em especial na Enfermagem, assim em contrapartida, verificou-se uma impressionante lacuna no campo da psicologia e pedagogia.

Conforme MONTENEGRO (2001), ainda que Carol Gilligan tenha proporcionado um novo olhar sobre uma variável moral, a “ética do cuidado”, a referida pesquisadora não se ateve em desenvolver uma argumentação teórica conceitual a respeito da ética do cuidado e da conexão humana.

Relacionado a esta questão, e não com a pretensão de preencher completamente e definitivamente este propósito, irei neste capítulo, portanto, conceituar minimamente o cuidado articulado à conexão humana numa perspectiva psicológica relacionada ao juízo, sentimento e ação moral, e posteriormente no próximo capítulo numa perspectiva institucional.

Inicialmente, sustentar teoricamente o cuidado e a conexão humana como variáveis complementares de auto regulação ética e moral, implica em superar e atingir três objetivos:

O primeiro relacionado à visão positivista das ciências naturais e que tradicionalmente elegeu a objetividade metodológica por meio da necessidade de mensuração e taxonomia do objeto de estudo, excluindo a variável “cuidado, ou cuidar enquanto sentimento” do campo das investigações em psicologia.

Um segundo objetivo, frente às questões históricas que envolvem relações ideológicas e de dominação nos campos político e científico, acerca do tema “cuidar” enquanto variável ética e moral.

E um terceiro objetivo, frente ao exercício de retroceder na trajetória histórica, cultural e existencial humana, no esforço de digressão sobre os primórdios da interação ser humano – mundo na perspectiva da atividade e do sentimento de cuidado e conexão humana, transcendendo a visão exclusivamente filosófica, fenomenológica existencial.

Brevemente, seria importante rememorar a trajetória das ciências enquanto produto do pensamento ocidental, enquanto evolução do pensamento filosófico, como extensão do uso do raciocínio lógico, da razão (ratio em latim, a capacidade humana de pensar ordenadamente classificando, organizando de forma sistematizada), da *Techné* (técnica).

Nas ciências humanas inicialmente, verificou-se a pretensa sobre a utilização do método cartesiano, experimentalista e positivista, influenciado pelas ciências naturais, das ciências médicas, biológicas, da botânica da arqueologia e zoologia por exemplo.

Investigar, ou eleger a psique humana, sem retomar simplesmente o pensamento filosófico, hipotético dedutivo ou indutivo, tornou-se um desafio para a ciência, já que sob a exigência da necessidade de objetivação por meio da observação, mensuração, classificação seria impraticável e inviável o estudo do pensamento, dos sentimentos, da mente humana.

Paralelamente, o fascínio humano, ocidental pela técnica, pelo incremento de transformação, controle, manipulação, “certeza” e objetividade que a técnica possibilitava e possibilita frente ao mundo natural, sobre os objetos e seres, resultou historicamente como se vê atualmente, em um forte investimento de energia mental, intelectual (produção acadêmica e científica) e de recursos materiais. (ARENDT, 1981; 2007; LANE & CODO, 1984; BAUMAN, 1999; 2008).

Ainda em paralelo a trajetória histórica, ideológica e filosófica da ciência e da psicologia, existe uma herança em que a feminilidade foi subordinada à masculinidade, no sentido político, estético e sobre a relevância dos objetivos e objetos de estudo.

Explicando melhor, desde o corpo da mulher, da questão da procriação e maternidade, e sua sexualidade, as mulheres foram subordinadas a uma condição secundária, com isso a feminilidade, bem como tudo atrelado as questões de gênero feminino, foi relegada a um segundo plano, ou vista paradoxalmente como santa, bruxa, ciclo tímica, esteticamente imperfeita, incompleta, entre outras. (DEL PRIORE, 2000; DUBLY & PERROT, 1990)

A dicotomia entre razão para o gênero masculino, sentimentos, sensibilidade ao gênero feminino, e a moralidade relacionando à justiça ao masculino e generosidade, compaixão, cuidado ao feminino. (CHODOROW, 1990)

A violência, criminalidade, força, virilidade, inteligência, ciências exatas - biológicas e esfera pública ao masculino; fraqueza, intuição, emoção, bondade, ciências humanas e esfera privada ao feminino.

Desta forma, construiu-se e ainda estamos construindo no campo científico, lógicas e interpretações sobre realidades, sobre fenômenos e objetos de estudo muitas vezes, de uma forma pragmática, prioritariamente quantitativa, cientificista, racionalista e dicotômica no que tange às questões humanas, nas ciências humanas. (MINAYO, 1996).

Fica evidente que às questões que envolvem as relações ideológicas e de dominação nos campos político e científico, acerca do tema “cuidar” enquanto variável ética e moral, se deram ao longo de um processo histórico e cultural.

O cuidado, ou o cuidar, exceto enquanto atividade técnica necessária a manutenção da sobrevivência humana, ficou relegado a uma condição de exclusão do interesse científico.

Assim como já mencionado, diante da pesquisa bibliográfica a recorrência maior sobre o estudo do tema esta vinculada às áreas da saúde, da enfermagem (CAMACHO & SANTO, 2001), e da puericultura ou dos profissionais destas áreas (CARETA, 2011), assim se discute o cuidado enquanto técnica e atividade em hospitais, creches e pré-escolas, quase que exclusivamente, dando-lhe uma conformação objetiva e prática, vinculada ao fazer, às práticas profissionais especificamente atribuídas geralmente de forma preconceituosa ao universo das mulheres de forma prioritária. (UNBENHAUM, 1998).

Ainda, é importante refletir que, o mundo contemporâneo aponta a supremacia da tecnologia atrelada aos meios de produção e alavancagem da economia, e após longo período de negligência do cuidar, do cuidado no sentido ético e moral, atualmente baixo as ameaças de escassez de recursos naturais, mudanças climáticas, degradação ambiental, má distribuição de recursos, e aos consequentes conflitos e migrações humanas em massa, percebe-se que a emergência e atual relevância frente aos discursos em torno do cuidado, do cuidar surgem numa dimensão envolvidas por paradigmas utilitaristas, heterônomos, contingenciais, regulatórios. (BAUMAN, 1999; 2001; BOFF, 2004).

Diante desta contextualização, acredito que é possível avançar para o objetivo de retroceder na trajetória histórica, cultural e existencial humana, no esforço de digressão sobre os primórdios da interação ser humano – mundo na perspectiva da atividade e do sentimento de cuidado e conexão humana.

É importante que se diga que, esta estratégia implica ao mesmo tempo em demonstrar que, em primeiro lugar, a constatação relativamente recente no campo científico sobre variáveis subjetivas, ou melhor, “sentimentos”, não significa que as mesmas já não fizessem parte do processo histórico e cultural de desenvolvimento psicológico humano, em segundo lugar, implica em situar tais variáveis dentro de uma perspectiva teórica, já que existe uma lacuna na psicologia a este respeito como já foi abordado.

Conforme já mencionado por Yves de La Taille (2006, p.19-25), existem diferentes perspectivas teóricas em psicologia e sociologia que sustentam posições difíceis de conciliação, contudo alguns elementos são comuns, um destes, é a possibilidade de pensarmos sobre o aspecto etiológico e motivacional da moral, relacionado à esfera do “querer”, e um segundo elemento, é que as definições sobre moralidade são concebidas envolvendo um conjunto de deveres, prescrições, leis, regras que devem ser obedecidas, envolvendo a esfera do “dever”.

Assim, o cuidado constitui-se, como um sentimento e uma ação moral, uma atividade humana objetiva e subjetiva, como um elemento primordial, que possibilitou e possibilita a existência concreta, que viabiliza a condição de sobrevivência, de interação e superação possível frente às diversas adversidades, e ameaças à vida.

Primordialmente, a evolução da capacidade cognitiva humana incrementou gradativamente ao longo da história em diferentes culturas em interação com o meio, uma grande diversidade de repertórios de comportamentos e atividades de cuidado, com o objetivo de cuidar de si e do outro, pois primariamente significa a garantia da sobrevivência.

Biologicamente e dentro de uma escala filogenética, a espécie humana apresenta um elevado grau de dependência ao nascer, o ser social (o ser humano enquanto ser social) já nasce desta condição incontornável frente a exigência de um cuidador exclusivo, uma mãe.

Diversas abordagens enfatizam a importância das relações primárias, afetivas de cuidado, na Psicanálise entre eles WINNICOTT (1987), SPITZ (1983), em outras abordagens sócio- construtivistas e interacionistas. (MONTENEGRO, 2001; CHODOROW, 1990).

O cuidado e a conexão humana, portanto, se estabelecem inicialmente enquanto necessidade para a sobrevivência, e concomitantemente, pelo menos para grande parte das mães ou pais (cuidadores) e sujeitos de cuidado filhos (as), o sentimento de cuidado e conexão humana se estabelecem enquanto elo primário, ou interação afetiva primária que garante a vida, a existência transgeracional.

Além disto, a própria condição de saúde psíquica, e não apenas orgânica se dá através desta relação, ou interação primária de conexão humana e cuidado.

Para que não afirmemos elucubrações, ou alguma hipótese sem fundamento, é importante citar o trabalho de pesquisa desenvolvido por Renné A. Spitz (1983), em que descreve as patologias desenvolvidas pela institucionalização de bebês, ou seja, das implicações psicológicas da separação parcial ou permanente de bebês em relação aos seus respectivos cuidadores (mães).

Cabe lembrar que esta questão no campo das ciências humanas e especificamente da psicologia tem merecido grande atenção, e consequentemente vários outros trabalhos poderiam ser citados ou lembrados, contudo acredito que pela abrangência seriedade e repercussão o trabalho de SPITZ já seja suficiente para sustentar a ideia sobre a importância primária da interação de cuidado em nível do desenvolvimento bio-psico-social-afetivo humano.

O cuidado enquanto instituição e mediador de determinadas atividades humanas, especificamente no campo ético e moral, situa-se como elemento imbricado, enquanto constituinte da razão e da afetividade, portanto, da cognição, da cultura, e do processo de desenvolvimento histórico bio-psico-social-afetivo ético e moral.

Explicando melhor esta imbricação entre cuidado (enquanto atividade, e sentimento humano), e conexão humana com afetividade e razão no desenvolvimento humano estarei primeiramente esquematizando esta inter-relação por meio de uma ilustração gráfica:

FIGURA 03 – CONEXÃO HUMANA E CUIDADO :

<p>Mãe + Bebê</p>	<p>MÃE + BEBÊ (RELAÇÃO DE CUIDADO INTRA UTERINO) RELAÇÃO DE CUIDADO E CONEXÃO HUMANA SIMBIÓTICA.</p> <p>Envolve atividade de cuidado intencional e não intencional (Racional + afetiva + biológica funcional – gestacional)</p>
<p>Mãe (cuidador) + Bebê (criança)</p>	<p>MÃE /CUIDADOR (RA) + BEBÊ (criança) / OUTRO Relação de cuidado na trajetória de vida pós nascimento (Relação social)</p> <p>RELAÇÃO DE CUIDADO E CONEXÃO HUMANA Envolvendo atividade intencional de cuidar no sentido mãe (cuidador) > bebê (criança).</p>

Nesta Figura 03 - (esquema) é possível descrever a implicação do cuidado enquanto atividade e sentimento, e da conexão humana enquanto sentimento, e, portanto, mediadores da preservação e manutenção da vida, inicialmente de forma biológica, fisiológica (gestacional), e posteriormente envolvendo gradativamente uma interação cada vez maior, em termos de grau de diversidade e trocas.

Assim, os mediadores (cuidado / cuidar enquanto sentimento e atividade, e de conexão humana enquanto sentimento), promovem trocas e que possibilitam o desenvolvimento global humano, a princípio, tais mediadores operam como “mediadores provedores” na perspectiva do cuidador (ra), mas concomitantemente a característica de auto regulação está presente, e portanto, se manifesta como um “mediador moral”, como motivação de ações que envolvem o querer cuidar e o dever cuidar.

Obviamente, em se tratando de uma análise que envolva a esfera privada, pode-se chegar a conclusão que a característica motivacional destes mediadores, não se aplicam em um contexto envolvendo a esfera pública, do contexto social mais amplo, do outro (s) ao (s) qual (quais) não tenha elos familiares ou afetivos.

De certa forma sim, e portanto, retomando a ilustração 1 (pág.26), este conceito envolve gradientes, ou graus de abrangência frente a esta condição motivacional do querer cuidar, respeitar, preservar.

E é aqui justamente que poderíamos pensar em níveis de desenvolvimento morais, a partir do cuidado e da conexão humana, considerando-se um ideal ético de cuidado, uma ética do cuidado.

Pode-se então propor de forma básica e sucinta, 3 (três) níveis de desenvolvimento ético e moral, com referência em seus respectivos níveis ou esferas de abrangência envolvendo as esferas privada e públicas.

Podendo ser ilustrado esquematicamente da seguinte forma, a seguir:

FIGURA 04 – ESFERAS DE CONEXÃO HUMANA

	NÍVEL / Grau de abrangência
<p>CUIDADO E CONEXÃO HUMANA ESFERA PRIVADA</p> <p>ex: família; grupo de amigos(as), pessoas as quais quero conviver, interagir espontaneamente.</p>	<p>NÍVEL PRIMÁRIO INCONDICIONAL ESPONTÂNEO</p> <p>Nível de MENOR abrangência</p> <p>Social - moral</p>
	NÍVEL / Grau de abrangência
<p>CUIDADO E CONEXÃO HUMANA ESFERA PÚBLICA</p> <p>ex: Pessoas as quais convivo, interajo no meio social, profissional, institucional concreto, ou midiático, em grau de proximidade a mim.</p>	<p>NÍVEL SECUNDÁRIO CONDICIONAL NÃO ESPONTÂNEO</p> <p>Nível de MÉDIA abrangência</p> <p>Social - moral</p>
	NÍVEL / Grau de abrangência
<p>CUIDADO E CONEXÃO HUMANA ESFERA PÚBLICA</p> <p>ex: Pessoas as quais NÃO convivo, NÃO interajo no meio social, profissional ou institucional concreto, ou midiático, em grau de proximidade a mim.</p>	<p>NÍVEL TERCIÁRIO INCONDICIONAL ESPONTÂNEO</p> <p>Nível universal de abrangência</p> <p>Social - ÉTICO</p>

O cuidar, ou o cuidado e a conexão humana, abrangem as esferas privada e pública, individual e coletiva, relacionado ao “EU mesmo”, ao “Mim mesmo”, e ao “NÓS mesmos”.

Retomando as ideias de George Herbert Mead, em sua perspectiva interacionista simbólica. (HAGUETE, 2007, p.25-59), ou nas perspectivas sócio construtivistas e sócio interacionistas de Jean Piaget (1986, 1994) e VYGOTSKY (1984, 1989, 1996, 1997), frente à constituição da identidade, linguagem, a partir dos processos de interação e aprendizagem, e por fim relacionado às formas e sistemas instituídos.

Ainda nesta perspectiva, cabe enfatizar que contemporaneamente o leque de abrangência frente aos elementos e elos significativos de cuidado, também passaram de forma dinâmica por diversas configurações condicionadas por fatores históricos, culturais, ideológicos, religiosos, políticos, científicos. (BAUMANN, 2001; 2004).

A família enquanto instituição, historicamente e atualmente envolve uma vasta gama de possibilidades de configurações de seus membros, contemporaneamente existe uma grande diversidade que envolve o conceito de família, abrangendo diferentes valores, culturas, hábitos e formas de estruturação de seus membros.

Pode-se, portanto, pensar que, a conexão humana, e o cuidado na perspectiva ética e moral (a ética do cuidado), constituem-se como elementos da cognição humana, envolvendo as esferas racional e afetiva, decorrente de um processo de construção sócio interacionista, histórico e cultural (LEME, 2006), constituindo-se como variáveis fundamentais na constituição, da pessoa e de uma sociedade moralmente autônoma e ética.

Neste sentido, é possível pensar que a auto regulação moral envolve conjuntamente a esfera afetiva e racional, e que o estabelecimento de uma ética do cuidado enquanto elemento subjetivo não surge naturalmente, ou seja, não é inerente ao ser humano, e que o desenvolvimento de tais variáveis ocorrem a partir de interações de reciprocidade e respeito, por meio de trocas de afeto, relações de ensino-aprendizagem, sócios educacionais formais e informais pautadas por certos princípios culturais, institucionais que contemplem a dignidade humana e ambiental como valor prioritário.

Proponho diferente de Carol Gilligan (1982), que a “ética do cuidado” não está condicionada às diferenças de gênero humano, já que não se adota uma perspectiva teórica dicotômica, outros aspectos se relacionam aos dados em relação às histórias de vida, biografias de personalidades midiáticas, conhecidas como GANDHI, LUTER KING, MANDELA entre outros nomes, assim, tanto os princípios de justiça, legalidade, de conexão humana e cuidado estão potencialmente associados a ambos os gêneros, masculino e feminino.

Frente ao “querer moral”, pode-se então sustentar que a ética do cuidado converge enquanto mediador motivacional do ideal de justiça, incrementando o dever, possibilitando pensar num princípio de autonomia moral, numa perspectiva ética.

Com esta colocação não se exclui o cuidado dentro de uma condição imposta também pelo “dever moral”, do cuidar por dever, o que caracteriza a atividade humana enquanto juízo e ação moral, por exemplo, na esfera do direito de ser cuidado, frente ao sujeito que tem direito de ser cuidado.

Lembrando que como tratado legal na DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS, promulgada pelos então países signatários em 1948, o direito a vida, a alimentação, a saúde, ao ser cuidado, a dignidade, ao respeito, a educação e ao desenvolvimento de seu potencial humano, estão previstos como direitos incondicionais, e que no contexto da cidadania uma criança já nasce como sujeito desses direitos incondicionalmente. (PIAGET, 1978).

Consequentemente, como já mencionado, e esquematizado, a ética do cuidado e a conexão humana podem implicar numa perspectiva de desenvolvimento, numa ampliação da abrangência do campo ético e moral, contudo é importante estabelecer a princípio, como se dá este desenvolvimento numa perspectiva ideal, universal.

Basicamente, o desenvolvimento ético e moral ou os níveis de abrangência moral e ético, se consolidam gradativamente num plano ideal pela empatia pela capacidade de compreender cognitivamente (afetivamente e racionalmente) “um outro” diferente de mim, pela capacidade de se identificar com outra pessoa e ou animal, e ou objeto, e no referencial dos sujeitos de cuidado (pessoa ou seres vivos, animais) permitindo que este outros se manifestem frente ao direito de ser cuidado (como devo ou quero ser cuidado).

Relaciona-se a capacidade de sentir o que o OUTRO sente, de perceber o que o OUTRO quer, necessita, deseja, relaciona-se também à disponibilidade de compreender como o OUTRO se expressa. (não envolve, portanto, nenhuma forma de coerção, ou relação de dominação – implica em respeito incondicional).

Implica numa relação empática, de se colocar no lugar do outro, de compreender e sentir o que o OUTRO sente, pensa, quer.

Implica numa forma de cognição social, em relação ao OUTRO e a mim mesmo, em relação aos outros EUs, em mim, um “MIM MESMO” na perspectiva de George H. Mead (HAGUETE, 2007)

Tal proposição (**empática**) envolveria três perspectivas de interação e formas instâncias de conhecimento, e quando me refiro a isto, conhecer, implica desde o sentir até desenvolver, aprender, aplicar competências técnicas e científicas em relação a este OUTRO, ou seja, podem envolver processos de ensino aprendizagem, e que de forma prática requer formação, competências.

Podendo desta forma, serem ilustradas da seguinte forma:

FIGURA 05 : PERPECTIVAS DE CONEXÃO EMPÁTICA

- a) Para ver-se do ponto de vista de outrem;
Colocar-se na perspectiva (lugar) do outro;
De ver o outro (a)s em si mesmo (nele mesmo)**

- b) Para ver o(s) outro(s) do ponto de vista de outrem;
De como o(s) outro(s) se percebe (m) vê (veem) entre si mesmo (s)
(entre ele(s)/ela(s) mesmo(a)(s)).**

- c) Para ver os outros do ponto de vista deles mesmos.
De como o (s) outro(s) se veem a si mesmos. (a eles/elas mesmo (a)s).**

Não se pode desconsiderar o caráter racional e técnico científico envolvendo a atividade e o sentimento de cuidado (cuidar), pois o cuidado enquanto sentimento e atividade humana funcionam como um mediador, pois alavanca, exige, sempre exigiu (e evidentemente se percebe isto no decorrer da história humana) conhecimento sobre hábitos, cultura, características biológicas – psicológicas – afetivas – sociais em relação ao(s) OUTRO (s) humano(s), envolvendo o simbólico, os elementos míticos, ritualísticos.

Conhecimento este milenar, e que frente as necessidades do cuidar de si e do outro humano, ou do cuidar do outro não humano (animais, plantas, elementos naturais, minerais, objetos, coisas, utensílios) envolveu inúmeros tipos de conhecimento estruturados e sistematizados atualmente nas mais diversas áreas do conhecimento científico.

Esta constatação, se refere ao acúmulo de conhecimento, à herança inter-geracional, aos inúmeros dados quantitativos e qualitativos que dispomos, e que, portanto, conhece-los, nos possibilita assumir uma atitude empática necessária para a formulação de políticas públicas, para repensarmos e estruturarmos nossas práticas profissionais, instituições e intervenções, para a construção e consolidações de um projeto ético.

Relacionado à questão, da vinculação entre empatia, produção e acúmulo de conhecimento, e a perspectiva ética e moral, tomarei enquanto dado de pesquisa a citação de CARETA (2011, p. 87), como um bom exemplo para refletirmos sobre esta questão:

No intuito de abordar a questão de seus objetivos e motivação para sua trajetória de pesquisa, a pesquisadora aponta a seguinte constatação:

Durante a realização do estudo de mestrado, em 2004⁶, num determinado abrigo na região do Grande ABC, deparamos com um grupo de mulheres, cuidadoras de crianças em acolhimento institucional, que manifestava sofrimento psíquico intenso e que precisava, portanto, de cuidados psicológicos. Uma situação problemática se apresentava: as cuidadoras se assemelhavam às crianças acolhidas, especialmente no modo como sofriam, com intensas angústias de separação, de abandono e identificações maciças com o acolhimento institucional. Com isso, por não estarem bem com elas mesmas, sofriam e, conseqüentemente, faziam as crianças que estavam em acolhimento também sofrerem, seja pela ausência de afetividade nas relações como pela incontinência de seus impulsos, os quais, na maioria das vezes, repercutiam em reações de violência e comportamentos de exclusão, deixando, por exemplo, determinada criança excluída de seus cuidados.[...]

Esta descrição, ou dado de pesquisa, revela a necessidade do conhecimento atrelado à disponibilidade, ao cumprimento de uma atribuição profissional específica (cuidadoras de crianças em acolhimento institucional) envolvendo a esfera do dever profissional (heterônoma), e a questão motivacional, envolvendo a esfera da autonomia, do querer cuidar.

É importante observar, neste dado relatado, decorrente da pesquisa realizada, que o fato de as cuidadoras institucionais serem todas mulheres, a ética do cuidado não é uma variável presente, não surge como mediador (sentimento – motivação) da atividade de cuidar.

Tal análise em primeiro lugar possibilita-nos afirmar mais uma vez que, a ética do cuidado não se condiciona a uma questão de gênero humano, exclusivamente às mulheres, e que o simples conhecimento, ou exercício de uma atividade (papel profissional) requer uma variável motivacional complementar, e que sem esta variável (motivacional), o fazer racional, ou meramente heterônomo e burocrático não permitem a construção de projetos e espaços institucionais satisfatórios, psicologicamente saudáveis, felizes, e gratificantes.

⁶ (CARETA, 2006) – Dissertação de mestrado.

Finalizando a análise sobre os dados da referida pesquisa, fica evidenciado também que, a felicidade em mim, a minha consciência, a minha condição de saúde mental implica diretamente em minha atividade de cuidar, ou seja, o cuidado de si mesmo implica diretamente no cuidado do “outro (s)”, e também, que a impossibilidade consequente ***“de afetividade nas relações [...], na maioria das vezes, repercutiam em reações de violência e comportamentos de exclusão, deixando, por exemplo, determinada criança excluída de seus cuidados. [...]”***.

Os referidos dados são percebidos de forma correlata, no contexto das instituições de internação e prisões, em que funcionários muitas vezes vivem o stress em razão de uma prática hegemônica voltada exclusivamente no vigiar e punir. (FOUCAULT, 1984; BRAUNSTEIN, 2007).

Finalizada, pontualmente a análise dos referidos elementos, estarei salientando uma questão ainda.

É importante pensarmos que todo o conhecimento criado, construído e acumulado dentro do processo social, institucional, cultural e histórico, cumpre uma finalidade, se constitui como utilidade, mediadores das necessidades e intenções humanas, diante disto, as perspectivas humanas prioritárias de garantia da sobrevivência, e bem estar (felicidade, vida boa), implicam também, na condição de produzir conhecimento, e garantir a previsibilidade em todas as instâncias da vida de forma maximizada, esta imposição pode ser pensada como uma imposição frente a necessidade de cuidar de si mesmo, do outro (s), pois sem esta condição nenhum investimento concreto ou subjetivo é válido.

Tanto o caráter utilitarista da necessidade, da previsibilidade frente à garantia de manter a própria existência, condição esta, prioritariamente voltada ao dever, a heteronomia, ao plano moral; como também o projeto ou desejo de ser feliz, de “vida boa”, voltado à esfera do querer, da ética, ambos, estão implicados no cuidado e na conexão humana enquanto sentimento e na atividade de cuidar. (ARENDT, 1981; 2007; BOFF, 2003).

A partir disto, não se pode, no entanto incorrer no erro de romantizar, ou deixar de abordar esta questão de forma dialética, contemplando os paradoxos e contradições nela envolvidos.

No plano ético e moral, são notórias as reflexões, estudos, produções a respeito dos conflitos, da violência humana no decorrer de sua trajetória, e inúmeras, eu diria, uma imensa quantidade de referências poderiam ser citadas em diversos contextos e dimensões institucionais, políticos, profissionais. (ARENDT, 1978, 1990; ADORNO, 1995; BAUMAN, 1998; FOUCAULT, 1984 ; 1987 ; FREIRE, 1980 ; FREUD, 1974 ; SCHILLING, 2004 ; LEME, 2006 ; BRAUNSTEIN, 2006; 2007).

Existe, portanto, um aspecto a se considerar de suma importância, são as contradições e paradoxo do sentimento de cuidado e conexão humana, e suas consequências na atividade, nas práticas de cuidar em seu grau de abrangência social, ambiental e amplitude moral e ética implicada.

Tais contradições e paradoxo podem ser expressos a partir das perguntas:

De quem quero cuidar ? De quem devo cuidar ? Quem merece ser cuidado ?

(Lembrando que estas perguntas podem ser refletidas na perspectiva da Figura 1 conforme ilustrado).

As respostas para tais perguntas podem ser relativizadas quando se consideram a diversidade nos aspectos ideológicos, sociais, históricos, culturais, políticos, motivacionais, morais; como também podem ser respostas universalizadas à medida que se sejam considerados determinados paradigmas, e que fundamentalmente norteiam as atividades de cuidar na dimensão do dever, na esfera moral, com a implicação de um projeto ético, que, por exemplo, considere o respeito aos direitos humanos fundamentais como caminho para a construção da justiça da igualdade social, política e econômica, como uma ponte para um projeto coletivo de respeito, dignidade e felicidade existencial.

Partindo-se da reflexão de Yves de La Taille (2006), sobre duas perguntas fundamentais, uma “*como devo agir*” e “*que vida quero viver*”, é importante correlacionar que as contradições claramente manifestas em nossa trajetória história, são em grande parte contradições que envolvem o sentimento de cuidado e conexão humana, pois as interações sociais, com o mundo confrontam tais questionamentos diante da necessidade, ou do desejo de cuidar, ou não, que de forma oposta seriam as ações de matar, destruir.

Ainda conforme o Prof. Yves de La Taille, em que medida tais questões poderiam ser respondidas da mesma maneira ou não quando analisadas sobre a variável da motivação ética e moral?

Assim, caberia pensarmos sobre a diversidade de recursos cognitivos, criativos, culturais e conjunturais que permitiriam cada pessoa de responder tais perguntas, ou nortear suas condutas, seus comportamentos sua vida.

Além disto, cabe lembrarmo-nos de Hanna Arendt e sua obra a “*Condição humana*” (1981), que implica na consideração das realidades concretas, e em sustentar e concordar com a tese, de que as dimensões morais e éticas são subordinadas fundamentalmente nas condições mais fundamentais, básicas, da condição existencial humana, de manutenção do metabolismo humano, e que como diz a respeitada Filósofa Política, o “*bios políticos*”, o surgimento, ou desenvolvimento do “ser político”, que é capaz de dialogar com o diferente, conviver respeitosamente com a diversidade e pluralidade na esfera pública é uma condição possível, apenas após a superação do provimento das necessidades, de forma equilibrada, do metabolismo humano, que exige cuidados, afago, afeto, proteção, abrigo, conforto, alimento, respeito, espaço, entre outras necessidades para se desenvolver.

Em miúdos; com fome, em condição de humilhação, sem dignidade, sem moradia, em condição de vulnerabilidade material, social – política e econômica, qualquer perspectiva moral, ou projeto ético é impossível, inviável, impensável.

Fundamentando-se em VYGOTSKY (1996; 1997), é na dificuldade, diante de um problema, ou enfrentamento que o ser humano é desafiado à criatividade e ao desenvolvimento de seu potencial psicológico, é nas situações de dificuldade que o campo mental humano é estimulado a enfrentar e superar o desafio, as dificuldades quando surgem.

O mundo inóspito, que resiste a vontade e ao desejo humano, pode ser percebido como um elemento que produz as condições necessárias e propulsoras para que os seres humanos exercitem e expressem suas potencialidades cognitivas, criativas e adaptativas.

É preciso que se perceba que a interação dos seres humanos com o mundo que habita é dialética, o ambiente natural não é apenas inóspito, ameaçador, mas também é provedor da vida, é belo e acolhedor, e em si viabiliza as condições necessárias para a existência humana, e é neste mundo que construímos nossa trajetória existencial e nossa história e nosso projeto de felicidade, um projeto ético que transcende a esfera individual.

Cuidar, preservar, e manter a vida é um desafio constante e permanente para os seres humanos, e ao longo de sua trajetória existencial, os tem sido desafiados a incrementar as atividades de cuidado, ao mesmo tempo em que podemos entender o cuidado como mediador, ou alavancador, motivador, uma ferramenta motivacional para a criação e desenvolvimento de novos instrumentos, artefatos, técnicas nos mais diversos campos da vida humana.

Outra prerrogativa é que historicamente, institucionalmente e cientificamente é fácil verificar que o mundo contemporâneo, globalizado não foi ou tem sido capaz de resolver questões éticas e morais fundamentais.

A violência, os conflitos humanos, o acúmulo de bens e capital em detrimento da exploração e pobreza, resultando em abismos de desigualdade social, econômica, a crise ambiental, e os conflitos étnicos raciais e geopolíticos deixam evidente a necessidade de perspectivas não só teóricas como interventivas, transformadoras.

É fundamental não esquecer que em contrapartida, muitos seres humanos alguns indignados abdicam de conforto, de sua segurança pessoal, de sua possibilidade de ganho material em prol de outros, em prol do bem estar global, humano. Varias Organizações não governamentais (ONGs), se mobilizam em várias partes do mundo neste sentido.

A análise sobre as relações paradoxais e das contradições em torno do cuidado e da conexão humana enquanto sentimento e atividade humana, envolvendo as relações entre previsibilidade, controle e dominação objetivando o “cuidado” de alguns em detrimento de outros justificadas, ou motivadas pela preservação ou sobrevivência, introduz a possibilidade de considerar o “cuidar” ou o “cuidado de si”, do “nós”, do “ele(s)” ou do(s)“outro(s)”, nas mais diversas perspectivas de interação, podendo ser sistematizada em quatro condições, conforme segue ilustrativamente a seguir:

“Envolvendo uma inter-relação de cuidado espontâneo ou não (necessário), associado ao “querer” ou ao “dever” cuidar .

FIGURA 06 - CUIDAR NUMA PERSPECTIVA SÓCIO INTERACIONISTA

Cuidar numa perspectiva sócio interacionista

- a) de quem cuida para quem é cuidado;
- b) de quem deve cuidar ou deve ser cuidado;
- c) de quem quer cuidar;
- d) de quem quero cuidar;

Relacionado ao “querer cuidar” frequentemente delimita-se um contexto privado ou íntimo, o que equivale ao conceito de esfera privada, sendo que ao “dever cuidar” delimita-se em geral o contexto mais amplo relacionado à esfera pública. (ARENDDT, 1981).

Esquemáticamente (a seguir) é possível ilustrar tal perspectiva por meio da seguinte categorização lembrando a utilização do termo “receptor do cuidado” por Francês Ricks.

(Apud MONTENEGRO, 2001, p.38-39), e que na perspectiva sócio interacionista e de forma crítica considera-se como o receptor de cuidado como “**sujeito de cuidado**”, e que envolvem as perspectivas da pessoa não dentro de uma relação objetalizada, ou passiva, e sim frente à perspectiva do direito e da autonomia frente ao ser cuidado

FIGURA 07 – INTERAÇÃO E CUIDADO CATEGORIZAÇÃO

ENQUANTO SUJEITO OU OBJETO DE CONEXÃO HUMANA (INTERAÇÃO) E CUIDADO. CATEGORIZAÇÃO	
CAMPO INTERACIONAL INDIVIDUAL – INTRA RELAÇÃO	
1- EU MESMO – SÍ MESMO – MIM MESMO HUMANO	
CAMPO INTERACIONAL COLETIVO – EXTERNO - INTER RELAÇÃO	
2- O “OUTRO HUMANO”	
3- O “OUTRO ANIMADO” (ANIMAL NÃO HUMANO)	
4- O “OUTRO INANIMADO” (AMBIENTE, COISA, OBJETO)	
CONDIÇÕES ENQUANTO SUJEITO E OU OBJETO DE CUIDADO:	
a)	SUJEITO (Receptor) de cuidado espontâneo (do “querer cuidar”)
b)	SUJEITO (Receptor) de cuidado não espontâneo (do “dever cuidar”)
c)	Não SUJEITO (receptor de cuidado) (excluído, ignorado)

A partir desta categorização (esquema acima), é importante especificar que, quanto ao “*receptor e doador de cuidado*” conforme RICKS, é necessário introduzir uma visão conceitual diferente, prefere-se aqui, a utilização do termo “MEDIADOR de cuidado” ou simplesmente CUIDADOR (RA), ao invés de “doador de cuidado”, em razão da conotação associada à “caridade”, à generosidade, à compaixão, uma perspectiva que no contexto do “dever cuidar” geraria uma profunda contradição, já que na esfera do “dever” existe uma relação autônoma ou heterônoma uma obrigatoriedade que não se refere a nenhuma forma de favor ou benemerência, mas sim, à esfera ética e moral da consideração do direito de ser cuidado, o conceito “mediador de cuidado”, como foi visto, possibilita articular e dar sentido para a dinâmica de desenvolvimento que a atividade de cuidar possibilita ao sujeito de cuidado, e próprio cuidador (ra), por meio da interação.

Esclarecida esta diferenciação a respeito da inter-relação entre “receptor e emissor de cuidado”, podemos a partir de então pensar na diferentes, possibilidade e condições de “**conexão humana**” e que segundo *Carol Gilligan* (1982, p.40) a “*conexão humana*” para ela conceitualmente se refere a “*um laço primário entre o outro e si mesmo*”.

Concordante com esta proposta conceitual, a abrangência da “conexão humana” remete ao aspecto epistêmico, ontológico à concepção existencial de “ser” em relação a si, e ser em relação ao “outro”, de ser em relação ao universo intra e inter psíquico, intra e inter pessoal.

Equivale a pensar que, toda concepção ou percepção humana só é possível frente ao conceito de “conexão”.

Se todos os fatos, fenômenos observáveis, cognitivamente compreensíveis só são perceptíveis ou concebíveis, e objetos de fato enquanto aquilo que se denomina “outro em mim”, então temos uma “conexão” implícita enquanto conceito que nos capacita e dá sentido à percepção ou concepção do “outro” e do “si mesmo”, “do mim mesmo”, “do nós mesmos”, deste(s) outro(s) em mim enquanto contexto, objeto, pessoa ou ideiação, numa condição que opera a existência e a diferenciação do o “eu” do “não eu” observável, percebido ou idealizado (imaginado), possível enquanto ente subjetivo, ou enquanto concretude, realidade, ainda que ressaltemos o relativismo e diversidade ideológica, perceptual sobre o que é realidade enquanto pergunta epistêmica.

Prosseguindo, “conexão” enquanto conceito envolve a dimensão cognoscível, cognitiva do “existir”, sobre a existência de algo nas esferas micro ou macro, intrínseca, ou extrínseca, inter-subjetiva ou intra-subjetiva, enfim, tudo só é existente frente a uma “conexão” intencional ou funcional, voluntária ou involuntária, ressaltando que, mesmo frente a um fenômeno não explicável (inteligível), nossa capacidade cognitiva e perceptível está circunscrita à hipóteses onde os paradigmas são construídos frente a um mecanismo que supõe o conceito de “conexão” a priori, como ferramenta ou elemento epistemológico.

Assim, “ser para si” é ser “intra-conectado” (*self-regarding*) segundo a expressão de Campbell e Christopher (1996) conforme Yves de La Taille em *“Vergonha, a ferida moral”* (p.13), onde a capacidade de perceber-se enquanto “si-mesmo” nos sugere uma conexão intrínseca, e que se dá pela consideração de que existe um “eu” que é observável por um outro “eu” que observa (eu observador), isto ontologicamente remete este “outro em mim”, este outro como ser, como ente possível de ser percebido, conhecido, pensado, compreendido, objeto da ação ou intenção de cuidado.

Retomando, ainda que GILLIGAN não proponha uma teoria a respeito da “conexão humana”, creio que fica pressuposta a partir da argumentação acima a potencial correlação entre “cuidado” (cuidar), “conexão humana” e a questão ética e moral, da importância destes elementos no processo psicológico de construção da auto regulação humana.

E como já exposto, não se considera, portanto, a ética do cuidado simplesmente como um princípio relacionado apenas ao desejo, ao querer, mas também ao dever autônomo, envolvendo os campos da afetividade e da razão.

Aprofundando um pouco mais a reflexão teórica em relação à “conexão humana”, para que se possa considerá-la enquanto valor e variável ética e moral relevante, e possível, parte-se do pressuposto da conceituação da “conexão” como envolvendo uma inter ou intra relação de coexistência intencional ou funcional, sincronicamente nas dimensões espacial e temporal (tempo e espaço), considerando-se as relações concretas, objetivas, bem como a transcendência desta coexistência sincrônica de tempo e espaço, quando se considera as relações subjetivas, metafísicas, concernentes à capacidade simbólica, a memória e a história.

Com isto, o pressuposto envolve enquanto grau maior de amplitude, o campo cosmológico, universal enquanto abrangência, aonde as possibilidades de interações envolvem conexões que determinam a gênese e a manutenção da existência ou coexistência animada e inanimada, enquanto equilíbrio existencial e adaptativo, lembrando como já mencionado, que parafraseando GILLIGAN, “conexão humana” se relaciona a interação primária entre o outro e o si mesmo, constituindo um “mim mesmo” (a percepção, ou reflexo do outro em mim), da empatia.

Cabe exemplificar que dentro de uma perspectiva moral, tal conceito poderia equivaler comparativamente ao estágio moral seis (6), proposto por Lawrence Kohlberg, que considera e caracteriza tal estágio moral segundo (BIAGGIO(2002, p.27) da seguinte maneira:

“Nesse estágio (6), o pensamento: pós-convencional atinge seu nível mais alto. O indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. Se as leis injustas não puderem se modificadas pelos canais democráticos legais, o indivíduo ainda assim resiste às leis injustas. É a moralidade da desobediência civil, dos mártires e revolucionários pacifistas, e de todos aqueles que permaneceram fieis a seus princípios, em vez de se conformarem com o poder estabelecido e com a autoridade⁷(grifo meu) . Jesus Cristo, Gandhi, Martin Luther King, são exemplos dados por Kohlberg de seu pensamento nesse estágio.

Numa de categorização mais abrangente, “conexão humana” na perspectiva ética e moral pressupõe a consideração do “Outro” sempre significativo a mim, e como sujeito de cuidado, conforme quadro a seguir:

⁷ A palavra autoridade aqui, não se refere ao conceito de Hannah Arendt de autoridade, e que significa agir com poder, participativo e reconhecido por outros, não implicando em nenhuma forma de coerção. A palavra (autoridade) da citação se refere no conceito de ARENDT como autoritarismo, “Totalitarismo”, o oposto da autoridade exercida pela democracia.

FIGURA 08 – CATEGORIZAÇÃO DOS SUJEITOS E OBJETOS DE CUIDADO

**CONEXÃO HUMANA E CUIDADO – CATEGORIZAÇÃO A PARTIR DE QUEM CUIDA
– CUIDADOR (RA), PARA QUEM É SUJEITO OU OBJETO DE CUIDADO.**

1-“OUTRO HUMANO SIGNIFICATIVO DE CUIDADO”
(envolve intencionalidade – esfera do querer)

2-“OUTRO HUMANO SIGNIFICATIVO DE DIREITO”
(envolve funcionalidade – esfera do dever)

3- “OUTRO ANIMADO SIGNIFICATIVO DE CUIDADO”
(envolve intencionalidade – esfera do querer)

4-“OUTRO ANIMADO SIGNIFICATIVO DE DIREITO”
(envolve funcionalidade – esfera do dever)

5-“OUTRO INANIMADO SIGNIFICATIVO DE CUIDADO”
(envolve intencionalidade – esfera do querer)

6-“OUTRO INANIMADO SIGNIFICATIVO DE DIREITO”
(envolve funcionalidade – esfera do dever)

O quadro acima ilustra seis (6) categorias de outros frente às esferas do querer e do dever, das possibilidades éticas e morais de interação e conexão humana, a partir de quem cuida (cuidador (a) - mediador de cuidado).

Outra sistematização final pode ser feita a partir, desta categorização, com o objetivo de descrever o processo de ampliação (de desenvolvimento moral e ético humano) do campo de abrangência de conexão humana na perspectiva do cuidado, e que pode ser ilustrada da seguinte forma:

FIGURA – 09 – ESFERAS DE CONEXÃO DOS OUTROS SIGNIFICATIVOS :

Creio que é importante enfatizar, que estas categorizações se relacionam a uma característica exclusivamente humana, pois enquanto seres humanos a capacidade cognitiva (racional e afetiva), das funções mentais ou psicológicas superiores, ocorre enquanto diferencial das outras categorias de “outros”, neste sentido a conexão humana não tem somente o aspecto funcional adaptativo (mais voltado ao biológico), mas também os aspectos intencional e interacional, dinâmico e criativo, o que nos coloca na condição não só de necessitar, mas também de desejar, buscar, escolher, criar, conviver.

Cabe considerar e enfatizar que, dentro destas diferentes condições de conexão humana, existe a perspectiva hipotética da “desconexão humana”, e que na perspectiva do “MEDIADOR de cuidado” (CUIDADOR) se refere a uma impossibilidade ou incapacidade, cognitiva intencional, associada ao investimento energético afetivo, ou racional de rejeição ou exclusão do “outro”, bem como da impossibilidade de conexão, relacionada à desinformação, ao desconhecimento, a esfera do não saber, ao preconceito, a intolerância, a incapacidade de lidar e aceitar este outro enquanto sujeito de cuidado.

Ou seja, na exclusão social, não se considera este “outro(s)” como existente ou significativo de cuidado nem afetivamente (na esfera do querer cuidar) e nem racionalmente (na esfera do dever cuidar), o que caracteriza a condição de privação, de ser ignorado, de ficar vulnerável, do estar excluído, e até da possibilidade de ser vitimado.

No contexto do cotidiano existencial e dentro da discussão ética e moral é importante enfatizar esta condição (da exclusão social), pois implica em pensar nosso cotidiano, nossa própria história de forma crítica, conforme será ilustrado nos capítulos a frente, relacionados às questões sociais contemporâneas que envolvem especificamente enquanto recorte de pesquisa, a violência, institucionalização e abandono de crianças e adolescentes, a punibilidade das prisões para adultos e da internação para adolescentes, e as questões dos moradores de rua por exemplo.

Por mais utópico que seja, ou polêmico para alguns, cabe ressaltar, cabe refletir dialeticamente, e não de forma maniqueísta, que o “sumo bem”, que a “vida boa”, que a felicidade, que o projeto ético, se manifesta também entre as pessoas encarceradas, entre as coletividades socialmente vulneráveis, ainda que minimamente as vezes, ainda que muitas vezes como símbolo de alteridade. Pois como já vimos, nestes contextos a exigência de superação frente à condição humana, do metabolismo, da luta pela sobrevivência, abrevia as possibilidades do “ser político”, “do agir em uníssono “ conforme Hannah Arendt (1981), em sua reflexão frente ao respeito, a participação e o diálogo na esfera pública e a perspectiva ética e democrática implicada nesta reflexão.

Em razão desta colocação, é imprescindível pensar de forma crítica, e não deterministicamente, ou de forma preconceituosa, que pessoas em condição de exclusão social, que uma mulher ainda que encarcerada por ter cometido um delito (por exemplo), é capaz e tem em si valores, e potenciais que lhe permitam rever eticamente e moralmente sua conduta, refazer seus caminhos.

Se não for assim, que papel teriam as instituições de cuidado, a educação, a Psicologia por exemplo?

Obviamente, nenhum!

E isto, esta visão determinista, e preconceituosa, iria implicar, na reafirmação, ou legitimação das instituições existentes de punibilidade, e de exclusão social pura e simples.

A medida que se concorde com uma visão teórica bio-psico-social não pré determinista, não preconceituosa, ou pré conceitual sobre as condutas humanas, devemos assumir então a necessidade de transformação das instituições de Pseudo cuidado, para as Instituições de cuidado.

Bons exemplos para isto, estão em nossa história institucional, na legitimação de mediadores instituídos e que podem nos trazer reflexões importantes sobre o que são Instituições de Pseudo cuidado.

Cito Michel Foucault em seu livros: *Vigiar e Punir* (1984); *História da loucura* (1978); LARA (1999) *Ordenações Filipinas. Livro V* ; GOFFMAN em *Manicômios, Prisões e Conventos* (1974); *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* (1988); Roberto da Silva em *Os filhos do governo* (1997); e A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação e liberdade (2001); Marlene Guirado em *Instituições e relações afetivas* (2004); Paulo Freire. *Pedagogia do oprimido* (1980); ARENDT em *Origem do totalitarismo* (1990); IZAR em *A prática pedagógica em abrigos* (2011) entre muitos outros que já foram e que serão mencionados mais adiante.

O aprofundamento e argumentação desta proposta e perspectiva, e relacionado aos referidos texto e pesquisas, serão melhores detalhadas no capítulo que se segue.

4- A ÉTICA DO CUIDADO ENQUANTO CONCEITO E AS INSTITUIÇÕES:

Relacionar o conceito de uma ética do cuidado às instituições sociais concretas conforme (GUIRADO, 1987), surgiu como uma necessidade a partir do desenvolvimento de minha pesquisa do universo do encarceramento de mulheres (BRAUNSTEIN, 2007).

Afim de descrever melhor esta necessidade e como ela surgiu, segue abaixo uma descrição a partir de um texto publicado na Revista Psicologia para a América Latina , e que detalhadamente aborda esta questão.

Conforme BRAUNSTEIN (2006, p.0-0)

Instituição de Pseudo – Cuidado , um processo reflexivo de revisão conceitual sobre o conceito de Instituição total como referência à Instituição prisional:

Durante a reflexão sobre meu Projeto de pesquisa "Mulher encarcerada : A sombra da Santa", foi considerado inicialmente a possibilidade da utilização do conceito de GOFFMAN, E. "Instituição Total" como referência à Instituição ou contextualização prisional; contudo como o próprio Autor define em seu clássico livro "Manicômios, prisões e conventos " logo na introdução, existem a caracterização de cinco "agrupamentos" : as penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra e concentração fazem parte do mesmo agrupamento caracterizado como sendo : " um tipo de Instituição total organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato. "(p.17) , junto com esta caracterização GOFFMAN engloba outros quatro agrupamentos considerando neste mesmo conceito: asilos, orfanatos, manicômios, hospitais, quartéis, navios, escolas internas, grandes mansões, mosteiros e conventos, ou seja, a meu ver para o desenvolvimento deste trabalho, julguei o espectro proposto para o desenvolvimento de minha pesquisa demasiadamente amplo, apesar de classicamente em inúmeros estudos e pesquisas posteriores à GOFFMAN, as prisões venham sendo teoricamente e academicamente conceituadas como "Instituições totais". Desta forma, com extrema dificuldade e necessidade, busquei uma caracterização e uma contextualização mais específica, e de menor amplitude, talvez mais adaptável enquanto utilização metodológica ao recorte de pesquisa proposto e relacionado ao conceito de "cuidar" ou "cuidado", termo aliás utilizado por GOFFMAN quando define os "agrupamentos" que constituem

as diversas formas de *Instituições totais* (p.16-17). Assim a necessidade de um conceito mais adaptável à análise e contexto da *instituição total Prisional*, partiu de uma conjunção de uma releitura do próprio GOFFMAN, e de Michel Foucault dentro de um referencial de análise discursiva, inter-cruzando os conceitos de "cuidado " e "ética ", assim surgindo a idéia de denominar tais Instituições, espaços, como **Instituição de Pseudo Cuidado**. Portanto conceituo e entendo que *Instituições de Pseudo cuidado* são: estruturas físicas e ou simbólicas que atendem às supostas necessidades legitimadas de garantia de "proteção da comunidade contra perigos intencionais" conforme GOFFMAN ou de **cuidado da comunidade** conforme o discurso explicitado (aparente ou superficial), e de **pseudo cuidado** a medida que baixo a análise da lógica discursiva tais estruturas objetivam a meu ver a "**neutralização dos efeitos de contra-poder**" conforme Roberto Machado, e de exclusão conforme WACQUANT. Tais estruturas tendem a ser cristalizadas e rígidas dentro de sua própria lógica em relação ao papel que exercem e atividade fim (atribuição legitimada pelo poder do Estado e pelo imaginário repressor da sociedade civil). Tem fundamentalmente como finalidade exercer a dominação, o controle e o manejo das demandas humanas individuais e coletivas a serem reclusas ou efetivamente excluídas. Neste conceito é importante a idéia de que a dominação e o controle, referem-se a uma forma de manejo técnico e racional da reclusão e exclusão, neste contexto específico das demandas rotuladas judicialmente, tecnicamente, cientificamente e moralmente como "criminosas", "transgressoras", infratoras" e patologizadas, diagnosticadas e rotuladas como perigosas, imprevisíveis ou impulsivas. Outro aspecto importante deste conceito, é que o referencial de cuidado, proteção ou pseudo- cuidado é dinâmico, hora aplicando-se enquanto lógica discursiva contemporânea à comunidade pelo discurso de Estado, hora à população institucionalizada, carcerária, prisional atendida (reclusa e excluída). Sendo este aspecto a meu ver de grande relevância, e que justifica em grande parte a necessidade da inserção da análise discursiva sobre o conceito de "instituição total" proposto por GOFFMAN, onde o cuidado ou proteção se referia exclusivamente, e explicitamente a comunidade quando considerado o contexto da instituição prisional. Atualmente existe a meu ver, uma prática discursiva que busca enquanto política pública ou "discurso estatal penal", de não transparência, ou elucidação dos mecanismos de controle, dominação e exclusão, e que conforme BOURDIEU, P e WACQUANT, L., são "vocábulos decisivamente revogados sob o pretexto de obsolescência ou de uma presumível falta de pertinência - é um produto de um imperialismo apropriadamente simbólico..." (p.1). E neste aspecto deve-se considerar que com os avanços das leis internacionais de proteção à vida e aos direitos humanos, existem nítidos mecanismos de camuflagem do cotidiano, da práxis e das estruturas penitenciárias, principalmente das brasileiras no sentido de vender uma imagem de adequação e legalidade frente a estes tratados.[...]

- BOURDIEU, P.; WACQUANT, L. (2004). *Imperialismo da razão neoliberal*. <http://www.nmueg.ubbi.com.br/pos1-3bourdieu.htm>
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1974
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1984
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2002
- ARENDT, H. *Da violência*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1985.

Portanto, de forma simples inicialmente as Instituições de Pseudo cuidado podem ser pensadas como “estruturas físicas e ou simbólicas que atendem às supostas necessidades legitimadas de garantia de “proteção da comunidade contra perigos intencionais”; e também de **cuidado da comunidade** ou de **pseudo cuidado** mediante a proposta e dinâmica institucional.

Uma outra caracterização, é que uma Instituição total enquanto dinamismo, pode ser pensada, a partir de sua missão institucional, do papel que deve cumprir enquanto mediador social.

Neste sentido é importante pensar, e citar alguns exemplos concretos, sobre algumas instituições concretas:

- a) O de uma prisão para o cuidado da população contra os que cometeram crimes (criminosos) ?
- b) O de um abrigo para cuidar de crianças, adultos e idosos necessitados, abandonados ?

Historicamente sabemos que não só, nestas perspectivas, talvez mais óbvias, mas atualmente, ou melhor, desde 1948, existem princípios legais que impõem as prisões a missão de cuidar dos presos, FOUCAULT (1984) em *Vigiar e Punir* descreve esta lógica sendo estabelecida desde muito antes, norteadas por princípios morais, e pedagógicos.

No caso dos abrigos, nem sempre o discurso da missão sobre o cuidado dos desabrigados é válido, pois baixo uma visão higienista, por exemplo, típica das décadas entre 1920 e 1950 principalmente, a intenção dos abrigos (compulsórios) era a de higienização social, portanto, do cuidado da população contra os que estavam em condição de abandono, e que poderiam no caso de crianças e adolescentes, virem a delinquir, no caso de adultos vagabundagem, vadiagem; e de idosos doenças e que poderiam vir a ser ameaças à população, além do mais, muitos eram vistos como improdutivos, e frente uma lógica totalitária e capitalista, não podiam usufruir de liberdades, ou de exemplo negativo. (TUNDIS, S. A. & COSTA, N. do R. ,1987).

Vou além, no contexto da saúde mental um manicômio, ou hospital psiquiátrico de internação tinha por missão o cuidado dos doentes mentais, mas conforme FOUCAULT (1987) em *História da loucura*, fica demonstrado que não, e que existia uma intenção de cuidar da população, a partir da exclusão e segregação, da perspectiva eugênica, higienista e organicista conforme Jurandir Freire da costa em seu livro *História da Psiquiatria no Brasil* (2007).

Ou seja, numa ótica de análise histórica sobre tais instituições, existia uma lógica prática, filosófica e discursiva de pseudo cuidado, além de se considerar uma intenção deliberada e muitas vezes silenciada, e sutil de exclusão e eliminação de parcelas da população considerada, improdutiva, ameaçadora, doente, imprevisível ou louca.

A articulação deste conceito (Instituição de Pseudo Cuidado), como se viu, inicialmente, buscou um foco metodológico e de contextualização dinâmica, frente ao recorte de pesquisa na ocasião (do encarceramento de mulheres), contudo desde sua utilização na época, e sua progressiva articulação dentro de outras reflexões envolvendo novos campos de abordagem, exige creio eu, uma ampliação do conceito a se considerar.

Assim, estarei descrevendo tais ampliações a seguir:

Partindo-se de alguns referenciais teóricos, e de algumas realidades históricas e concretas, pensar o conceito de Instituição de cuidado ou Pseudo cuidado implica em algumas análises:

Em primeiro lugar, no campo da Psicologia e das ciências sociais, as discussões e abordagens institucionais já trazem uma larga trajetória e diversos autores, que discutem sobre esta questão.

Objetivamente, em decorrência de minha formação e afinidade, pelo fato de haver sido aluno e podido dialogar sobre a questão, e também em razão de seu livro *“Instituição e relações afetivas”* (GUIRADO, 2004) ao qual tive contato desde quando atuava na extinta FEBEM ainda como estudante conforme já mencionei, optei por utilizar como referência o Livro da Professora Marlene Guirado *“Psicologia Institucional”* (1987), como síntese, já que os autores abordados como Michel Foucault; José Bleger; Georges Lapassade; e Guilhon de Albuquerque, são autores que também fizeram parte de minha formação acadêmica e profissional.

Tanto os referidos autores, como Marlene Guirado, são referências historicamente e academicamente das mais conhecidas e respeitadas na questão da análise e intervenção Institucional.

Portanto, a idéia de que uma Instituição de Pseudo cuidado ou de cuidado deve ser pensada como a de uma “prática social concreta”, decorre desta relação de aprendizagem e reflexão.

Ainda relacionado aos referidos autores, considero que a síntese elaborada pela Professora Marlene Guirado, é a mais adequada, pois concordo com os questionamentos, proposições e críticas por ela elaborados.

Entre eles, as questões dos processos de constituição, ou melhor, de “instituição” das instituições, e seu processo de legitimação, e consolidação como estruturas muitas vezes cristalizadas, dentro de seus objetivos próprios e dinâmicas, consolidando-se historicamente muitas vezes como estruturas, organizações de poder e dominação.

Apenas um paralelo, sobre esta questão, a muito, articulando este conceito a partir de Hannah Arendt (1981; 1990) com de Michel Foucault (1979; 1984; 2002) pois enquanto FOUCAULT quase que utiliza poder e dominação como sinônimos, ARENDT os diferencia, sendo “*dominação*” igual a tirania, relacionado ao seu conceito de “*totalitarismo*”, que envolve desumanização, violência, tecnicidade e racionalidade extrema e burocratização.

Conceitualmente é preciso que se faça a diferenciação dos conceitos dominação associado à coerção e violência o conceito de poder neste sentido relacionado ao conceito de autoridade contrário a qualquer forma de coerção, dominação e violência. (ARENDT, 1990; 1981).

De forma mais detalhada aproveito para citar textualmente parte de um artigo publicado (BRAUNSTEIN, 2006):

Historicamente dentro de uma lógica totalitária capitalista, o ser humano submetido à sua condição humana de "homo faber" e "animal laborans", exercem e exerceram um papel fundamental, enquanto elementos que viabilizaram e viabilizam a subsistência, a produção de artefatos, o consumo, e dentro disto, a base dos próprios avanços tecnológicos, e da evolução técnica, incluindo os aparatos e artefactos bélicos. Ao "homo – faber" se vincula, a atribuição produtiva, tecnicista, cientificista positivista, mecanicista, disciplinadora, e ao "animal laborans", os excluídos, escravizados, considerados "sub raça", e que frequentemente são os institucionalizados, criminogenizados, psiquiatrizados, ameaçadores, o que lhes confere a atribuição social de objetos de legitimação do discurso e da lógica da necessidade da existência dos aparatos, das práticas e das Instituições de controle, e Pseudo cuidado. Em ambas posições, a condição humana se vê destituída de participação política, e portanto estamos falando de pessoas contingencialmente pacificadas, vulneráveis às práticas e aos aparatos de dominação, tanto os legitimados da violência atribuído às supostas ações de proteção social, de garantia da ordem, da segurança, e do bem comum, na esfera do âmbito público, estatal (das políticas públicas), quanto dos não legitimados, denominados como criminalidade e transgressões geralmente atribuído às paixões , às patologias, às imoralidades, e às característica endógenas, individuais e privadas.

Desta forma é importante refletir que; se a violência se relaciona com o poder, então estamos prontos a admitir a lógica totalitária, e aceitar que às práticas, os aparatos e artefatos de violência são necessários para a manutenção do poder, e esta é a reflexão de Michel Foucault, mas frente a uma conceituação semântica de poder enquanto dominação, ou poder tirânico.

Assim somente o “saber sujeitoado” conforme FOUCAULT seria capaz de desvincular poder e violência conforme o fez Hannah Arendt, somente o “saber sujeitoado” poderia elucidar que “poder”: é a capacidade humana para agir em conjunto "(p.24), e que " é a desintegração do poder que enseja a violência " e que portanto "a violência pode destruir o poder, mas é incapaz de criá-lo (p.31) ARENDT no livro "Da violência".

Para ARENDT, *poder* implica numa condição de “autoridade” não coercitiva ou imposta pela tirania do controle coercitivo, imposto pela violência e pelo vigor, ainda, a “dominação” se refere à pretensão humana de exercer controle, relacionando-a também à suposta necessidade de “previsibilidade” do exercício de dominação de seres humanos (controle social), e também ambiental, enquanto que “dominação” se refere a uma condição autoritária, totalitária.

Ainda para ela, (ARENDT) “*poder*” se refere ao “ser político” a capacidade unicamente humana de dialogar com o diferente, de aceitar a diversidade humana, e a pluralidade do pensamento, da capacidade de agir em conjunto “em cooperação”; frente à um ideal e interesse público, ético (em direção ao “*sumo bem*” comum).

Esclarecendo, assim, por exemplo, uma instituição pública cristalizada em seus objetivos quando se caracteriza por assumir objetivos, uma prática e dinâmica de dominação, invariavelmente não é de interesse público no sentido democrático, e sim totalitário.

Portanto podemos pensá-la como uma Instituição de Pseudo Cuidado, em que normalmente a partir do discurso, da prática e dinâmica paternalista, totalitária, impõe unilateralmente o que é supostamente bom e necessário para a sociedade, ou para os supostamente “sujeitos de cuidado”.

Seria, portanto, um exemplo de Instituição, totalitária (não democrática) conforme Hannah Arendt; e de dominação e controle para Michel Foucault, uma instituição que tem como objetivo e prática social concreta a neutralização do contra poder institucional. (GUIRADO, 1987).

Citando Roberto da Silva (1997) em seu livro *“Os filhos do governo”* a condição das crianças de rua, abandonadas, institucionalizadas e que frequentemente vivem em completa condição de abandono nos grandes centros urbanos, foram na época do regime militar (ditadura), internados compulsoriamente em massa, excluídos de inúmeros direitos, entre eles, da convivência familiar, da liberdade, de frequentarem uma escola não excludente (separada, isolada), entre outros.

Historicamente ainda no Brasil podemos lembrar a condição das populações indígenas dizimadas, e da condição de escravização da população negra durante o período da “legitimação” da escravidão. (SAWAIA, 2002).

Enfim, esta categorização, condição, conforme GOFFMAN (1988), E FOUCAULT (1984, 1987) expressa o grupo dos estigmatizados, dos rotulados, dos criminalizados, dos patologizados ou psiquiatrizados, dos institucionalizados, dos segregados e isolados socialmente, e em última análise até dos exterminados fisicamente (ARENDT, 1978; 1990), sendo que os fatores determinantes para tal enquadramento, devem ser analisados de forma multidisciplinar, pois envolvem questões multifatoriais e dinâmicas.

Instituição de Pseudo cuidado, enquanto uma categorização, a partir de um ideal de cuidado (de uma instituição de cuidado), tem por objetivo abranger a função e relevância social frente as questões relacionadas as políticas públicas, das instituições sociais como práticas sociais concretas (GUIRADO, 1987), bem como das questões relacionadas ao paradoxo e desafios entre inclusão e exclusão social e que envolvem por exemplo a história das prisões, manicômios, e das práticas e propostas de internação compulsórias, e excludentes descritas por Michel Foucault (1984; 1987) e conceituadas por *Erving Goffman* (1974) como *“instituições Totais”*.

Ainda retomando questões de minha dissertação (BRAUNSTEIN, 2007) relacionadas à relevância social desta conceituação; pode-se considerar a possibilidade de que as “*Instituições Totais*” possam ser pensadas como Instituições de Pseudo cuidado, sistemas concretos, materiais ou subjetivos destinados à exclusão social, e ao controle e dominação social, com a pretensão aparente, e discursiva explícita, de operacionalizar um suposto “cuidado”, que se traduz na atividade cotidiana enquanto prática social concreta, e envolve políticas públicas de controle e dominação de grupos humanos.

Não se falou ainda, mas a palavra *cuidado* na língua portuguesa ou *take care* na língua inglesa, por exemplo, pode significar perigo a vista; perigo eminente, e sem dúvida, esta é a lógica política, semanticamente retórica, de uma infinidade de discursos explicitados, mas que implicitamente tem a intenção de excluir, eliminar aquilo que consideram como perigoso, ou numa análise crítica ideológica, nos fazem acreditar que seja perigoso.

Um bom exemplo desta colocação, seria o da música ‘POLÍCIA’ da Banda ‘Titãs’:

Dizem que ela existe prá ajudar.!
Dizem que ela existe prá proteger.!
Eu sei que ela pode te parar.!
Eu sei que ela pode te prender.!
Polícia para quem precisa.
Polícia para quem precisa de polícia.
Dizem pra você obedecer.!
Dizem prá você responder.!
Dizem pra você cooperar.!
Dizem prá você respeitar.!
Polícia para quem precisa.
Polícia para quem precisa de polícia.
 (Composição: Tony Belloto)

A punibilidade, bem como os sistemas teóricos, do saber, correccionais, judiciais e de controle social, socioeducativos; muitas vezes se colocam como instrumentos, ou mediadores (instituições ideológicas concretas) de controle e dominação, denotando uma dimensão ética e moral sempre heterônoma conforme definiu PIAGET (1994).

Retomando então a questão da dominação do(s) “outro(s)” relacionado à suposta necessidade humana de controle e previsibilidade, a partir da seleção, do isolamento pelo preconceito, ou reducionismo do campo de abrangência da conexão humana numa perspectiva ética do cuidado, existirá sempre um contexto de exclusão e de imposição heterônoma, frente ao outro ser humano (pessoa) subjugada.

Neste ponto para esclarecer melhor creio que seja útil abordar textualmente um trecho de minha dissertação (BRAUNSTEIN, 2007):

[...] Ou seja, neste contexto específico, é relevante pensar que o cuidar enquanto ação neste contexto de dominação fica potencialmente minimizado, inadequado, dissimulado, ou até ilegítimo, portanto considera-se criticamente que tal inter-relação entre dominador e dominado se estabelece atendendo à um referencial sempre unilateral controlador, portanto totalitário, já que se circunscreve exclusivamente e frequentemente verticalmente na perspectiva do dominador. E é justamente nesta esfera que o termo “pseudo-cuidado” pode ser considerado principalmente quando relacionado às questões do controle-social e da punibilidade. Exemplificando: (1º exemplo) atualmente cuidar dos recursos hídricos é fundamental à própria sobrevivência, ou seja, é uma condição de contingência em que a água “não pede” para ser cuidada ou preservada, ou seja nem existe aí um aspecto afetivo implícito; (2º exemplo) no Brasil imperial houve um período em o escravo reconhecido enquanto “coisa”, “propriedade” ou “bem” motivou

preocupações inclusive jurídicas e que motivou uma legislação que impunha “pena para furto de escravos”, e a regulamentação quanto aos limites de punibilidade imposto ao escravo, por exemplo quanto ao “numero máximo de chibatadas” que um escravo acusado de insurreição poderia levar; o escravo ou a pessoa escravizada passou a ser considerada uma “propriedade” conforme descrito por Zahidé Machado Neto (1977), o que sugere uma “preocupação” em “cuidar”, ou “preservar” o “bem”, a “propriedade”. Portanto existem inúmeros dados históricos que nos apontam que a pessoa escravizada no Brasil era vista como “coisa” ou “objeto”. Ou seja, neste exemplo existia a mera consideração da manutenção de um sistema social e econômico escravocrata. Nos dois exemplos verificam-se contextos que envolvem intenções instrumentais do “cuidar”, contudo com uma óbvia e nítida diferença entre os dois exemplos, pois não se considera possível sinonimizar um recurso natural, no caso a “água” a uma pessoa (um ser humano), existe um diferencial valorativo, ainda que a água seja um elemento vital à vida, assim, coisa, é coisa e não pode ser de forma alguma elevada ao mesmo valor que uma pessoa (ser humano). Portanto este é o paradigma ou posicionamento assumido nesta reflexão. No entanto historicamente e contemporaneamente existem inúmeros exemplos que nos mostram que pessoas foram e são objetalizadas ou coisificadas como já mencionado, e portanto numa inter-relação de dominação vê-se o “cuidado” se estabelecendo muitas vezes numa perspectiva meramente instrumental, utilitarista, exploratória e predatória, chegando até mesmo a uma configuração ou visão explícita sobre o “outro(s)” humano(s) como não significativo de cuidado em nenhuma esfera, nem do “querer” ou do “dever”. Neste momento cabe lembrar do “nazismo” como expressão máxima e marco histórico desta lógica explicitamente e implicitamente assumida em sua ideologia de estado e de massa, e que através de inúmeras técnicas, e estratégias extremamente racionais promoveu o extermínio de milhares de vidas humanas, principalmente judeus e outras minorias, numa ação instrumental supostamente “necessária” e ideologicamente sustentada no preconceito, no racismo, na eugenia, na xenofobia, na tirania e no totalitarismo. O sentimento de ódio implicou na possibilidade da consideração racionalizada da ideologia da existência do(s) “outro(s)” não significativo(s) de cuidado, e na conseqüente motivação para o extermínio deste(s) “outro(s)” supostamente “não significativos” esboçando uma prática extremamente abusiva e brutal de controle-social e punibilidade, conforme comentários de Theodor W. Adorno em “Educação

após Auschwitz” (2003). Traçando um paralelo com o contexto brasileiro, existem considerações e posicionamentos historicamente e empiricamente embasados, e que consideram que as populações indígenas ao longo da história desde a colonização, sofreram um processo de extermínio gradativo (Grupioni, Vidal e Fischmann (orgs), 2001), (Munduruku, 2004).

Punibilidade numa perspectiva de dominação, previsibilidade e control-social, se relaciona invariavelmente ao “cuidado” de “alguém” ou de “alguns”, desta forma é sempre fundamental a pergunta : cuidado de quem ? ou o quê ? Quem merece, ou deve ser cuidado? Em contra partida cabe também a pergunta: quem é, merece ou deve ser punido? Por quem, ou o quê, ou por que é, deve ou merece ser punido?

Portanto cabe a consideração de que as prisões sejam espaços físicos e representações materiais e concretas, em que o estado consolida enquanto ação de política pública, o imaginário repressor, ou punitivo como solução destinada aos “desviantes”; as muralhas podem desta forma representar à sociedade como algo pedagogicamente necessário, envolto num suposto sentimento de proteção e “cuidado” social, e que muitas vezes se revela como prática, instituições ou técnicas que constituem espaços exclusivamente punitivos voltado à segregação e estigmatização aos ditos “desiguais”, ou dos “outros não significativos” afetivamente ou racionalmente de cuidado nem na esferas do querer ou do dever, o que implica numa condição de pseudo-cuidado numa perspectiva contemporânea de controle-social relacionada à Declaração Universal dos Direitos Humanos proclamada em 10 de dezembro de 1948, pela Assembléia Geral das Nações Unidas. Desta forma fica reforçado o paradigma desta reflexão que considera inaceitável ou inadmissível, qualquer suposto mecanismo de controle-social que justifique, o extermínio, a exploração, ou a não consideração do “outro(s)” como significativos de cuidado na esfera do “dever” cuidar. Equivale dizer que, todas as pessoas são e devem ser igualmente consideradas, e respeitadas efetivamente como significativas de direito ao cuidado, o que implica numa dimensão e parâmetro qualitativo equivalente à ação do “querer” cuidar, ou da ação espontânea do cuidar.[...]

É interessante esclarecer que paradoxalmente, também um “CUIDADOR (RA)” pode ser um sujeito que exerce dominação, em relação a um “OUTRO(S)” que pode(m) ser inclusive como hipótese, alguém afetivamente significativo de cuidado espontâneo, ou seja, uma relação equivalente aquele que quer cuidar para exercer a dominação, nesta situação é possível pensar numa ação de cuidar espontâneo, mas isto não constitui uma ação ética e moral autônoma, mas sim apenas espontânea de “querer cuidar” mas que implica numa relação autoritária, paternalista, castradora, que não permite o respeito e nem a autonomia em relação ao OUTRO(S) sujeito. (FOUCAULT, 2002).

A liberdade de escolha sobre o agir ético e moral, entendido aqui como autonomia, têm por finalidade não apenas agir para o bem, mas para o cuidado do outro de forma respeitosa, implicando no conhecimento, na escuta na relação empática e não coercitiva ou violenta, neste exemplo se configura a questão paradoxal do cuidado e do pseudo cuidado a que me referi anteriormente frente as instituições sociais , pensemos que o paradoxo do cuidado também esta relacionado à questões culturais e ideológicas, e que muitas vezes permeiam as relações pedagógicas, sócio educacionais, correcionais e terapêuticas, ou psicoterapêuticas.

Outro exemplo correlato, esta na ausência de motivação em cuidar, uma situação hipotética em que sem necessariamente “querer” cuidar, exista a contingência ou a condição heterônoma do “dever” cuidar.

Tal situação sugere uma reflexão específica sobre o paradoxo ético e moral do cuidado, pois no que tange às Instituições Totais e como prática social existe um contexto geralmente presumível frente ao “ideal de justiça”, de “legalidade”, de “saber”, de “proteção”, de “cura”, educacional ou correcional, e que nos permite pensar no que diz respeito sobre o pensar e agir ético e moral, sobre as diversas atividades, práticas e saberes profissionais, exemplificando: na Psicologia, Pedagogia, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, no Direito, Economia, Arquitetura entre outros.....

Existe, portanto, enquanto relevância social, a possibilidade de pensar em ações transformadoras sobre as instituições sociais, sobre as Instituições totais e de pseudo cuidado, sobre as mais diversas atividades humanas e profissionais numa perspectiva ética e moral que resulte em ações de promoção social e de direitos, de tolerância, de respeito a diversidade e do cuidar efetivamente mútuo, e que norteie a concepção de um ideal sobre uma Instituição efetivamente de cuidado, pautada num ideal e num projeto ético.

Como parâmetros, as Instituições de Cuidado são norteadas por princípios diversos, entre eles:

- PARÂMETROS LEGAIS -

- Declaração de direitos humanos 1948
- Constituição Brasileira 1988
- Entre inúmeros outros específicos tais como: E.C.A 1990; LDB / 1996; LEP (Lei de Execuções Penais) na questão Prisional; S.U.S (Sistema único de Saúde) para as questões de saúde; S.U.A.S (Sistema Único de Assistência Social) frente as garantias sociais, por exemplo.

5 – O CAMPO: AS INSTITUIÇÕES DE PSEUDO CUIDADO.

5a – Violência, abandono e as políticas públicas de cuidado e intervenção à criança e ao Adolescente.

Segundo definição e dados levantados na pesquisa de Juliana Gama Izar (2011, p.21-22) relacionada à “práxis pedagógica em abrigos”:

No contexto nacional, abrigo é uma medida protetiva entendida como política social de atendimento, realizada “através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 86, Lei 8069/90) tendo em vista a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, dispostos no artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988):[...]. O abrigo assemelha-se a uma casa residencial, mas no lugar dos pais, **os responsáveis pelos cuidados básicos** (grifo meu) são funcionários denominados como educadores (as) sociais, pais/mães, cuidadores (ras), pajens ou simplesmente tios/tias. [...]. Nestes espaços vivem crianças e adolescentes com faixa etária entre 0 e 18 anos incompletos, de ambos os sexos (coeducação), com seus grupos de irmãos, que foram afastados de suas famílias em razão de alguma situação que os colocaram em risco.[...]. A natureza institucional dos abrigos pode ser não- governamental (68,3%) ou pública (30%) – neste caso, segundo levantamento IPEA/CONANDA, sendo 21,7% municipais e 8,3% estaduais.[...]. As situações denominadas como situações de risco são inumeráveis e passam desde a **negligência com cuidados básicos (alimentação, higiene/saúde, segurança)** - (grifo meu) - **até casos de extrema violência (agressão física e sexual)**,[...].⁸

⁸ Em relação aos dados: vide Roberto da Silva (2004).

(p.62):

[...] acerca do quadro nacional de adoção no Brasil dispõem que 7949 crianças estão aptas para serem adotadas e há 30378 pretendentes à adoção. Destes pretendentes, a maioria (39,2%) quer crianças da raça branca e com idade de até três anos (76,65%). Contudo, do total de crianças e adolescentes aptos para adoção somente 35,21% são brancos (45,75% são pardos; 17,85% são negros; 0,76% são indígenas; 0,42% são amarelos) e apenas 7% deste total tem até três anos de idade.⁹ Este perfil (criança de três anos, branca) torna a realidade das crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente e destituídos do poder familiar mais dura e cruel se considerarmos que a sua ultima esperança em ter um lar não está de acordo com sua idade e aparência...[...].

(p.128-129):

Como pode ser observado, o abrigo é um espaço de formação dúbio que tanto pode possibilitar aos acolhidos institucionalmente o desenvolvimento da submissão, da dependência e da insegurança como o da iniciativa, da responsabilidade, da criticidade e da autonomia. [...]. Infelizmente, ainda hoje se observa a predominância do desconhecimento e do amadorismo nas práticas de atendimento dos abrigos, “que humilham, replicam a dependência, obstruem a cidadania e a auto-sustentação”.¹⁰ [...]

Segundo os dados e as dinâmicas institucionais apresentadas na pesquisa citada, e concordando com a referida pesquisadora, é importante ressaltar que os “Abrigos” ou o “abrigamento” de crianças e adolescentes não pode ser considerado e visto apenas como “um mal necessário”, e sim como uma política pública necessária, de garantia do direito de ser cuidado, que assegure o direito de ser respeitado enquanto sujeito de cuidado, conforme alguns parâmetros legais que serão mencionados a seguir, relacionados ao direito à educação e ao cuidado, à proteção integral.

⁹ Dados: Cadastro Nacional de Adoção (Corregedoria Nacional de Justiça – Conselho Nacional de Justiça de 03/12/2010); Agência CNJ de notícias (16/03/2010).

¹⁰ Dados e dinâmica institucional mencionada por Pedro Demo (1994). Política social, educação e cidadania. Campinas: Papirus.

Em outra modalidade, relacionado às crianças assistidas por suas respectivas famílias e que necessitam permanecer por algum período em creche, verifica-se historicamente e originariamente, que as creches representam uma conquista das mulheres/mães trabalhadoras, e que segundo relato sobre pesquisa realizada por Beatriz Mangione Sampaio Ferraz (2011, p.295 - 296):

O reflexo da história da creche como instituição de atendimento a criança de 0 a 6 anos pode ser identificado na creche em que a pesquisa foi realizada quando resgatamos a sua origem: trata-se de uma creche empresarial, para mães trabalhadoras. [...]. foi na primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61) que estabeleceu-se que a educação pré-primária destinava-se aos menores de sete anos e que as empresas que tinham a seu serviço mães de crianças dessa faixa etária seriam estimuladas a organizar e manter instituições voltadas para o atendimento de seus filhos(as). Inicialmente a creche atendia aos filhos(as) de uma grande quantidade de mulheres efetivadas em seus cargos, e sua história singular mostra, posteriormente, a mesma instituição perdendo força política e econômica dentro da própria empresa (no ano 2000 houve uma tentativa de terceirizar o serviço, quadro que foi revertido pelo movimento realizado pelas mães e equipe da creche), situação agravada pelo fato de na empresa não haver mais vagas apenas de trabalhadores efetivos que eram aqueles que tinham e têm até hoje direito à vaga na creche. Nesse mesmo contexto, a infraestrutura e a organização interna da instituição também sofreram mudanças ao longo de sua existência. Hoje a creche lida com a falta de pessoal formado, quadro de profissionais com alta rotatividade, baixos salários, menos investimento na compra de materiais e na formação e condição de trabalho dos profissionais. Aparentemente é possível dizer que a situação em que essa creche se encontra, [...] parece revelar um descompasso com o momento histórico de valorização desse segmento, já que podemos afirmar que hoje, o direito ao acesso à educação em creches, como dever do Estado, é garantido por lei [...]. O contexto atual da creche também reflete a história desse segmento de um modo geral: um processo marcado pela origem de um modelo de expansão de oferta a baixo custo no qual desconsidera-se padrões de qualidade, uma prática inicial de cunho higienista, com profissionais sem formação específica e hoje uma prática com uma concepção mais integrada de cuidado/educação e com profissionais formados em formação específica para a função.

Atualmente, percebe-se enquanto lei que a creche representa e contempla o direito incondicional e inalienável da criança enquanto sujeito de direito vinculado à cidadania, do direito à educação e de ser cuidada conjuntamente.

Enquanto parâmetros legais tais direitos e garantias consolidaram-se historicamente e originariamente por meio da Declaração de Direitos Humanos (ONU, 1948); por meio da adesão do Estado Brasileiro e da conseqüente ratificação por meio da promulgação e vigência da Constituição Brasileira de 1988; e mais especificamente do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990); e Leis de Diretrizes e Bases para Educação – LDB (1996), considerando-se as referidas garantias previstas também em outras esferas como saúde, e assistência social (SUS, LOAS / SUAS respectivamente), consolidando-se a doutrina , ou o direito a proteção integral.

Ainda alguns dados:

Conforme IPEA (Revista Desafios do desenvolvimento, 2011; 2010) em reportagem relacionada a pesquisa realizada em 5.564 municípios brasileiros, quanto às suas estruturas institucionais, das políticas públicas e respectivas necessidades de formulações em diversas áreas, entre elas especificamente na educação referente às creches, seguem alguns dados e comentários:

[...] A carência de creches é outro dado assustador, na opinião dos pesquisadores do **Ipea**. Ronnie Aldrin Silva, geógrafo e bolsista do **Ipea** que colaborou na sistematização dos dados, enfatiza: "São só 11 municípios sem creches públicas, mas a relação entre o número de habitantes e o número de creches é absolutamente insuficiente." Ele dá como exemplo duas cidades de Minas Gerais. Santa Luzia tem apenas uma creche pública para 227 mil habitantes; Betim, quatro creches para 500 mil habitantes. "Se não tem creche, as mães, em especial as mães solteiras, não podem trabalhar e a família está condenada à miséria", completa Milko Matijascic. No Ministério da Educação, a secretária do Ensino Básico, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, vai ainda mais longe: "Poucas creches e pré-escolas acabam estimulando, ao fim e ao cabo, o trabalho infantil, já que crianças de sete, oito anos precisam fazer o serviço doméstico e cuidar dos irmãos menores para que as mães possam trabalhar". Maria do Pilar observa que a pré escola consegue atender 75% das crianças brasileiras de quatro a cinco anos, mas que apenas 20% das crianças até três anos são atendidas por creches. O objetivo é ampliar essa cobertura para 50% até 2016. Como? "O Fundeb já remunera a matrícula nas creches. Mas não remunera a construção, que muitas vezes é inviável para municípios mais pobres. Para bancar essa construção, o Ministério da Educação criou o Programa Pró-Infância, que já tem 1.080 convênios assinados e em breve terá mais 700." O esforço também é pela qualificação da oferta de educação infantil. "O objetivo não é ter um lugar para guardar crianças, mas sim um espaço de letramento, um espaço para ouvir e contar histórias, entre outras atividades", alerta a secretária.[...]

Voltando a Pesquisa realizada por FERRAZ (2011), seguem alguns dados compilados como citações textuais a partir da conclusão da pesquisa realizada, e que especificamente em relação as creches, podem ser relevantes quando considera-se a possibilidade de análise da dinâmica e discursos institucionais:

<i>“O estudo das representações apontou que a creche é compreendida pela maioria do grupo como tendo a função de socializar, favorecer a construção da autonomia e o desenvolvimento infantil. Apenas a educadora com maior tempo de trabalho na instituição agrega a essa definição a função de garantir segurança, aconchego e oportunidades de conhecer o mundo;”</i>	p.297
<i>“O estudo do cotidiano aliado à análise da representação das educadoras indica que apesar de para a maioria do grupo a compreensão da função da creche como cuidar/educar crianças estar presente no cotidiano, em suas representações ainda não aparecem incorporadas, indicando que as mesmas foram formuladas a partir de informações insuficientes do ponto de vista de um contexto maior, no qual poderiam considerar as representações construídas por outros sujeitos como os pais, as colegas de trabalho com maior experiência e prática e a equipe de direção.”</i>	p.297
<i>“[...] o cotidiano das educadoras que não apontam em seu discurso a dimensão integrada cuidado/educação, revela na prática uma efetiva integração dessa função, enquanto que, a educadora que considera a integração dessas duas funções no discurso, revela na prática uma vivência muito mais calcada nas experiências de cuidado, voltadas a ações como banho, higiene e sono.”</i>	p. 298
<i>“[...] Elas (as educadoras) acreditam que a proposta educativa da creche envolve a socialização das crianças no que diz respeito ao aprendizado do convívio coletivo e ao aprendizado de normas sociais morais. A construção da autonomia também é citada como um dos focos da proposta educativa da creche e a compreensão em torno desse conceito é de que ter autonomia significa saber fazer coisas sozinhas.” (grifo meu).</i>	p.298

A partir das falas, da referida pesquisa, percebe-se que dentro das propostas educativas da creche analisada, existe a articulação entre cuidado e educação, envolvendo o aprendizado “do convívio coletivo e de normas sociais morais”, e também da importância da construção da autonomia.

Outros dados a seguir são uma compilação (de entrevistas) da pesquisa realizada por Ana Teresa G. A. M. Silva (2011), relacionada à “construção da parceria família – creche”:

Na concepção da referida pesquisadora (p.164):

Família é uma instituição histórica fundamental ao sujeito, que deve promover um ambiente saudável; é a matriz de identidade pessoal e social que situa e legitima o indivíduo; é convivência e relação de cuidado entre as pessoas que possuem um compromisso de ligação duradoura.

Na referida pesquisa são relacionadas à frequência de respostas dadas para a pergunta, “quem cuida da criança quando esta não esta na creche?”, assim segue ilustrada de maneira redimensionada (reformatada) na tabela a seguir:

Quem cuida da criança? - (quando esta não está Creche)
MÃE 69 TOTAL
AVÓ 33 TOTAL
PAI..... 32 TOTAL
OUTROS:
MULHERES 22 TOTAL
HOMENS..... 13 TOTAL
OUTRA INSTITUIÇÃO 04
INDEFINIDO 03
A frequência de respostas - SOBRE 101 ENTREVISTAS
Fonte: (SILVA, 2011)

Pelos dados quantitativos acima, verifica-se que proporcionalmente o universo de responsáveis pelo cuidado das crianças quando não estão nas creches (do contexto da pesquisa citada), é majoritariamente constituído também por as mulheres (mães, avós, tias entre outras), denotando a prevalência quase óbvia do gênero feminino como aquele que tem que assumir a tarefa de cuidar, como sendo a responsável prioritária sobre a atividade de cuidar nas esferas privada e pública/profissional/Institucional, ou seja do cuidar espontâneo (do querer cuidar) bem como do cuidar enquanto dever.

Outros dados estão relacionados a respeito “das concepções do cuidado e educação” e “do que é cuidar?” na perspectiva dos familiares de crianças que permanecem na creche a partir da já referida Pesquisa (SILVA, 2011, p. 125-127), segundo análise da pesquisadora:

Observamos que 19 famílias centraram a sua concepção de “cuidado” em torno de conceitos como “amor”, “carinho”, “atenção”, “cuidados básicos”; não citaram porém, a questão da educação. No entanto, a maioria – 41 famílias – traz, em suas concepções de cuidado, a importância da educação, e 19 complementam com o brincar, o lazer ou a diversão. Apresentamos, abaixo, algumas respostas para ilustrar o pensamento sobre o cuidar:
(p.126).

Também de forma reorganizada enquanto formatação (nas tabelas a seguir), seguem as citações/dados coletados pela autora/pesquisadora que descrevem algumas falas aqui numeradas relativas aos diferentes sujeitos da pesquisa realizada por ela:

Concepções de cuidado “tabuladas” na perspectiva das famílias de seis grupos (berçário- mini maternal - maternal – jardim I – jardim II – pré) de crianças que freqüentam a creche pesquisada:

Freqüência de respostas	categorias/ concepções/ respostas coletadas
08 famílias	<i>Amor, carinho e atenção.</i>
11 famílias	<i>Amor, carinho, atenção, alimentação, cuidar da higiene.</i>
41 famílias	<i>Amor, carinho, atenção e educação.</i>
02 famílias	<i>Amor, carinho, atenção, educação, dar uma religião.</i>
19 famílias	<i>Amor, carinho, atenção, educação, compartilhar brincadeiras/ lazer/ diversão.</i>
06 famílias	<i>Compartilhar o dia a dia, estar presente, ser guia.</i>

Tabela Fonte: citação de dados de Pesquisa (Silva, 2011, p. 125)

Para as famílias da referida amostra, as concepções de cuidado, são descritas na esfera operacional (carinho, atenção, educar, compartilhar o dia a dia, interagir, estar presente, orientar), e dos sentimentos (amor).

Textualmente pela análise autora da pesquisa:

Na concepção de muitas famílias (60 questionários) a **interação** aparece entre o cuidado e a educação.[...]. (p.127):

Ainda relacionado a mesma pesquisa, quanto a pergunta “o que é cuidar da criança?”, na concepção das mães entrevistadas, segue a tabela, ilustrada e compilada abaixo:

O que é cuidar da criança?
Suj. 1 – Mãe :
<i>“É dar amor, carinho, compartilhar com ele nas brincadeiras e principalmente dar educação e respeito para com as pessoas.”</i>
Suj. 2 – Mãe :
<i>“Para mim é dar uma boa educação, dar carinho, atenção e ensinar um caminho com religião.”</i>
Suj. 3 – Mãe :
<i>“Dar comida na hora certa, por para dormir, tomar cuidado com escada e fogão, dar carinho.”</i>
Suj. 4 – Mãe :
<i>“Educá-la, higienizá-la, alimentá-la, dar carinho e amor, ter sempre uns minutinhos para brincarem juntos.”</i>
Suj. 5 – Avó :
<i>“Dar segurança, educação, dizer não e sim! Rolar no chão com eles! Colocar a criança em 1º lugar, zelar pela saúde, proteger.”</i>
Suj. 6 – Mãe :
<i>“Não deixar ele sozinho.”</i>
Suj. 7 – Mãe :
<i>“Saber expressar amor, brincar com ela, ensinar, educar, principalmente dialogar.”</i>

Tabela Fonte: citação de dados de Pesquisa (Silva, 2011, p. 126-127)

Como se pode constatar, o cuidado na concepção das falas das mães desta pesquisa também está relacionando o cuidado dentro de uma concepção operacional (dar comida, dar carinho, atenção, higienizar, por exemplo). Também aparece a concepção de educar, dar uma religião, de interagir, brincar, dialogar, ensinar, e a concepção de um sentimento, amar.

Percebe-se então a multidimensão do cuidado enquanto conceito operacional, educacional, interacional e enquanto sentimento, ou seja, as dimensões objetivas relacionadas ao comportamento, a ação e a questão subjetiva associada ao sentimento, bem como a questão individual e coletiva, da interação eu-outro, do eu com o outro.

5b – Punibilidade e encarceramento de Jovens e adolescentes e as políticas públicas de cuidado e intervenção.

Conforme Roberto da Silva (1996; 1997), as políticas públicas relacionadas a questão de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, econômica e jurídica seguem uma longa trajetória histórica no Brasil.

Ao longo desta trajetória muitas iniciativas norteadas por ideais religiosos, filosóficos, políticos, ideológicos e científicos marcaram diversas instituições com os mais diversos objetivos: evangelizar; salvar; doutrinar, educar; adestrar, civilizar; higienizar; corrigir; reeducar; “cuidar”; abrigar; ressocializar; reintegrar; excluir; punir; entre tantos outros objetivos, ou missões institucionais.

Não desconsiderando a importância do acúmulo de saber, de dados documentais e históricos sobre este tema; neste momento, o objetivo é exclusivamente proporcionar dados atuais sobre instituições atuais, legitimadas legalmente e que hoje são instituições (mediadores instituídos) para lidar com as questões relacionadas aos adolescentes em condição de vulnerabilidade social e conflito com a lei.

Assim, relacionado, à referida temática/ questão (das instituições de cuidado e Pseudo cuidado para jovens e adolescentes), inicialmente, seguem alguns dados compilados relacionados a então transição da nomenclatura da FEBEM – SP atual “Fundação Casa” (mudança efetivada a partir de dezembro de 2006 pela Lei Estadual Nº 12.469 de 22/12/2006):

DADOS: Censo 2006 – 1190 INTERNOS – na então FEBEM / SP	
Gênero:	
Masculino – 96 %	
Feminino – 04 %	
Idade dos internos:	
Entre 13 e 14 anos – 03%	
Entre 15 e 16 anos – 33%	
Entre 17 e 18 anos ou mais – 62 %	
Escolaridade: Antes da internação – durante (após) a internação	
Fundamental 1 -	14 % 09%
Fundamental 2 -	71% 59 %
Ensino médio -	15 % 27 %
Não freqüentavam a escola – antes da internação 693 dos entrevistados	
Motivos:	
37 % - por falta de interesse	
17 % - para ajudar a família / cuidar da família	
13 % - por indisciplina	
12 % - por envolvimento co drogas / crime	
08 % - por problemas com a FEBEM	
Reincidência:	
Primários – 69 %	
Reincidentes – 29 %	
- DADOS: Censo 2006 – 1190 INTERNOS – na então FEBEM / SP -	

Composição – convívio familiar anterior à internação:
Com quem morava (responsável):
Com pai e mãe – 23 %
Só com mãe – 51 %
Só com Pai – 07 %
Sem pai e mãe (outros) – 19 %
Profissão dos Pais:
Pai –
01% - apenas não trabalhava
Até 01 % - com nível superior apenas
21 % - Profissionais não qualificados
36 % - exercendo atividades de baixa qualificação
Mãe –
57 % - Profissionais não qualificadas
54 % - Exercem atividades de diaristas/domésticas/faxineiras ou de baixa qualificação
Condição familiar sócio – econômica:
03 % - classe média alta ou alta (alto poder aquisitivo)
37 % - pobres ou muito pobres
Dados sistematizados e compilados a partir de pesquisa disponibilizada em: (Fonte: Fundação Casa. Site: www.fudacaocasa.gov.sp.br (acessado janeiro/ fevereiro 2012))

Os dados do referido levantamento apresentam um número significativamente maior de adolescentes do sexo masculino enquanto população sob medida de internação, correspondendo à 96% do total.

Verifica-se uma progressão de maior incidência de internação relacionada a faixa etárias a partir de 17 anos (62% do total), quanto a escolarização, 85% dos que ingressam para cumprir medida de internação tem apenas ensino fundamental, sendo que como se percebe quase dois terços dos internos teriam idade compatível com o nível médio de escolarização, associado a isto, verifica-se a alta incidência de adolescentes que antes da internação já não frequentavam mais as escolas por diversos motivos.

Os dados também apontam que a grande maioria dos internos são primários (69%), quanto a questão familiar verifica-se a alta incidência de adolescentes que só viviam tendo por responsável a mãe (51 %), associado a isto verifica-se que a grande maioria dos adolescentes são oriundos de famílias de baixa renda, e com pais com baixa escolarização, e exercendo atividades de baixa remuneração.

Os dados apontam e ratificam como em inúmeras pesquisas citadas, a tendência de que majoritariamente a vulnerabilidade social, a exclusão social, a baixa escolarização e a dificuldade de acesso aos instrumentos sociais de proteção e socialização, incrementam a lógica de punibilidade, e as demandas que alimentam as instituições totais. (GOFFMAN, 1974; 1988; BRAUNSTEIN 2007; 2006; WACQUANT, 2001; SILVA, 1996; 1997; 2000; 2001; 2004).

Outros dados e análises relacionados à pesquisa realizada por FRANCO (2008, p.163):

Para os trabalhadores entrevistados, as leis na FEBEM servem apenas para punir e não para proteger. Como uma casa sem regras, como um pai tirano e uma mãe omissa, cada um fica entregue à própria sorte e tem de enfrentar sozinho a violência e o desamparo. Na percepção dos participantes da pesquisa, apenas os adolescentes, que são considerados criminosos incorrigíveis, são acolhidos nesta casa. Nesse espaço, o que se institui é a delinquência que é reproduzida não só na relação do monitor com o adolescente, que é pautada pela virilidade e pela violência, mas pelas violências que resultam da ausência de regras em todos os espaços institucionais. Numa casa sem regras, o *outro* é sempre anulado. Nesse obscuro cenário, os entrevistados manifestam seu sofrimento e sua carência de espaço para a arrumação das idéias, pois lá tudo se confunde: crime e lei, o funcionário e o adolescente.

(p.162-163):

Trabalhar e conviver nas condições objetivas e intersubjetivas que foram descritas consiste num rápido caminho para a deterioração do estado de saúde de qualquer pessoa, que as conduz para estratégias de sobrevivência que retro-alimentam a perversão de um sistema de aprisionamento que produz a delinquência. Assim quem vive “no fio da navalha”, numa casa sem regras, nunca sabe onde pisar. A únicas certezas são que não se pode confiar em ninguém e que demonstrar fraqueza ou medo é muito arriscado, tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo. Lá as regras são modificadas ao sabor da vontade dos mais fortes, portanto, as relações são sempre muito assimétricas.

Conforme pesquisa mais recente, realizada por Cauê Nogueira de Lima relacionada a transição da então FEBEM para Fundação Casa e da consequente mudança de perspectivas institucionais (LIMA, 2010, p. 98 - 99) seguem a seguinte descrição e dados:

Tendo em vista as unidades estudadas, estabelecendo as possíveis comparações entre as mesmas, é possível afirmar que as grandes unidades analisadas [...] não possuem condições de tratar os adolescentes infratores. Ao contrário, tendem a agravar o problema, principalmente naquelas que se servem do sistema de barganha. A prisão, e que ninguém pense que a instituição aqui tratada é muito distinta, é a antítese de seu objetivo anunciado. Ela serve para proteger a sociedade daqueles que nela estão internados e estes da sociedade. Só isso. Não pode haver recuperação ou reintegração social num local que tem por função primordial segregar.

Ainda segundo a mesma pesquisa (LIMA, p. 146 – 147-148):

[...] depois de 42 anos de vigência do modelo de atendimento [...]. Com base nas análises efetivadas e tendo como parâmetros as diretrizes do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo) em observância ao Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988 [...]. ao compararmos as unidades do complexo Raposo Tavares (modelos pedagógicos e de gestão) com as unidades que utilizam a gestão compartilhada e os novos modelos pedagógicos e arquitetônico.[...] a alteração da FEBEM para Fundação CASA apresenta significativa mudança, ainda que nem todos sejam observados com a mesma intensidade por todas as unidades. A gestão efetivamente democrática não foi constatada em nenhuma unidade da Fundação: parece que a mesma ainda insiste em uma espécie de centralização e evita a abertura de fato das unidades à sociedade civil, [...]. Também o reconhecimento da prioridade absoluta que deve ter o adolescente a quem se atribui a autoria de ato infracional ainda não ocorreu, [...] Isto ficou claro dada a dificuldade relatada pelas unidades em obterem determinados tratamentos para os adolescentes, por exemplo, e pela preocupação por vezes mais acentuada com a burocracia para atender as demandas e exigências do Poder Judiciário do que com o adolescente e suas necessidades.

Verifica-se que de forma comparativa, na dimensão institucional, houve certos avanços quando se percebe a implantação de unidades de internação com gestão mais participativa, democrática e compartilhada, associada à novos modelos pedagógicos e arquitetônicos (unidades menores com estrutura melhor).

Contudo frente à questão macro social, não se verifica mudanças significativas frente as lógicas do trinômio vulnerabilidade, exclusão social e punibilidade. Verifica-se poucas mudanças da ordem institucional que atendem as demandas de adolescentes com baixa escolarização, baixo acesso a informação, oriundos em sua grande parte de famílias pobres, e que por questões sociológicas e jurídicas são vulneráveis a lógica de punibilidade.

A Psicologia social e comunitária tem, portanto, papel fundamental nesta questão a medida que esta não pode negligenciar as questões que aparentemente e superficialmente são tratadas nas esferas, clínicas, psicodiagnósticas, biológicas e criminológicas.

A construção moral, e ética na dimensão psicológica advém necessariamente de fatores sociológicos, políticos, culturais e históricos, o que impulsiona necessariamente a psicologia ao engajamento em práticas comunitárias, preventivas, junto às famílias, às comunidades, junto as escolas, às instituições, afim de que se possa contribuir para romper de forma efetiva o ciclo histórico estigmatizante, do determinismo social ao qual ainda nos deparamos diante dos dados e pesquisas recentes.

5c – As políticas públicas de cuidado e intervenção aos moradores de rua na cidade de São Paulo.

Inicialmente, considero que as políticas públicas de cuidado e intervenção aos moradores de rua na cidade de São Paulo, sejam historicamente semelhantes de certa forma às abordadas em relação a das crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade e conflito com a lei.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a condição de morador de rua abarca as crianças e adolescentes, e que muitas vezes vão para as ruas como forma de superar condições adversas em sua família, comunidade mais próxima.

Historicamente a condição de morador de rua suscitou a concretização e legitimação das mais diversas instituições, da higienização social, do recolhimento e abrigamento compulsório, da punibilidade, do tratamento, entre outras formas norteadas por diversos instituintes ou formuladores de ações e intervenções, entre elas as igrejas, a ciência por meio de diversas áreas profissionais, e a partir de diferentes perspectivas filosóficas, ideológicas e políticas.

De qualquer forma, objetivamente enquanto fenômeno social, apresentarei os dados e análises relacionados aos moradores de rua, considerando tal realidade social como uma questão de injustiça social, e as políticas públicas e intervenções paliativas em torno da questão, como Instituições de Pseudo Cuidado.

Conforme Christophe Dejours (2006, p. 143):

A análise do processo de banalização do mal, graças ao qual as pessoas de bem mesmo dotadas de senso moral, se colocam a serviço da injustiça e do mal contra outrem, revela assim a importância da dimensão subjetiva-prática na organização de suas condutas. Tal análise advoga igualmente a aceitação da existência de uma *racionalidade pática* que deveria ser legitimada inclusive na teoria da ação e cujo desconhecimento ou subestimação talvez explique as dificuldades encontradas em nossas sociedades para vencer a extraordinária tolerância social ao agravamento da injustiça e da adversidade que afligem um número crescente de nossos concidadãos.

TABELA 01 – CENSO MORADORES DE RUA EM SÃO PAULO.

ANO	TOTAL DE MORADORES DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO			
1991	SAS	3.392		
1994	SAS	4.549		
1996	SAS	5.334		
1998	SAS	6.453		
2000	SAS	8.706	FIPE	8.088
2003	SAS	10.394	FIPE	10.399
2005			FIPE	13.000 (aproximadamente)

Fontes: Secretaria da Assistência Social Logradouro e Albergues (Cidade de São Paulo) – SAS (abreviatura) - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

Segundo o “Blog Sem Teto”, em matéria postada em 06 de dezembro de 2007

Um estudo feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) revelou que existem cerca de 18.000 moradores de Rua na cidade de São Paulo. Deles, 84% são homens com idade média de 40 anos e a porcentagem de negros também é maior. Esta instituição busca fazer uma avaliação registrando o número de pessoas que moram nas ruas e sua distribuição pela cidade. Além disso, também colhem informações sobre a assistência que elas recebem e suas condições de vida para poder constatar o perfil socioeconômico dessas pessoas que acabam se tornando invisível aos olhos do resto da população. Moradores de rua não participam do censo do Instituto Brasileiro de Pesquisa de Geografia e Estatística (IBGE) pois, não possuem residência e na maioria das vezes nem mesmo R.G. No primeiro registro feito pela FIPE em 2000, foram constatados 8.088 moradores de rua, sendo que 4.395 passavam as noites na rua e 3.693 em albergues. A segunda pesquisa foi feita em 2003 e constatou 10.399 pessoas, sendo que 4.213 dormiam nas ruas e 6.186 em albergues. Em 2005 o número de desabrigados já estava por volta de 13.000. A maior parte de desabrigados está concentrada no centro de São Paulo, mas a grande maioria busca trabalhar como catador de recicláveis buscando alguma maneira de sobreviver. É muito importante ressaltar esses dados para que haja um planejamento de inclusão onde essas pessoas que vivem uma realidade tão cruel tenham alguma chance de resgatar sua dignidade e voltar a fazer parte do convívio social.

Texto Fonte: Blog Sem Teto: <http://semteto.wordpress.com/category/moradores-de-rua/>
(acessado em 01/02/2012)

Fonte primária: <http://www.fipe.org.br/web/index.asp?c=37&aspx=/web/home/noticia.aspx>
(acessado em 01/02/2012)

Frente aos dados quantitativos apresentados, verifica-se aumento da população moradora de rua em São Paulo, não sendo necessário dentro da perspectiva de um ideal de cuidado ou de uma ética do cuidado, conforme argumentações já expostas, a comparação frente ao aumento relativo da população em São Paulo, pois não se trata de buscar explicações relativas à proporcionalidade, às estatísticas numéricas, ao manejo, ou retórica em torno daquilo que já foi definido como uma condição que implica em injustiça social.

É importante destacar que não se pode buscar discursos normalizadores, naturalizastes relacionados a referida condição de vulnerabilidade social, ainda que pensemos na questão da autonomia, da liberdade que supostamente envolve morar na rua.

É fundamental que se pense no sofrimento expresso nos discursos de quem não tem casa, de quem vive a mercê das intempéries naturais, e humanas, é importante refletir sobre esta condição sem romantizá-la, sem justificá-la como uma condição que envolve opção, escolha.

Morar na rua e enfrentar as agruras das grandes cidades, não implica em escolha, mas na impossibilidade de escolher, implica na imposição decorrente de diversos fatores, marcados na história, na auto-biografia, na memória e narrativa de cada pessoa submetida à esta condição.

Ser morador de rua implica numa condição heterônoma, decorrentes de imposições de coerções de um sistema social que não atinge um ideal de um projeto ético, numa perspectiva de cuidado.

Diversas instituições de Pseudo cuidado contribuem para tal condição, entre elas destaco, o sistema econômico e político neo-liberal capitalista, a lógica consumista, da descartabilidade, da indiferença, do individualismo, da tecnicidade, burocratização e racionalização da relações humanas, entre outras, e que supostamente, são legitimadas em prol do cuidado de alguns em detrimento de outros, ou seja, de uma impossibilidade de efetivação de um projeto ético.

Pertinente a discussão e a questão em pauta, bem como em relação aos comentários e análises acerca dos dados quantitativos expostos, creio que cabe trazer para a reflexão uma citação de DEJOURS (2006, p.142 - 143):

Na filosofia moral, o medo está do lado do mal, sendo tão condenável quanto a fuga. A psicodinâmica do trabalho contesta a condenação unívoca do medo e da fuga. A tradição filosófica opõe ao medo a coragem, que é a resposta da virtude e da razão ao medo. A psicodinâmica do trabalho mostra que, diante do medo, constroem-se também respostas defensivas que concernem à racionalidade pática e não unicamente à razão moral. Mostra igualmente que certas estratégias defensivas contra o medo podem perverter a coragem; e que, entre estas, algumas podem ter consequências trágicas. Pois às vezes elas geram, por seu turno, condutas coletivas que podem se colocar a serviço do mal e da violência, tanto assim que podemos legitimamente nos perguntar se o medo (que aliás pode se manifestar sem que haja violência ou ameaça real e efetiva) não seria ontologicamente anterior à violência, ao contrário da idéia segundo a qual a violência seria antecedente e originária a infelicidade dos homens. Em outras palavras, a ética propõe uma resposta global: coragem quer dizer não ter medo. Tal resposta parece insatisfatória. Ela deveria também segmentar-se e fornecer explicações precisas sobre cada etapa de um processo que, embora concernente à racionalidade prática, oferece no entanto algumas oportunidades para o exercício da razão ética. Somente se pode esperar reação individual e coletiva diante da injustiça infligida a outrem – à feição de solidariedade ou a ação política – se o sofrimento e o sentido desse sofrimento forem acessíveis às testemunhas. Em outras palavras, a mobilização depende principalmente da natureza e da inteligibilidade do drama vivido pela vítima da injustiça, da violência e do mal. Porém o sentido do drama é ainda insuficiente para mobilizar uma ação coletiva contra o sofrimento, a injustiça e a violência. Para tanto é necessário não apenas que o drama e a intriga sejam compreensíveis, mas também que ocasionem o sofrimento da testemunha, que despertem compaixão. Somente então o sofrimento acarreta sofrimento para o sujeito que percebe. Esse é um elemento essencial à formação de uma vontade de agir contra a injustiça e o sofrimento infligidos à outrem. A compaixão não depende apenas da natureza do drama, mas também dos meios empregados para comover a testemunha, para atingir-lhe a sensibilidade.[...]

Embora DEJOURS, esteja enquanto pano de fundo embasado numa discussão formulada por Hannah Arendt, e seu conceito de banalização do mal, a partir de diversas referencias entre elas a questão histórica do genocídio em massa promovido pelo nazismo, não se pode ignorar a pertinência desta reflexão e a realidade atual dos moradores de rua.

Desta forma, pode-se relacionar que o motor ainda que pontual para a mobilização contra a injustiça social, para a mobilização e ação em favor de outrem, requer conforme DEJOURS, coragem, compaixão, sentir em si mesmo o que o outro sofre (empatia), ou seja, requer conforme proposição desta tese uma autonomia moral frente ao dever cuidar, uma amplitude universal de conexão humana, uma ética do cuidado.

5d – A punibilidade e o encarceramento de mulheres e as políticas públicas de cuidado e intervenção.

Apresentar dados sobre o encarceramento no Brasil, e principalmente sobre o encarceramento de mulheres no estado de São Paulo, e as questões que envolvem as políticas públicas, ou as instituições de Pseudo Cuidado, implicam na estratégia de retomar dados e análises de pesquisa realizadas anteriormente conforme já mencionado, e abordados em BRAUNSTEIN (2007), e sustentar através destes dados e análises algumas possíveis perspectivas para que se possa pensar sobre algumas Instituições de cuidado para a questão.

Conforme dados da referida pesquisa “*Mulher encarcerada*”, coletados e analisados numa amostra de 353 entrevistas de um universo de aproximadamente mil entrevistas, foi feito um recorte temporal compreendendo o período entre janeiro de 2001 e setembro de 2002, justificando que o referido recorte foi motivado por questões metodológicas e de viabilidade da pesquisa.

De modo geral, o universo das mulheres então encarceradas no Estado de São Paulo e mais especificamente, da Penitenciária Feminina do Butantã (PFB) na ocasião, revelou que:

- **Existe uma significativa baixa taxa de encarceramento proporcional à taxa histórica brasileira de encarceramento masculino, sendo que na ocasião da pesquisa segundo os dados do IBGE (Censo 2000) apontavam uma maior população de mulheres em relação a de homens no Brasil. (fenômeno este denominado como o “PARADOXO DO ENCARCERAMENTO DE MULHERES NO BRASIL”).**

- **Que prioritariamente a punibilidade sobre a mulher, e o decorrente estigma que esta carrega durante e após o encarceramento (à prisão) tem forte vínculo com a moral religiosa católica apostólica romana, judaico-cristã, por fatores históricos e culturais geradores de inúmeras representações acerca do pecado, do estigma, do preconceito sobre a mulher que comete delito, ou na condição de encarcerada.**

■ **Principais dados coletados e analisados:**

- **A maioria das mulheres eram oriundas da região sudeste do Brasil 77,90%**
- **Sendo que 68,84% do total da amostra nasceram no estado de São Paulo.**
- **Que a taxa de encarceramento de mulheres no Estado de São Paulo era quatro vezes maior que a média nacional.**
- **A maioria das mulheres eram Jovens (entre 19 e 29 anos - aprox. 57%).**
- **Possuíam Escolarização – até Ensino Fundamental (84%).**
- **Exerciam trabalho anterior à prisão 61,5% (baixa qualificação).**
- **64% eram oriundas de famílias pobres.**
- **79% eram MÃES, 46 % com até 2 filhos.**
- **77% não tinham Companheiro (a).**
- **Apenas 23% foram condenadas por crimes graves.**
- **75% do total assumiam a condenação.**
- **94% estavam encarceradas há menos de sete anos.**
- **77% foram condenadas com sentenças inferiores a sete anos.**
- **61% foram USUÁRIAS de DROGA / ÀLCOOL.**
- **7% HIV + (Aids).**
- **77% tinham contato com família + apenas 51% recebiam visitas.**
- **81% mencionavam objetivos p/ com a família / filhos.**
- **84% laudos favoráveis (+ p/ RA; LC).**
- **Aproximadamente 50% haviam tido SAÍDA Temporária.**

Em relação à Psicologia moral o que tais dados podem indicar?

- 1- Que os aspectos relacionados a uma cidade ou estado desenvolvido na concepção capitalista, frente ao desenvolvimento econômico, e capacidade produtiva, não contribuem necessariamente para uma sociedade moralmente autônoma, à medida que os aparatos de controle social, policial, prisional são muito mais ostensivos, gerando taxas de encarceramento elevadas, e ao mesmo tempo, taxas de crimes e delitos elevadas, indicando a ineficácia da punibilidade e dos aparelhos de controle social promovido e subsidiados pelo estado e pela iniciativa privada.
- 2- Que grande parte da população feminina encarcerada, (64,02 da amostra) advém de famílias pobres denotando que não se pode correlacionar à prática delituosa a ausência de juízo moral, pois tal correlação seria reducionista, pois além de complexa, tal correlação é multifatorial e não implica apenas em fatores psicológicos, ou criminológicos, mas também em questões que atravessam a exclusão social, a falta de políticas preventivas consistentes que impeçam a proliferação da vulnerabilidade humana frente ao modelo econômico capitalista, contratualista elitista vigentes.
- 3- Que o juízo moral está também relacionado aos fatores socioeducativos e culturais associados aos níveis de escolarização, ou educação formal. Identificou-se que grande parte das mulheres da amostra apresentou baixo nível de escolarização (84,42% até o ensino fundamental), ratificando inúmeras pesquisas sobre o encarceramento masculino que apontam para índices semelhantes. Pode-se propor a hipótese que a escolarização formal contribui para a questão informativa, e formativa que viabiliza atuar e assumir papéis sociais mais qualificados, com maior nível de remuneração, bem como com o sentido de cidadania mais consolidado.

- 4- Que existem contradições entre o juízo moral frente às lógicas capitalistas e contratualistas. Quando analisamos algumas das histórias das mulheres que cometeram delitos, existem narrativas que apontam a prática de furtos para prover alguma falta material, e que se não houvesse tais circunstâncias (de privação material/econômica) a ação delituosa talvez não houvesse ocorrido. Frente a tal possibilidade de não cometer delito, associa-se a análise sobre as narrativas das mesmas mulheres que afirmaram arrependimento sobre o ato, por não terem pensado em alguma alternativa na ocasião. Neste contexto de análise evidencia-se a privação material, ou econômica como motor (motivação intrínseca) para a prática delituosa.
- 5- Que a realidade concreta dentro de uma lógica capitalista excludente revela os paradoxos contemporâneos sobre o juízo e ação moral, à medida que na narrativa de muitas mulheres aparecem nas práticas delituosas da venda de drogas ilícitas, por exemplo, como forma de subsistência, e sustento da família em detrimento de outros, denotando uma dimensão reduzida de abrangência ética e moral nas perspectivas do cuidado e da conexão humana.

De modo geral, as conclusões e considerações (análise qualitativa a partir dos dados) que foram feitas elucidaram o universo de uma Instituição de Pseudo Cuidado para as mulheres então encarceradas.

Evidenciou-se uma lógica pautada prioritariamente no “vigiar e punir” conforme FOUCAULT (1984), uma ausência de políticas públicas consistentes que pudessem garantir oportunidades de escolarização, e de respeito efetivo às garantias relacionadas aos direitos humanos fundamentais e de cidadania.

A ênfase das rotinas diárias na ocasião estava em grande parte absorvidas pelos rituais de revista, e vigilância, pelo trabalho em oficinas terceirizadas, em que muitos deles consistiam em atividades mecânicas, repetitivas, alienantes, e pelas atividades de higiene, e alimentação. É importante que se diga, que para muitas das mulheres em regime semiaberto as rotinas se davam em grande parte no exercício de atividades externas.

Um aspecto importante, é que a punição por meio do encarceramento era quase uma prática e lógica jurídica hegemônica, e assim, poucas mulheres na ocasião quando acusadas e condenadas por crimes contra o patrimônio, e de baixo potencial ofensivo tinham a possibilidade de terem de assumir penas alternativas, de trabalho comunitário por exemplo.

Atualmente, pode-se considerar que as Centrais de Penas Alternativas são uma realidade viável enquanto forma de punibilidade e eficácia no sentido sócio pedagógico, e da autonomia moral, ainda que sua abrangência seja pequena frente ao universo de encarcerados.

Complementando, seguem dados da referida pesquisa, alguns, atualizados e reorganizados por meio de tabelas e gráficos, a fim de facilitar a leitura e compreensão sobre aspectos relevantes e multifatoriais:

TABELA 02: TOTAL DE PESSOAS ENCARCERADAS NO BRASIL :

Modalidade da pena (Regime)	homens	mulheres	Total/presos
Fechado	176.910	11.867	
Semi aberto	64.754	4.495	Ano 2001 / total geral 223.220
Aberto	17.426	1.320	
Med. de Segurança (internação)	3.120	250	Ano 2004 / total geral 336.358
Med. de Segurança	527	353	
Provisório	154.780	9.903	Ano 2005 / total geral 361.402
Presos na Sec. de Seg. Pública	43.927	6.619	
Total geral / 2010 - (496.251)	Total homem/ Ano 2010 461.444 92,2%	Total Mulher/ Ano 2010 34.807 7,8%	Total/2005 12.925 Mulheres

(Compilação de dados)

Fonte: Ministério da Justiça / DEPEN / INFOPEN (12/2001 – 2004 -2005 -12/2010)

Verifica-se que de forma atualizada o indicador sobre o encarceramento de mulheres no Brasil permanece baixo, da ordem de 7,8 %, em relação ao total da população encarcerada.

Outro dado relevante possível de ser verificado, é que existe um expressivo aumento do encarceramento no Brasil, um aumento da ordem de 55% se comparado o período entre 2001 e 2010, um índice extremamente superior à taxa de crescimento populacional no mesmo período.

Estariam tais índices relacionados aos fatores psicológicos, ao campo da psicologia moral ou da criminologia exclusivamente?

Conforme já discutido, é importante refletir analiticamente que a etiologia do encarceramento no Brasil como em qualquer país do mundo é muito diversificada, é multifatorial, contudo, o Brasil enquanto especificidade histórica, cultural e econômica apresenta uma realidade social muito complexa e marcada pelas desigualdades, pela falta de oportunidades iguais, um País ainda marcado pelos baixos índices de acesso à educação de qualidade, ao apoio e proteção às famílias mais pobres, ao respeito frente aos direitos humanos.

TABELA 03: Total de pessoas encarceradas no Estado de São Paulo:

Modalidade da pena (Regime)	Homens/2010	Mulheres/2010	Mulheres Total/ano
Fechado	81.533	5.423	
Semi aberto	19.462	1.331	Total/2001 5.138 Mulheres
Aberto	00	00	
Med. de Segurança (internação)	969	114	Total/2004 4.046 Mulheres
Med. de Segurança	141	315	
Provisório	53.080	1.308	Total/2005 3.903 Mulheres
Presos na Sec. de Seg. Pública	3.982	3.258	
Total geral / 2010 – (163.676)	Total homem/ ano 2010 158.057 (91,7%)	Total mulher/ ano 2010 12.749 (8.3%)	Total/2006 6.077 Mulheres

(Compilação de dados)

Fonte: Ministério da Justiça / DEPEN / INFOPEN (12/2001/2004/2005/2006/ -12/2010)

Em São Paulo a população encarcerada corresponde ao total de 33% do total dos encarcerados no Brasil em 2010. Sendo que o total de mulheres encarceradas no estado de São Paulo corresponde a 36,62% do total de mulheres encarceradas no Brasil no ano de 2010.

GRAFICO 01: NIVEL DE ESCOLARIDADE

(de mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina do Butantã entre os anos de 2001 e 2002)

Os índices sobre os níveis de escolaridade indicam que as mulheres da amostra possuem majoritariamente nível fundamental de ensino (84,42% do total), e que destas 16,71% eram analfabetas ou semianalfabetas.

GRAFICO 02: MOTIVAÇÃO PARA O DELITO

(de mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina do Butantã entre os anos de 2001 e 2002)

Os indicadores da amostra sobre a motivação para o delito denotam que 59,20% estão associados a questões de vulnerabilidade social, e psicológica, indicando a necessidade de uma compreensão multifatorial sobre a questão ética e moral.

GRAFICO 03: TAXA DE REINCIDÊNCIA

(de mulheres encarceradas na Penitenciária Feminina do Butantã entre os anos de 2001 e 2002)

Os índices relacionados à reincidência infracional e criminal, indicam que 51,85% da amostra são pluri e multi reincidentes, o que coloca em questão a eficácia do sistema penal, e da lógica da punibilidade pelo encarceramento, como medidas e políticas públicas insuficientes para o controle da violência. Ou seja, os mecanismos de controle social, pouco contribuem para a construção da autonomia moral.

Os dados expostos por meio das tabelas e gráficos, apontam para um significativo aumento da taxa de encarceramento, bem como especificamente do número de mulheres, que apesar deste significativo aumento, ainda é significativamente menor que a taxa de encarceramento masculina, tanto no âmbito nacional como em São Paulo.

Esta análise identifica a lógica da punibilidade através do encarceramento como uma política pública ainda prioritária nas instituições jurídicas e de segurança, constituindo-se, portanto, enquanto forma hegemônica de reparação da ordem social, e das perspectivas sócio pedagógicas, e de reeducação e reintegração social.

Refletir sobre estes dados nos possibilita também verificar conforme SAWAIA (2002), e DEJOURS (2006) uma lógica hegemônica instituída em torno do encarceramento enquanto instituição voltada ao manejo de parcelas da população excluídas do acesso e incentivo à educação formal, do direito e acesso a moradia, à saúde (tratamento de dependência química, por exemplo), à possibilidade de enfrentamento de uma lógica econômica totalitária (capitalista) que impõe o consumismo e a monetarização como condições básicas para a sobrevivência humana, seguridade social. e exercício dos direitos e cidadania.

Conforme Roberto da Silva (1997, 2001), equivale a pensar sobre seu conceito de ***cidadania vulnerável***, uma condição que não possibilita a construção e apropriação do sentido e sentimento de cidadania, e que justifica a banalização de um mal necessário (DEJOURS, 2006), das Instituições de Pseudo Cuidado como mediadores sociais concretos responsáveis pelo manejo da exclusão, de parcelas submetidas à dominação, dentro de espaços confinados, insalubres, superlotados, violentos, inadequados para que se pense em projetos de reeducar, ressocializar, reintegrar.

6 – ANÁLISE TEÓRICA:

6a – Das instituições de Pseudo cuidado:

Conforme os diversos dados ilustrados, e desde a introdução desta tese, é possível considerar que as Instituições de cuidado enquanto instituições concretas, podem ser pensadas nas mais diversas atividades humanas, objetivas e subjetivas.

Histórica e culturalmente, é possível entender o momento atual das denominadas Instituições de Pseudo Cuidado, pois as mesmas apresentam trajetórias conhecidas em diversas pesquisas entre as quais algumas destas analisadas e citadas.

As Instituições de Pseudo cuidado são instituídas e legitimadas como se pode perceber, não apenas para atender demandas sociais que exigem punição, práticas correcionais, mas também educacionais, e de proteção, cuidado.

Contudo, esta diferenciação não as isenta das responsabilidades éticas e morais enunciadas nas diretrizes e parâmetros legais instituídos pelo estado e pelo conjunto da sociedade que reconhece as pessoas sob diferentes tipos de cuidados específicos, bem como frente aos direitos de dignidade, respeito, autonomia e justiça.

Geralmente uma Instituição de Pseudo Cuidado contemporânea, independentemente de ser um abrigo para crianças ou adolescentes, uma creche, um reformatório ou uma prisão normalmente apresenta estatutos escritos, discursos oficiais compatíveis com os princípios legalmente instituídos e formalmente ou politicamente legitimados.

A questão da adequação das instituições entre o que está instituído de acordo com os princípios éticos, no caso dos estatutos e discursos muitas vezes não é efetivada nas práticas cotidianas e concretas da Instituição, e isto por duas possibilidades, conjuntas ou não.

A primeira assimetria entre as práticas institucionais e as disposições legais e normativas, se caracteriza a partir das dinâmicas determinadas por parte de seus agentes, atores institucionais, profissionais, de uma forma não intencional ou premeditada, mas sim impossibilitada nas esferas do querer, ou do fazer ou de ambos.

Exemplificando, pensando numa unidade sócio educacional para adolescentes cumprindo medida socioeducativa, é importante contar com profissionais capacitados para o exercício de suas tarefas, mas a ausência de capacitação, formação, motivação, disposição implica na impossibilidade de efetivar um projeto eticamente idealizado, e não por questões intencionais propriamente, mas por impossibilidade, disponibilidade, motivação, formação prática- teórica, ou até capacitação técnica quando exigida.

A outra assimetria pode ser pensada no campo premeditado, intencional, racional muitas vezes, ou geralmente fundamentadas no preconceito, na convicção técnica moral-racional desumanizada, burocrática, administrativa, ou seja, numa negação ética, envolvendo uma perspectiva reducionista do campo de abrangência da conexão humana, fundamentada por questões culturais, ideológicas, preconceituosas.

Enquanto exemplo, podem-se ilustrar as instituições existentes com os objetivos tácitos, e muitas vezes silenciados de controle, dominação e exclusão. a prisão ou as instituições totais.

Geralmente são instituições que impedem a participação de agentes externos à própria instituição, que impedem qualquer proposta democrática ou participativa, e que são refratárias as interferências externas.

Contemporaneamente, tais Instituições de Pseudo Cuidado conforme DEJOURS (2006) atuam banalizando a injustiça social, criando formas de tratar a injustiça social como se fossem questões técnicas, puramente racionais ou necessárias, impondo uma lógica totalitária conforme ARENDT (1978, 1990), e que buscam a “totalitarização” do institucionalizado, e da compreensão da comunidade externa (sociedade).

Esta assimetria, de forma crítica e elucidativa, ao final, se revela com o tempo como congruência moral, muitas vezes revestida de justiça social, de mal necessário, de cuidado de alguns revestido de paternalismo, em detrimento do cuidado de outros (do prejuízo alheio), de práticas explícitas de violências, e desumanização socialmente e institucionalmente consentidas, e fundamentadas por lógicas excludentes e preconceituosas.

Finalizando, de forma objetiva, segundo as instituições apontadas são visíveis que muitas de nossas Instituições concretas cotidianas se constituem e se consolidam como Instituições de Pseudo Cuidado, consolidando assim uma prática social concreta (objetiva e subjetiva) que impede a legitimação de um ideal de justiça, de reciprocidade, e de respeito ao direito incondicional de ser cuidado, e por consequência impede o estabelecimento de juízos, sentimentos e ações moralmente autônomos e éticos.

6b – Das instituições de Cuidado:

A partir do conceito de análise exposto a respeito das Instituições de Pseudo Cuidado, bem como das instituições abordadas enquanto dados concretos, cabe um importante desafio de articulação teórico prático, que implica então em enunciar as Instituições de cuidado.

Os próprios dados apontam dentro de suas contradições e sutilezas algumas pistas, algumas alteridades, janelas, entre elas algumas relacionadas ao contra poder institucional, social, comunitário ou até individual, no campo da autonomia moral, e da resistência por parte de alguns.

Considero de forma prática e objetiva, fundamentado em diversos autores, teóricos e em minha prática profissional, que dentro de diversas instituições e práticas de pseudo cuidado, existem muitas vezes intenções, pensamentos, ações, pessoas, agentes, profissionais autônomos, éticos e com uma perspectiva de abrangência ampliada, universal de conexão humana e cuidado.

Geralmente tais práticas, intenções, pensamentos, projetos, pessoas, profissionais são rotulados de humanistas, românticos, ingênuos, utópicos, e até de defensores dos direitos dos excluídos, marginalizados, bandidos.

Expressões como:

Lá vem o pessoal dos direitos humanos!!

Voluntariado pra quê?

Tais frases, muitas vezes revelam o inconformismo de muitos que não acreditam num projeto ético, em perspectivas de transformação social, em prol de uma vida digna, justa e feliz para todos.

Como já foi abordada, a questão ética implica na crença utópica de que o ser humano é capaz de desenvolver um projeto de felicidade coletivo, e com isto não entendo que felicidade seja algo pleno, permanente, mas sim uma condição de mobilização que implique num projeto coletivo universal, comprometido com os princípios de reciprocidade, partilhamento, respeito aos direitos de ser e desenvolver-se, de alimentar-se, vestir-se, alegrar-se, enfim de uma vida digna e gratificante para todos.

Considero que os avanços estatutários e discursivos têm sido feitos em torno de uma ética do cuidado, bem como ações vem sendo realizadas citando algumas:

Como parâmetros legais pode-se considerar a Declaração de Direitos Humanos (ONU, 1948), Constituição Brasileira (1988), as diretrizes e políticas democráticas nas áreas de saúde (S.U.S. – Sistema Único de Saúde) e assistência social (S.U.A.S – Sistema Único de Assistência Social), as Declarações internacionais e regionais específicas dentro dos mais diversos segmento e especificações sociais, para a criança e adolescente, para os idosos, para as pessoas com necessidades especiais, para os idosos, frente as questões ambientais.

Enquanto práticas, as ações de voluntariado, por exemplo no Haiti, as atuações de algumas Organizações Não Governamentais (ONGs), citando “Médicos Sem Fronteiras”; “Cruz Vermelha”, por exemplo. Algumas corporações como a dos “Bombeiros”; “Anjos do Asfalto”.

De trabalhos de intervenção institucionais, escolares, prisionais, em abrigos exercidos por educadores sociais. De inúmeras iniciativas comunitárias exercidas nos campos da Psicologia Social, da Educação Inclusiva, da Pedagogia Social, com moradores de rua, usuários de drogas, com projetos envolvendo mulheres, crianças, jovens, por exemplo. Da área da Saúde Mental, e da concretização da desinstitucionalização por meio da Luta Anti Manicomial.

Enfim são inúmeras as iniciativas, e que, portanto, sinalizam possibilidades diversas, e que não se pode perder de vista que uma Instituição de Cuidado implica na manutenção de uma dinâmica muitas vezes difícil de ser mantida, pois exige recursos de diversas ordens, humanos, motivacionais, materiais, entre outros.

Uma Instituição de cuidado quando pensada na perspectiva dinâmica (subjetiva) e organizacional (objetiva), de um sistema de mediação social, com o objetivo de atender uma demanda social específica, necessita ser legitimado permanentemente, pois se traduz em prática social concreta, e, portanto, só existe dentro desta prática, e a medida que tal prática não se legitime mais, esta instituição pode ser extinta, surgindo geralmente uma outra e que infelizmente e com certa frequência se traduz por uma prática e Instituição de Pseudo Cuidado.

Por fim, uma Instituição de Cuidado requer um juízo moral autônomo voltado aos ideais de cuidado e justiça, de uma perspectiva ética, que implica em assumir um desafio incansável e contínuo, e muitas vezes de enfrentamento permanente (cotidiano), já que historicamente o preconceito enquanto atitude, a exclusão e dominação social é quem alimenta a condição privilegiada de alguns (instituintes, ou agentes institucionais) em detrimento de outros (os institucionalizados).

7 – CONCLUSÃO - Propostas e sugestões:

Concluir esta tese implicou num desafio, de superação cognitiva frente a necessidade auto imposta de análise sobre uma grande diversidade de dados.

Assim, incluindo o apêndice desta tese, busquei consolidar elementos que pudessem, ilustrar, exemplificar, fazer refletir, sensibilizar a respeito do cuidado e da conexão humana.

Tendo como tarefa metodológica o registro por meio de narrativas, um processo que conforme Roberto Cardoso de Oliveira (2000, p.17-35) envolveu o *olhar, o ouvir e o escrever* dentro de um longo espaço de tempo, compreendido ao longo de minha existência, pessoal, profissional e acadêmica.

Nesta tese está envolvido, um espaço de vida profissional e acadêmico significativo, e dela muitos fazem parte, muitos contribuíram, enquanto sujeitos de pesquisa, informantes, colaboradores, orientadores, portanto, tenho consciência plena que não é produto exclusivo meu, e sim de uma infinidade de pessoas que me proporcionaram seu legado escrito, seus pensamentos em livros, em textos os quais tive o privilégio de ler, de muitos Mestres, Professores que tive a felicidade de conviver, de inúmeras pessoas, agentes institucionais, institucionalizados (crianças e adolescentes em condição de abandono, vulnerabilidade social, econômica, mulheres e homens encarcerados) pessoas (sujeitos de pesquisa) com os quais tive a possibilidade de partilhar dores, sofrimentos, alegrias, bem como de toda uma diversidade de apoios de Colegas profissionais Docentes, alunos, amigos e familiares queridos.

Desta forma as considerações finais implicam num conjunto que envolve a vivência pessoal, acadêmica e profissional partilhada conforme descrevi, bem como de forma objetiva sobre os dados e aportes teóricos abordados.

Considero que a metodologia adotada contribuiu para atingir alguns dos objetivos, propostos, sendo que prioritariamente permitiu identificar enquanto objetivo geral, que na perspectiva da Psicologia existem dimensões que possibilitam definir e descrever a ética do cuidado enquanto conceito útil no campo das Instituições Socioeducativas e Sócio assistencial, e que podem ser definidos conforme segue nos resultados abaixo:

Apontar a realidade da exclusão social que permeiam os espaços institucionais, enquanto redutos de sujeitos que em grande maioria estão em condição de vulnerabilidade social, possibilitou atestar que apesar de todas as tecnologias sociais e econômicas contemporâneas, e do espaço urbano de maior índice de desenvolvimento no Brasil (a cidade de São Paulo), tais realidades (da exclusão social, e da vulnerabilidade) ainda é crescente.

Tais constatações fundamentam a perspectiva de pseudo cuidado, das contradições que envolvem a realidade de exclusão social aos conceitos da ética do cuidado e da conexão humana enquanto elementos psicológicos (subjetivos) instituídos.

Retomar alguns dados teóricos e dos resultados de pesquisa de minha dissertação, bem como de outras pesquisas relatadas, possibilitou o aprofundamento sobre a questão de que ainda que GILLIGAN não tenha proposta uma teoria a respeito da “conexão humana”, creio que foi possível evoluir no pressuposto sobre a correlação entre o “cuidado”, “conexão humana” e a questão ética e moral, e da importância destes elementos no processo psicológico de construção da auto regulação humana, de forma dinâmica e interligada com as esferas sociais e institucionais (individuais-sociais – interacionais).

Conclui-se também que outro objetivo alcançado através da metodologia adotada, foi estabelecer a correlação entre o conceito de ética do cuidado que envolve a dimensão universal de conexão humana, com as questões educacionais e culturais.

Ficam ratificadas as questões relacionadas frente a necessidade de superação do preconceito, e da aceitação do diferente, da diversidade e da pluralidade para a efetivação de um ideal de cuidado, e ampliação do campo de abrangência moral, de auto regulação na esfera do cuidado e da conexão humana.

Verifica-se uma correlação entre as capacidades de conexão humana, e cuidado com o desenvolvimento psicológico moral e ético.

Da mesma forma, esta correlação implica em contradições, e que podem contribuir ou não para a autonomia ou heteronomia moral, bem como para ampliação ou reducionismo da conexão humana na perspectiva do cuidado.

Analogamente, tais correlações implicam nas dinâmicas e práticas profissionais e institucionais, principalmente no campo da Psicologia e educação.

Nesta trajetória de pesquisa foi possível identificar que o cuidado e a conexão humana estão incorporados no ordenamento jurídico das modernas democracias, especialmente sob a perspectiva dos direitos humanos.

É possível identificar a importância dos marcos legais consolidados a partir de uma ética do cuidado, permitindo estabelecer a necessidade de metas institucionais que possam romper as assimetrias atualmente existentes, e apontadas por meio das estratégias metodológicas e de análise teóricas adotadas.

Esta questão impôs situar a interface entre Psicologia e Educação, e das variáveis psicológicas implicadas no cuidado e na conexão humana.

Neste aspecto, os dados abordados apontam que atualmente, no campo das políticas públicas, e das instituições públicas, as assimetrias entre o querer cuidar e o dever cuidar são evidentes em diversas das instituições concretas citadas.

É possível afirmar também que as possíveis negligências institucionais em relação ao direito de ser cuidado por parte dos institucionalizados (excluídos socialmente) se referem a questões conjunturais e não propriamente estruturais, ficando evidenciada a necessidade da adequação das instituições (do reordenamento institucional, humanização das prisões, prevalência do educativo ao punitivo), da formação de recursos humanos, e da implantação de programas pedagógicos adequados, entre outras ações, com o objetivo de contribuir para a formação moral e ética dos agentes institucionais envolvidos.

Relacionado às escolas, verifica-se seu papel fundamental enquanto processo secundário de socialização e de contribuição no processo de construção psicológico na perspectiva ética do cuidado, considerando-se os dados de análise e reflexão segundo Roberto da Silva (2000, 2001), e o conceito de “cidadania vulnerável”, bem como os dados do expressivo número de adolescentes e adultos institucionalizados compulsoriamente (nas Prisões e Fundação Casa) e que evadiram, ou passaram pelas escolas públicas; seria importante repensarmos sobre o papel social da escola, do compromisso frente ao seu objetivo fundante no aspecto ético e de instrumento de transformação social.

Em relação a função social da escola, seu objetivo não pode estar vinculado meramente e exclusivamente às logicas utilitaristas, produtivas, da ideologia e modelo econômico liberal e capitalista, pois tais paradigmas não atendem, e são ineficazes para o desenvolvimento de uma auto regulação, uma perspectiva moral autônoma, e muito menos para qualquer pretensão de uma ética do cuidado.

Assim, associado a função social da Psicologia, a interação com a comunidade, o incentivo às práticas, aos diálogos envolvendo a participação plural, da diversidade, admitindo e respeitando as diferenças entre todos os envolvidos (alunos, familiares, comunidade, professores, gestão, poder público), pode contribuir significativamente de forma prática para o desenvolvimento da autonomia numa esfera de conexão humana ampliada, e não individualista.

Atividades formais (programáticas, curriculares), e informais especificamente sobre temas morais e éticos, envolvendo as diferenças culturais e dentro de paradigmas universais de cuidado, respeito, reciprocidade enquanto direito, também poderiam potencialmente trazer a escola para uma perspectiva de Instituição de cuidado, e frente a sua missão, frente ao compromisso fundante original, de uma instituição transformadora numa perspectiva ética.

Também, segundo o levantamento sobre os elementos e dados analisados, verifica-se que o cuidado enquanto dimensão de auto regulação e ética se desenvolve a partir de um processo sócio interacional, comunitário que envolve elementos aprendidos, valores específicos (do cuidar em si, frente aos direitos humanos, da preservação ambiental, entre outros) em torno do respeito, da reciprocidade, e do compromisso coletivo autônomo (do dever transformado em querer) no plano universal, sugerindo-se então que as lacunas desta tese sobre tais constatações, possam ser melhor compreendidas a partir de novas pesquisas.

Diante desta conclusão, é possível sugerir sobre a importância da perspectiva da Pedagogia Social (SILVA; SOUZA NETO & MOURA, 2009) associado a perspectiva de uma Psicologia social Comunitária, e Psicologia Política, enquanto proposta concreta frente à contribuição em prol de concepções teóricas e práticas que permitiriam potencialmente intervenções institucionais, pessoais formais e informais em vários espaços sociais, comunitários e instituições, as quais a escola ou o ensino regular não abrange.

Por meio da referida proposta, pode-se desenvolver atividades, reflexões, trocas, interações, vivências que promovam e contribuam para uma ampliação do campo de conexão humana na perspectiva ética do cuidado.

Significa concluir que, a perspectiva de uma ética do cuidado esta vinculada a proposta de ações transformadoras na Psicologia, e na Pedagogia, de “uma educação para a liberdade” (FREIRE, 1974, 2007), de uma visão socialmente e politicamente compromissada, com um projeto ético, de uma ética do cuidado. (LANE & CODO 1984; BARÓ, 1996).

8 - BIBLIOGRAFIA:

Bibliografia citada:

ADORNO, T. W. (1995). Educação e emancipação. São Paulo: Paz e Terra.

ALBERONI, F. & VECA, S. (1992). O altruísmo e a moral. Rio de Janeiro: Rocco.

ARENDT, H. (1981). A condição humana. São Paulo: Forense Universitária.

ARENDT, H. (2004). Responsabilidade e Julgamento. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. (2007). Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1990). Origens do totalitarismo. São Paulo: Companhia das letras.

_____. (1978). O sistema totalitário. Lisboa: Dom Quixote.

_____. (1985). Da violência. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.

ARISTÓTELES. (19?). A ética. Rio de Janeiro: Tecnoprint gráfica.

BHABHA, H. K. (2001). O local da cultura. Belo Horizonte. Editora UFMG.

BARÓ, M. (1996). O papel do psicólogo. Revista estudos de psicologia: 2 (1), p.7-27.

BAUMAN, Z. (1998). Modernidade e holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (1999). Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2008). Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

_____. (2001). Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BERGER, P. e LUCKMANN, T. (2002). A construção social da realidade: Petrópolis: Vozes.

BIAGGIO, A. M. (2002). Lawrence Kohlberg: ética e educação moral. São Paulo: Moderna.

BÍBLIA SAGRADA. (1981). São Paulo. Vida Nova.

BOFF, L. (2003). Ética e Moral: A busca dos fundamentos. Petrópolis: Vozes.

BRAUNSTEIN, H. R. (2008). Gênero e prisão: o encarceramento de mulheres no Sistema Penitenciário Brasileiro. Americana – SP: Revista de Ciências da Educação – UNISAL. Ano X, nº 18, p. 151-166.

_____. (2007). Mulher encarcerada: trajetórias entre a indignação e o sofrimento por atos de humilhação e violência. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. (Dissertação de mestrado)

_____. (2006). Violência e criminalidade: as razões e as lógicas das instituições de pseudo cuidado. Revista Psicologia América Latina, maio/ 2006. Nº06. p.0-0.

CAMACHO, A. C. L. F. & SANTO, F. H. do. (2001). Refletindo sobre o cuidar e o ensinar na enfermagem. Ribeirão Preto. Rev. Latino – Americana de Enfermagem, v.9, n.1. p. 13-17.

CARBONE, R. A. & MENIN, M. S. de S. (2004). Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio. São Paulo. Educação e Pesquisa. V. 30. n. 2. Maio / agosto. p. 251 – 270.

CARETA, D. S. (2011). Quando o ambiente é o abrigo: cuidando das cuidadoras de crianças em acolhimento institucional. (tese de doutorado). São Paulo. IPUSP.

COSTA, A. (2009). A fábula de Higino em Ser e tempo: das relações entre cuidado, mortalidade e angústia. In (org.) MAIA, M.S. Por uma ética do cuidado. Rio de Janeiro. Garamond: 29 -51.

CHODOROW, N. (1990). Psicanálise da maternidade: uma crítica a Freud a partir da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

COSTA, J. F. (2007). História da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond.

DEJOURS, C. (2006). A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora.

FARIAS, V. (1988). Heidegger e o Nazismo. Rio de Janeiro: Paz e terra.

FARR, R. M. (2000). As raízes da Psicologia Social Moderna (1872-1954). Petrópolis: Editora Vozes.

FERRAZ, B. M. S. (2011). Bebês e crianças pequenas em instituições coletivas de acolhimento e educação: (Tese de doutorado). São Paulo. FEUSP.

FERRY, L. (2006). Aprender a viver. Rio de Janeiro: Objetiva.

FOUCAULT, M. (1984). Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes.

_____. (1987). História da loucura. São Paulo: Perspectiva.

_____. (1984). A ética do cuidado de si como prática da liberdade. (entrevista em 20 de janeiro de 1984). Revista Internacional de Filosofia, nº 6, julho – dezembro de 1984. P. 99-116.

_____. (2002). Em defesa da sociedade. São Paulo: Martins Fontes.

FRANCO, E. M. (2008). Uma casa sem regras: representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. IPUSP. (Tese de Doutorado).

FRANKENA, W. K. (1975). Ética. Rio de Janeiro: Zahar editores.

FREIRE, P. (1980). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

_____. (2002). Educação atualidade brasileira. São Paulo: Cortez.

_____. (2007). Pedagogia da autonomia. São Paulo: Paz e terra.

_____. (1974). Uma educação para a liberdade. Porto – Portugal: Textos Marginais.

FREITAG, B. (2005). Itinerários de Antígona. Campinas: Papirus.

FREUD, S. (1974). O mal estar da civilização. (vl. 21). Rio de Janeiro: Imago.

_____. (1975). Além do princípio do prazer. Rio de Janeiro. Imago.

GEERTZ, C. (1989). A interpretação das culturas. Rio de Janeiro. LTC editora.

GILLIGAN, C. (1982). Uma voz diferente: Psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância á idade adulta. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos.

_____. (1982). In a different voice. U.S.A.: Harvard University Press.

_____. (1990). Making connections. U.S.A.: Harvard University Press.

GOFFMAN, E. (1988). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Editora Guanabara.

_____. (1974). Manicômios, prisões e conventos. São Paulo: Perspectiva.

GUIRADO, M. (1987). Psicologia Institucional. São Paulo: EPU.

_____. (2004). Instituições e relações afetivas. São Paulo. Casa do Psicólogo.

HECKLER, E. ; BACK, S ; MASSING, E. R. (1984). Dicionário Morfológico da Língua Portuguesa. São Leopoldo: Unisinos.

HOUAISS, A. ; VILLAR, M. S. ; FRANCO, F.M.de M. (2001). Dicionário Houaiss da língua Portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva.

IPEA, (2010). Revista Desafios do Desenvolvimento. Brasília. janeiro/ fevereiro. p.37-41

_____. (2011). Revista Desafios do Desenvolvimento. Brasília.

(http://desafios2.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=13907 – acessado em 13/02/2011).

IZAR, J. G, (2011). A práxis Pedagógica em abrigos. (dissertação de Mestrado). São Paulo. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP.

KANT, I. (2006). Crítica da razão prática. São Paulo: Editora Martin Claret.

LANE, S. & CODO, W. (1984). Psicologia Social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense.

LARA, S. H. (1999). Ordenações Filipinas. Livro V. São Paulo: Editora Schwarcz.

LA TAILLE, Y. de. (2000). Vergonha a ferida moral. (Tese de Livre docência). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IPUSP.

_____. (2006). Moral e ética. Porto Alegre: Artmed.

_____. (2009). Ética e educação: crise moral? Juízo e ação morais de crianças e jovens no Brasil. São Paulo: Saraiva - IFCH – ETCO.

LEME, M.I. da S. (2006). Cognição, cultura e afetividade em solução de problemas: estrutura e função. (Tese de Livre Docência). São Paulo. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IPUSP.

LEONTIEV, A.N. (1978). O desenvolvimento do Psiquismo. Lisboa. Livros Horizonte.

LEWIN, K. (1975). Teoria dinâmica da personalidade. São Paulo: Cultrix.

_____. (1983). Problemas de dinâmica de grupo. São Paulo: Cultrix.

MANDURUKU, D. (2004). Cadernos do IMBRAPI. São Paulo: Global Editora. n..1.

MINAYO, M. C. de S. (1996). Pesquisa Social. Teoria método e criatividade. Petrópolis: Vozes.

MONTENEGRO, T. (2001). O cuidado e a formação moral na educação infantil. São Paulo: Educ – Fapesp.

MOSCOVICI, S. (2003). Representações sociais: investigações em psicologia social. São Paulo: Vozes.

NIETZSCHE, F. (19.?). A genealogia da moral. São Paulo: Editora Escala.

OLIVEIRA, R.C. de. (2000). O trabalho do antropólogo. São Paulo: Unesp – Paralelo 15.

O.N.U. (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos. (Resolução 217 A de 10 de dezembro de 1948).

PIAGET, J. (1994). O juízo moral na criança. São Paulo, Editora Summus,

_____. (1986). A linguagem e o pensamento da criança. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1978). Para onde vai a educação? Rio de Janeiro: José Olympio. Unesco.

PORTO, L. G. (2000). Legislação penal da escravidão. Revista dos tribunais, ano 8, vl. 777, p. 485-504.

PUIG, J. M.(1998). A construção da personalidade moral. São Paulo: Ática.

SAWAIA, B. (2002). As Artimanhas da Exclusão. Petrópolis: Vozes.

SCHILLING, F. (2004). A multidimensionalidade da violência. CARVALHO, José Sergio Fonseca de (Org.). Educação, cidadania e direitos humanos Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, p.209-223.

SECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS – SEDH. Site: www.sedh.gov.br (acessado em janeiro/fevereiro de 2012).

SILVA, A.T.G.A.M. (2011). A construção da parceria família – creche: expectativas, pensamentos e fazeres no cuidado e educação das crianças.(Tese doutorado). São Paulo: Faculdade de Educação da USP. - FEUSP.

SILVA, R.; SOUZA NETO, J.C. & MOURA, R.A. de (2009). Pedagogia Social. São Paulo: Expressão e Arte Editora.

SILVA, R. (2004). A construção do direito à convivência familiar e comunitária no Brasil. Em: SILVA, Enid R. A. da (coord). O direito à convivência familiar e comunitária. Brasília, IPEA / CONANDA, (p. 287-302).

_____. (2001). A eficácia sócio-pedagógica da pena de privação e liberdade. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. FEUSP. (Tese de doutorado).

_____. (2000). Adolescentes: punir ou educar? Revista Ciência hoje. Rio de Janeiro: SBPC , v. 26 n.157, p. 63 – 67, 2000.

_____. (1997). Os filhos do governo. São Paulo: Ática.

_____. (1996). A trajetória de institucionalização de uma geração de ex-menores. (dissertação de mestrado). São Paulo: FEUSP.

SIPRI - Instituto Internacional de Pesquisa para a paz. (2012). Relatórios anuais. www.sipri.org (acessado em março de 2012).

SPITZ, R. A. (1983). O primeiro ano de vida. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.

TUNDIS, S. A. & COSTA, N. do R. (1987). Cidadania e loucura: políticas de Saúde Mental no Brasil. Petropolis: Vozes.

VYGOTSKY, L. S. & LURIA, A. R. (1996). Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e a criança. Porto Alegre. Artes Médicas.

VYGOTSKY, L. S. (1997). Obras Escogidas, volumes I e V. Spaña. Graficas Rogar Navalcarnero.

_____. (1984). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1989). Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins fontes.

YAZBEK, A. (2010). Itinerários cruzados: os caminhos da contemporaneidade filosófica francesa nas obras de Jean Paul Sartre e Michel Foucault. São Paulo: Educ – Fapesp.

Bibliografia consultada:

ARENDT, H. (1988). Da revolução. Brasília: UNB.

BAUDRILLARD, J. (2004). O sistema dos objetos. São Paulo: Perspectiva.

BAUMAN, Z. (2005). Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

BAUMAN, Z. (2004). Amor líquido: sobre a fragilidade das relações humanas: Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BECKER, H. (1994). Métodos de Pesquisa em ciências sociais: São Paulo. Hucitec.

BOBBIO, N. (1997). Igualdade e liberdade. Rio de Janeiro. Ediouro.

BOURDIEU, P. & WACQUANT, L. (2004). Imperialismo da razão neoliberal.
<http://www.nmueg.ubbi.com.br/pos1-3bourdieu.htm> (acessado em 2006).

BUSSAB, V. S. R. ; PEDROSA, M. I. & CARVALHO, A. M. A. (2007). Encontros com o Outro: empatia e intersubjetividade no primeiro ano de vida. Psicologia USP, 18(2). p.99-132.

CAMPBELL, R & CHRISTOPHER. J (1996). Moral development theory: a critique of its Kantian presuppositions. Developmental Review, v.16, n° 1, p.1-47.

CAMPOS, R. H. F. (2001). Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes.

CARETA, D. S. (2006). Análise do desenvolvimento emocional de gêmeos abrigados no primeiro ano de vida: encontros e divergências sob a perspectiva winnicottiana. (dissertação de mestrado). São Paulo. IPUSP.

CHAUÍ, M.S. (2010). Convite à filosofia. São Paulo: Ática.

CORDEIRO, A. P. ; SHIMIZU, A. de M. & MENIN, M. S. de S. (2006). Ética, preconceito e educação: características das publicações em periódicos nacionais de educação, filosofia e psicologia entre 1970 e 2003. Revista Brasileira de Educação. v. 11. n. 31. Janeiro / abril. P. 167 – 202.

CORTELLA, M. S. (2007). Qual é a tua obra? Petrópolis: Vozes.

- DEL PRIORE, M. (2000).** Mulheres no Brasil colonial. São Paulo: Contexto.
- DUBLY, G. & PERROT, M. (1990).** História das mulheres no ocidente. Porto – Portugal: Ed. Afrontamento.
- ECO, U. (1998).** Como se faz uma tese. São Paulo: Editora Perspectiva.
- FERREIRA, N. T. (1993).** Cidadania: uma questão de educação. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FIGUEIREDO, L. C. (2009).** As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea. São Paulo: Escuta.
- FICHTNER, B. (2008).** Práticas culturais para uma perspectiva intercultural: antimonias da diversidade cultural – problemas e perspectivas. Palestra para Semana da Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. (em 22 de setembro)
- FLANAGAN, O. (1993).** Varieties of moral personality. U.S.A : Harvard University Press.
- _____. (1990). Identity, character, and morality. U.S.A: MIT Press.
- FOUCAULT, M. (1975).** Doença mental e Psicologia. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro.
- _____. (1985). História da sexualidade, 3: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1979). Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (1996). A ordem do discurso. São Paulo: Loyola.
- _____. (1996). A verdade e as formas jurídicas: Rio de Janeiro: Nau.
- FRANKENSTEIN, C. (1970).** Las raíces del Yo. Buenos Aires: Editorial Troquel.
- FREITAS, M.T. de A. (2003).** Vygotsky e Bakhtin. Psicologia e educação: um inter texto. São Paulo. Editora Ática.
- HAGUETTE, T.M.F. (2007).** Metodologias qualitativas na sociologia. Petropolis: Vozes.
- HARKOT DE LA TAILLE, E. (1999).** Ensaio semiótico sobre a vergonha. São Paulo: Humanitas.
- HOLANDA, S. B. (2006).** Raízes do Brasil. São Paulo: Schwarcz.
- LA TAILLE, Y. de ; OLIVEIRA, M. K. & DANTAS, H. (1992).** Piaget, Vigotsky, Wallon. São Paulo: Summus.

LA TAILLE, Y. de. (2008). Palavra de Professor Limites: três dimensões educacionais. São Paulo: Ática.

_____. (2009). Formação ética: do tédio ao respeito de si. Porto Alegre: Artmed.

_____. (2006). A importância da Generosidade no início da gênese da moralidade na criança. Psicologia: Reflexão e crítica. Porto Alegre: v.19, n.1. p.9-17

_____. (2000). Vergonha a ferida moral. (Tese de livre docência). São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo – IPUSP.

LORDELLO, E. R. & CARVALHO, A. M. A. (1989). Comportamento de cuidado entre crianças: uma revisão. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 5(1). P.1-19.

LUNA, V. S. (2002). Planejamento de pesquisa. São Paulo: EDUC.

MAIA, M.S. (2009). Por uma ética do cuidado. Rio de Janeiro. Garamond.

MANNING, R. C. (1992). Speaking from the heart. U.S.A : Rowman & Littlefield Publishers.

MEIRA, M.E.M. & FACCI, M.G.D. (2007). Psicologia Histórico-cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e a educação. São Paulo. Casa do Psicólogo.

NOAM, G. G. & WREN, T. E. (1993). The moral self. U.S.A.. Massachusetts Institute of Technology – MIT.

PIAGET, J. (1983). A epistemologia genética/ Sabedoria e ilusões da filosofia; Problemas da psicologia genética. São Paulo: Abril.

PLATÃO. (1996). Os pensadores - Platão. São Paulo. Nova cultural Ltda.

POKLADÉK, D. D. (2004). A Fenomenologia do cuidar: prática dos horizontes vividos nas áreas da saúde, educacional e organizacional. São Paulo: Vetor.

RAPPAPORT, C. R.; FIORI, W. R. & DAVIS, C. (1981). Psicologia do desenvolvimento. São Paulo: Editora pedagógica e universitária.

RODRIGUES, M. M. P. & MENANDRO, P. R. M. (2007). Lógicas metodológicas. Vitória: UFES – Programa de Pós graduação em Psicologia – GM editora.

ROUSSEAU, J. J. (2007). A origem da desigualdade entre os homens. São Paulo: Escala.

SALOMON, D. V. (2004). Como fazer uma monografia. São Paulo: Martins Fontes.

SEVERINO, A. J. (1980). Metodologia do trabalho científico: Diretrizes Para o Trabalho Didático- Científico na Universidade. São Paulo: Cortez editora.

SILVA, R. ; CERVO, A.L. & BERVIAN, P.A. (2009). Metodologia Científica. São Paulo: Pearson Prentice Hall.

SILVA DANTAS. P da. (1983). Para conhecer Wallon uma psicologia dialética. São Paulo: Brasiliense.

SOARES, O. (1979). Extinção das prisões e dos hospitais psiquiátricos. Rio de Janeiro: Editora Científica.

TAYLOR, C. (1996). Fuentes del yo. La construccion de la identidad moderna. Barcelona: Paidós.

TOGNETTA, L. R. P. (2009). Perspectiva ética e generosidade. Campinas: Mercado de Letras.

UNBEHAUM, S. G. (1998). A desigualdade de gênero nas relações. Em: Homens e masculinidades. São Paulo: Editora 34.

VIGOTSKY, L. S. (1978). Mind and Society. The development of higher psychological processes. U.S.A. Harvard University Press.

_____. (2001). Psicologia da arte. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2009). Imaginação e criação na Infância. São Paulo: Editora Ática

ZOBOLI, E.L.C.P (2004). A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. Revista da Escola de Enfermagem da USP. São Paulo: v.38, n.1. p.21-27

WALLON, H. (1979). Psicologia e educação da criança. Lisboa, Portugal: Vega.

WACQUANT, L. (2001). As prisões da miséria. Rio de Janeiro: Zahar.

WINNICOTT, D. W. (1987). Privação e delinquência. São Paulo: Martins Fontes.

9- APENDICES:

**PROPOSTA DE ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO
DE LOCAIS PÚBLICOS - INSTITUIÇÕES
(assistemática- NÃO INTERVENTIVA//NÃO PARTICIPANTE)**

- 1- EXISTE PESSOA OU EXISTEM PESSOAS EXCLUIDAS DA CONDIÇÃO DE SUJEITOS DE CUIDADO (RECEPTORES DE CUIDADO)?
(SOCIALMENTE / GRUPALMENTE)?**
- 2- QUEM É OU COMO SÃO / COMO SE CARACTERIZAM?**
- 3- EXISTEM DIFERENÇAS PERCEPTÍVEIS, SÃO DIFERENTES?**
- 4- EM RELAÇÃO A QUAIS OUTROS (PESSOAS, GRUPOS) OU A QUÊ (SITUAÇÃO, DIREITO)?**
- 5- TAIS DIFERENÇAS IMPLICAM EM EXCLUSÃO, CONDIÇÃO DE SOFRIMENTO, HUMILHAÇÃO, AUSÊNCIA DE CUIDADOS?**
- 6- COMO SE DEFINE ESTA CONDIÇÃO DE NÃO SUJEITOS DE CUIDADO?**
- 7- QUEM DEVERIA / DEVERIAM SER OS MEDIADORES DE CUIDADO (CUIDADORES), RESPONSÁVEIS PELA INTERVENÇÃO / AÇÃO DE CUIDAR?**
- 8- EXISTE ALGUMA SITUAÇÃO DE CONFLITO PERCEPTÍVEL?**
- 9- SERIA POSSÍVEL TRAÇAR UMA CARTOGRAFIA, UM HISTÓRICO?**
- 10- É POSSÍVEL RELACIONAR COM QUESTÕES HISTÓRICAS, CULTURAIS?**

RETRATOS**ACERCA DO CUIDADO E DO PSEUDO CUIDADO :****IMAGENS –“ OLHARES SOBRE ALGUMAS REALIDADES CONCRETAS “**

Fotos: 01–02–03-04 (MORADORES DE RUA) na cidade de São Paulo:

Fotos de acesso público - fonte:

<http://www.google.com.br/search?q=fipe+moradores+de+rua&hl=pt-BR&prmd=imvns&tbn=isch&tbo=u&source=univ&sa=X&ei=XkspT8y2GIWztwFS5ojfBA&ved=0CF8QsAQ&biw=1024&bih=587> (acessado em 01/02/2012)

FOTO 01

FOTO 02

FOTO 03

IMAGENS - Retratos da Cidade de São Paulo

FOTO 04 -

Quadro 1 - Levantamento de população em situação de rua em São Paulo, segundo unidades da Secretaria da Assistência Social, logradouros e albergues.

Ano	Cobertura	Unidades de área	Logradouros	Albergue	Total
91	parcial	8 regionais SAS	3392	-	3392
94	município	17 regionais SAS	2800	1749	4549
96	município	17 regionais SAS	3421	1913	5334
98	município	17 regionais SAS	3037	3416	6453
2000	município	9 distritos censitários	5013	3693	8706
2003	município	29 distritos censitários	4208	6186	10394

Tabela relacionada aos dados sobre moradores de rua na cidade de São Paulo.

FOTO 08 – Dormindo na rua centro de São Paulo- janeiro/2012

FOTO 05 – Mãe Preta (Estátua) e cercanias, Largo do Paissandu – SP – Janeiro/2012

FOTO 06 – Mãe Preta (Estátua) e cercanias, Largo do Paissandu – SP – Janeiro/2012

FOTO 07 – Mãe Preta (Estátua Largo do Paissandu)– SP – Janeiro/2012

FOTOS –**08 – 09 -10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 – 20 -21 -22- 23 – 24 – 25 – 26****Fonte: Museu da Cidade de São Paulo. (prefeitura.sp.org.br)****<http://www.museudacidade.sp.gov.br/imagens3.php?&fot=&anoini=1931&anofim=1950&mesini=0&mesfim=12&mostrar=s&palavra=&quantreg=107&idImg=31> (acessado em 02/02/2012)****FOTO – 08** **FOTO - 09** **FOTO -10****FOTOS – 08 - 09- 10 - Crianças no Parque infantil da LAPA – São Paulo - 1937**

FOTOS - 11 - 12 - 13 - Crianças no Parque infantil da LAPA - São Paulo - 1937

FOTO - 11

FOTO - 12

FOTO - 13

FOTOS - 14 - 15 - Crianças no Parque infantil do IPIRANGA - São Paulo - 1937

FOTO - 14

FOTO -15

FOTOS – 16- 17- Crianças no Parque infantil DOM PEDRO II – São Paulo - 1937

FOTO – 16

FOTO - 17

FOTOS – 18-19-20- Crianças no Parque infantil DOM PEDRO II – São Paulo – 1937

**FOTO – 18-
Em interação profissional**

**FOTO – 19 –
Em interação profissional**

FOTO – 20- em interação profissional

FOTOS - 21-22 - Crianças no Parque infantil DOM PEDRO II - São Paulo - 1937

FOTO - 21- em intervenção profissional

FOTO - 22

FOTO - 23 - São Paulo - final Século 19.

FOTO - 24 - São Paulo início do Século 20.

FOTO - 25 - METROPOLE - São Paulo 1970

FOTO - 26 - Complexo Parque Dom Pedro - São Paulo 1971